UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

CYNTHIA VIRGÍNIA FELIPE RÉGIS CAMPÊLO DE LIMA

# JOVENS QUE MATAM, JOVENS QUE MORREM:
## a significação social da morte para jovens homicidas

Recife
2018

CYNTHIA VIRGÍNIA FELIPE RÉGIS CAMPÊLO DE LIMA

# JOVENS QUE MATAM, JOVENS QUE MORREM:

## a significação social da morte para jovens homicidas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre(a) em Sociologia.
**Área de concentração**: Mudança social

**Orientador:** Profº. Dr. José Luiz de Amorim Ratton Júnior

Recife

2018

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

L732j Lima, Cynthia Virgínia Felipe Régis Campêlo de.
Jovens que matam, jovens que morrem : a significação social da morte para jovens homicidas / Cynthia Felipe Régis Campêlo de Lima. – 2018.
117 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. José Luiz de Amorim Ratton Júnior.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Sociologia, Recife, 2018.
Inclui referências e apêndices.

1. Sociologia. 2. Violência. 3. Jovens e violência. 4. Homicídio. 5. Morte – Aspectos sociais. I. Ratton Júnior, José Luiz de Amorim (Orientador). II. Título

301 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2019-012)

CYNTHIA VIRGÍNIA FELIPE RÉGIS CAMPÊLO DE LIMA

# JOVENS QUE MATAM, JOVENS QUE MORREM: a significação social da morte para jovens homicidas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, Como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Aprovada em: 04/09/2018.

**BANCA EXAMINADORA**

_____
Prof. Dr. José Luiz de Amorim Ratton Júnior (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Profª.Drª. Eliane Maria Monteiro da Fonte (Examinadora Interna)

_____
Drª. Clarissa Galvão Cavalcanti Borba (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

## AGRADECIMENTOS

Mais um ciclo se conclui e não poderia deixar de agradecer àqueles que foram tão importantes para que eu chegasse até aqui. Agradeço primeiramente à Deus por tudo que tem me proporcionado; por ter colocado em minha vida pessoas com as quais pude contar com apoio e incentivo.

Aos meus pais, Silas e Luizete, pela dedicação e apoio incondicionais; por acreditarem em mim e me incentivarem desde sempre. Por terem me presenteado com o melhor presente que eu poderia receber: meu irmão Pedro. À ele, minha eterna gratidão por todo carinho e amor, e principalmente, por também ter me proporcionado tanta alegria com a chegada do meu sobrinho Cauê, que veio para multiplicar minha capacidade de amar, assim como minha vontade de seguir em frente.

Às minhas avós Luiza (*in memoriam*) e Josefa; meus tios Denis e Cynthia que sempre se fizeram presentes em cada etapa da minha vida.

Ao meu orientador, José Luiz Ratton, que me acompanha desde a graduação, pelo incentivo e confiança, por me proporcionar a oportunidade de fazer parte do NEPS, grupo de pesquisa o qual pude amadurecer como pesquisadora; local em que tive o privilégio de conhecer pessoas incríveis. Agradeço à todos o conhecimento compartilhado, especialmente à Patrícia, pessoa maravilhosa que eu tive a oportunidade de conviver mais de perto.

Aos amigos que me acompanharam nessa trajetória: José Augusto (Guto), Larissa, Dáfni, Aline, Priscila, Alexsandro. Agradeço todo o carinho. O apoio de vocês foi importantíssimo nessa caminhada.

À SERES (Secretaria Executiva de Ressocialização) e à Direção da PPBC (Penitenciária Professor Barreto Campelo), pelo apoio e autorização para a realização desta pesquisa.

Aos entrevistados, por confiarem e compartilharem suas vivências.

À FACEPE, pela bolsa de estudos e incentivo à pesquisa.

À todos(as), meu muito obrigada!

## RESUMO

A criminalidade e violência em nosso país são fenômenos que fugiram do controle do Estado. A juventude tem sido a principal protagonista dessa realidade: ora como vítimas, ora como agressores. No Brasil, mais da metade dos homicídios tem por vítimas homens jovens, entre 15 e 29 anos de idade. Além disso, esses homicídios costumam ocorrer entre conhecidos, mostrando haver relação de proximidade entre vítimas e agressores, o que levanta a hipótese de que muitos desses jovens que matam, morrem. O principal objetivo dessa dissertação consiste em analisar como jovens que praticaram homicídio significam a morte e o morrer. A morte revela as principais crenças, valores e dinâmicas sociais e partindo disso, pode-se levantar os seguintes questionamentos: o que influencia um indivíduo jovem a matar? Considerando o contexto de violência em nosso país, de que forma a assimilação de uma sociabilidade violenta influencia na prática do homicídio? Até que ponto o indivíduo que praticou homicídio se sente vinculado à sociedade? Estes são os principais objetivos desta pesquisa. Para isso, foram realizadas vinte e três entrevistas com jovens, homens, que praticaram homicídio, cujas informações foram analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo. A pesquisa de campo ocorreu na Penitenciária Professor Barreto Campelo, no estado de Pernambuco. Considerando as questões aqui levantadas, esse trabalho pretende contribuir para o debate sociológico na área da Sociologia da Morte e do Morrer.



**Palavras-chave**: Sociologia da morte e do morrer. homicídio. violência. juventude.

## ABSTRACT

Crime and violence in our country are phenomena that have fled state control. Youth have been the main protagonist of this reality: be like victims, be like aggressors. In Brazil, more than half of the homicides have as victims young men, between 15 and 29 years of age. In addition, homicides usually occur between acquaintances, showing a close relationship between victims and aggressors, which raises the hypothesis that many of these young people who kill, die. The main objective of this dissertation is to analyze how young people practicing murder mean the death and dying. Death reveals the main beliefs, values and social dynamics and part of that, the following questions can be raised: what influences a young individual to kill? As a violent sociability influences in the practice of homicide? in what way the individual who committed the murder feels bound to society? These are the main questions of this research. For this, Twenty-three interviews were conducted with young men who practiced homicide, whose information was analyzed through the content analysis technique. The field research it was made in the Professor Barreto Campelo Penitentiary in the state of Pernambuco. Considering the issues raised here, this work intends to contribute to the sociological debate in the area of Sociology of Death and Dying.



**Keywords:** Sociology of death and dying. homicide. violence. youth.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Questão 07 do questionário ..... 29

Gráfico 02 – Questão 08 do questionário ..... 66

Gráfico 03 – Questão 09 do questionário ..... 67

Gráfico 04 – Questão 13 do questionário ..... 67

Gráfico 05 – Questão 05 do questionário ..... 68

Gráfico 06 – Questão 03 do questionário ..... 68

Gráfico 07 – Questão 04 do questionário ..... 69

Gráfico 08 – Questão 11 do questionário ..... 70

Gráfico 09 – Questão 10 do questionário ..... 70

Gráfico 10 – Questão 07 do questionário ..... 78

Gráfico11 – Questão 08 do questionário ..... 79

Gráfico 12 – Questão 09 do questionário ..... 80

Gráfico 13 – Questão 13 do questionário ..... 81

Gráfico 14 – Questão 05 do questionário ..... 81

Gráfico 15 – Questão 03 do questionário ..... 82

Gráfico 16 – Questão 04 do questionário ..... 83

Gráfico 17 – Questão 11 do questionário ..... 84

Gráfico 18 – Questão 10 do questionário ..... 88

Gráfico 19 – Questão 16 do questionário ..... 89

Gráfico 20 – Questão 14 do questionário ..... 90

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil dos entrevistados ..... 25
Quadro 2 - Sociabilidade Violenta ..... 50

**SUMÁRIO**

**1 INTRODUÇÃO.....10**
1.1 A PESQUISA DE CAMPO.....16
1.2 ANÁLISE DOS DADOS.....19

**2 SOCIALIZAÇÃO E VIOLÊNCIA DESREGULADA: ASPECTOS SUBJETIVOS.....21**
2.1 JOVENS QUE MATAM, JOVENS QUE MORREM.....21
2.2 MOTIVAÇÕES.....28
*2.2.1 MOTIVO FÚTIL/IMPULSO.....30*
*2.2.2 MERCADO DE DROGAS .....35*
*2.2.3 ASSALTOS .....42*

***3* MECANISMOS DE REGULAÇÃO DA VIOLÊNCIA: ASPECTOS ESTRUTURAIS.....45**
3.1 CRIME E VIOLÊNCIA ATRÁS DOS MUROS: O QUE DIZEM OS ENTREVISTADOS.....52
3.2 CONFIANÇA NO ESTADO E EM SUAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS.....62

**4 A SIGNIFICAÇÃO SOCIAL DA MORTE E DO MORRER PARA JOVENS HOMICIDAS.....72**
4.1 MORTE BOA X MORTE RUIM.....85
4.2 MORTE JUSTA X MORTE INJUSTA.....91

**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....97**
**REFERÊNCIAS.....105**
**APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRTURADA.....109**
**APÊNDICE B- QUESTIONÁRIO.....111**
**APÊNDICE C- TERMO DE CONSENTIMENTO.....117**

# 1 INTRODUÇÃO

Compreender a significação social da morte está diretamente relacionado à compreensão do próprio viver. À primeira vista, podem parecer conceitos opostos, mas, em verdade, o sentido dicotômico que envolve ambas expressões está relacionado de forma tão profunda que é impossível que esses conceitos sejam compreendidos isoladamente. Apesar da morte ser uma certeza de todo ser humano, é pouco comum discutirmos o tema em nosso cotidiano. Estamos acostumados a viver o aqui e o agora; a planejar nossa rotina, nosso presente e futuro, futuro esse que parece infinito. Vivemos em um sistema imortal e apesar de (re)conhecermos nossa finitude, queremos cada vez mais adquirir essa imortalidade, fazendo o possível para adiar nosso fim.

Você tem medo de morrer? Como você gostaria de morrer? Quando? Difícil controlar, principalmente se levarmos em consideração que vivemos em um contexto no qual o número de homicídios ultrapassa 60.000mil por ano. Só nos últimos 10 anos, mais de 500.000 mil[1] pessoas tiveram a vida interrompida. Nesse sentido, pode-se afirmar que esse fenômeno influencia diretamente na construção simbólica dos indivíduos em relação à vida e a morte.

A criminalidade e violência em nosso país são fenômenos que fugiram do controle do Estado. A juventude tem sido a principal protagonista dessa realidade; ora como vítimas, ora como agressores. No Brasil, de acordo com o *Atlas da Violência,* no ano de 2016 houveram 62.517 mil homicídios. Dessas vítimas, 33.590 mil eram jovens. Outro dado que vale destacar é o fato de que, desses jovens, 94,6% eram homens. Dados do ministério da justiça apontam que a juventude é o grupo que mais sofre violência, ao passo que também é a população que mais pratica atos violentos. Além disso, De acordo com uma pesquisa realizada em Recife[1], o homicídio entre jovens costuma ocorrer entre conhecidos, mostrando haver relação de proximidade entre vítima e agressor. Pode-se supor, portanto, que muitos desses jovens que matam, morrem.

Partindo do exposto, pode-se levantar os seguintes questionamentos: o que influencia um indivíduo jovem a matar? Quais as significações sociais que esses indivíduos atribuem à morte e ao morrer? Tentaremos responder essas e outras questões ao longo do texto.

---

[1] Ver: PATRÍCIO, Laura Maria Nunes. Configurações de homicídios praticados e sofridos por jovens no Recife em 2009 / Laura Maria Nunes Patrício. – Recife : O autor, 2012.

Para isso, foram realizadas entrevistas com jovens que praticaram homicídio. Durante as entrevistas, foi abordada a questão da significação social da morte de forma direta e indireta: indireta no sentido de ter sido levantado temas como trajetória de vida, infância, adolescência, juventude, relação com amigos, familiares, sociedade em geral, assim como com o Estado.

Vivemos em uma sociedade na qual a morte está associada à última etapa de um processo social e biológico. Esse fato foi constatado durante as entrevistas. De acordo com os entrevistados, quanto mais se viver, melhor. Quando questionados até que idade gostariam de viver, as respostas sempre estavam relacionadas à velhice: "até ficar velhinho"; "mais de 100 anos"; "1000 anos". Além disso, a ideia de se ter a vida interrompida também foi vista com temor, como veremos no terceiro capítulo.

Partindo dos relatos, fica muito claro que para os indivíduos[2], a morte é um tabu (ARIÈS, 2003). Existe uma certa incapacidade para lidar com o morrer. Não se fala em morte, não se quer morrer. Mas nem sempre foi assim. No período medieval, por exemplo, a morte fazia parte do cotidiano das pessoas; existia muita proximidade dos mortos com os vivos por conta da baixa expectativa de vida, provocada por doenças, conflitos sociais, sendo comum, portanto, a morte de crianças e jovens. A partir do século XVIII, principalmente, com o advento da modernização nas sociedades, houve o avanço da medicina, consequentemente da saúde pública, tornando possível o aumento da expectativa de vida, fazendo com que as pessoas adiassem cada vez mais a ideia de morrer. Houve, portanto, uma sincronização da vida social com a vida biológica, no sentido de que a morte passou a ser encarada como a última etapa de um processo biológico. Esse contexto foi marcado pelo aumento da expectativa de vida, assim como do individualismo (KEARL, 1989).

Essa noção de individualidade é importante para se compreender o traumatismo causado pela morte. A dor provocada pela morte só existe se a individualidade do morto tiver sido presente e reconhecida: quanto mais o morto for íntimo, familiar, "único", mais a dor é violenta (MORIN, 1970). Essa afirmação incondicional do indivíduo foi sendo adquirida à medida em que os indivíduos foram se tornando mais independentes do seu grupo social. Nos grupos arcaicos, por exemplo, os indivíduos estavam mais submetidos às pressões sociais, existia uma afirmação muito grande da consciência coletiva, de forma que a sociedade se

[2] É fato que com número de entrevistas realizadas não se pode fazer inferência à população total. Entretanto, de acordo com a literatura estudada, esse temor à morte consiste em uma característica das sociedades ocidentais contemporâneas. As entrevistas confirmaram a argumentação da bibliografia utilizada.

afirmava frente aos indivíduos, que sentiam que essa afirmação era mais verídica do que a própria individualidade. Dessa forma, esse “horror da morte”, que está associado à perda da individualidade acabava por se dissipar (MORIN, 1970).

Com o passar do tempo, houve a inversão da relação de subordinação indivíduo-sociedade, no qual o homicídio corresponde à um processo de afirmação de uma individualidade, que se manifesta pelo desejo de destruir as individualidades que estão em conflito com a primeira (MORIN, 1970), o que demonstra de forma empírica o enfraquecimento dos vínculos sociais, considerando que a identidade é enfatizada à medida que as pessoas se sentem/tornam mais independentes do seu grupo social. O homicídio, portanto, corresponde a satisfação de se afirmar pela destruição do outro (MORIN, 1970).

Todo esse contexto, todo esse processo de modernização das sociedades, contribuiu para as percepções modernas de *“boa morte” (good death)* e *“morte ruim” (bad death)*, desenvolvidos por Michael Kearl. Segundo o autor, a *Morte Boa*, está associada à última etapa do processo social e biológico, atende as necessidades de quem está morrendo, dos sobreviventes, no sentido de que não desestabiliza, não rompe com a ordem social; já a *Morte Ruim*, rompe com a harmonização do falecido, dos sobreviventes, causando grandes impactos, por terem causas menos controláveis, e quase não dão espaço para elaboração de racionalização ou justificativas (KEARL, 1989). É importante destacar que o significado social da morte varia não só no tempo, mas de sociedade para sociedade, dentro da sociedade, dependendo das dinâmicas sociais.

No contexto social brasileiro, apesar do aumento da expectativa de vida da população, a taxa de mortalidade juvenil teve um pequeno aumento, passando de 146 mortes por 100 mil jovens, em 1980, para 149 morte por 100 mil, em 2012. Entretanto, as características da mortalidade juvenil não permaneceram as mesmas, mudaram radicalmente para "novos padrões da mortalidade" (WAISELFISZ, 2014).

Estudos históricos realizados em São Paulo e Rio de Janeiro (VERMELHO E MELLO JORGE, 1996) mostram que as epidemias e doenças infecciosas, que eram as principais causas de morte entre os jovens, foram progressivamente substituídas por causas externas (transportes, suicídios e homicídios) principalmente homicídios, se considerarmos o índice de criminalidade e violência no país. Vale ressaltar que a maior parte das vítimas são jovens, negros, do sexo masculino, habitantes de periferia e áreas metropolitanas de centros urbanos

(WAISELFISZ, 2014). São justamente essas áreas que sofrem impactos diretos devido à problemas relacionados à infraestrutura urbana, baixo nível econômico e educacional e uma elevada mudança populacional, o que acarreta um enfraquecimento cada vez maior dos vínculos sociais (MARINHO; SILVA, 2014).

Os indivíduos, portanto, não correm o mesmo risco de vitimização, pois existem alguns grupos que são mais violentamente vitimados do que outros, ou seja, *"boas mortes"* e *"mortes ruins"* são distribuídas desigualmente em nossa sociedade. A população mais pobre e marginalizada socialmente é a que mais morre de forma prematura, por causas naturais como doenças, ou por causas externas, como homicídio (KEARL, 1989). Domar a morte, administrando bem o morrer, portanto, sempre foi um privilégio da elite urbana (KELLEHEAR, 2016: 339).

É importante analisar esse contexto de crime e violência partindo do pressuposto de que são fenômenos multicausais. A falta de estrutura social, principalmente nas regiões periféricas, é uma realidade, mas no que tange a violência urbana no Brasil, pode-se afirmar que consiste em uma realidade social que possui uma lógica própria (MACHADO, 1999). Pode haver relação com outros problemas e fenômenos sociais, como por exemplo a crise institucional, entretanto, funciona com uma certa independência em relação a esses problemas, no sentido de que não podemos afirmar que o aumento da criminalidade é uma consequência direta da "crise do Estado" (MACHADO, 1999).

A importância do papel do Estado como mantedor da ordem social é um fato. Entretanto, não se pode atribuir como causa da criminalidade e violência apenas fatores externos aos indivíduos, pois assim, pode-se associar pobreza à criminalidade (MACHADO, 2004). É necessário observar que o reconhecimento de que o crime é um fenômeno multicausal engloba reconhecer também a capacidade de decisão das personalidades: analisar as relações contemporâneas por meio de uma análise na qual o todo se sobrepõe às partes, ou a consciência coletiva se sobrepõe à individual (DURHEIM, 1999), acaba por reduzir a análise, pois desconsidera todo o processo de individualização vivenciado nas sociedades.

A violência urbana, crescente na sociedade brasileira, apresenta características peculiares, no sentido de que o uso da força física deixou de ser um recurso monopolizado pelo Estado e passou a ser utilizado socialmente para a resolução de conflitos (MACHADO, 2004). A recorrência ao recurso banal a força física explicaria o aumento da criminalidade,

principalmente no que corresponde ao crime violento letal, pois desenvolveu-se um novo padrão de sociabilidade, uma "sociabilidade violenta", que não se confronta com a ordem estatal, mas lhe é contíguo (MACHADO, 2004: 72). Essa sociabilidade corresponde à interação existente entre indivíduos e sociedade, entre manifestações particulares e múltiplas de comportamentos sociais (FONTES, 2013).

Nesse sentido, a abordagem oferecida por Machado da Silva nos proporciona destacar na análise da violência urbana seu aspecto qualitativo: o uso banal da força física. Com esse viés, o foco da análise criminológica deixa de ser exclusivamente estrutural e passa a considerar o próprio ator social e sua ação como objeto de estudo (FRANÇA, 2015).

É necessário focar na relação entre agência e estrutura, pois ao mesmo tempo em que se observa os comportamentos dos indivíduos, se observa também processos sociais, considerando serem estes resultantes das interações entre os indivíduos e a sociedade (FONTES, 2013). Estamos acostumados nas Ciências Sociais a falar de níveis de complexidade de ordem superior, da cultura, classes, sociedades e acabamos desprezando a complexidade que há nos agentes (LATOUR, 2014). Os seres humanos são muito mais complexos do que um sistema de leis e crenças, por exemplo (LATOUR, 2014). Existem, portanto, esferas da vida que fogem do social (TARDE, 2007).

A compreensão do problema de pesquisa proposto nessa dissertação implica analisar não só questões estruturais, mas também subjetivas: essas duas perspectivas se completam, considerando que o conceito de sociedade, está intimamente relacionado ao conceito de interação (SIMMEL, Apud FONTES 2013). O social, portanto, não se origina de um sujeito, nem de um sistema abstrato, mas da interação entre eles (FONTES, 2013: 98). Os indivíduos tecem laços com outros, não só do seu primeiro círculo de associação, mas também com os que se encontram fora deste. Essas relações se estabelecem a depender das inclinações de cada agente, de seus interesses individuais (SIMMEL, Apud FONTES 1999: 408). Quanto mais acontece a diferenciação social, mais os indivíduos adquirem liberdade e individualidade específica (FONTES, 2013). O sujeito não é mais determinado de forma abstrata, resultante apenas da expansão quantitativa da diferenciação social, mas também é resultado da determinação autônoma da escolha de sua trajetória (FONTES, 2013). Não podemos descartar dimensões subjetivas dos indivíduos, pois os mesmos são sujeitos ativos na construção e modificação da estrutura social.

As relações entre estrutura e agência são extremamente complexas. Ao mesmo tempo em que os indivíduos são ativos, a estrutura também possui o seu papel. O papel do Estado, por exemplo, é essencial para a manutenção da unidade social, que não se desenvolve espontaneamente, mas é mantida por meio dele (DURHEIM, 1999).

Uma das características essenciais do Estado, como mantedor da ordem, diz respeito ao monopólio da violência. Esse é um princípio que rege qualquer sociedade civilizada, isso porque a estabilidade do autocontrole mental que emerge em todo ser humano civilizado mantém uma estreita relação com a monopolização da força física e a crescente estabilidade dos órgãos centrais da sociedade (ELIAS, 1997:197). A banalização do uso da força física desperta emoções potencialmente destrutivas nos indivíduos, que passam a agir de forma violenta e cruel. Na intenção de compreender essas ações, também serão utilizados os conceitos de *ethos guerreiro e ethos civilizado*, desenvolvido por Norbert Elias (1997).

A predominância da consciência individual e a ausência do controle e manutenção da ordem por parte do Estado resulta na fragilidade da unidade social. Nesse contexto, os indivíduos agem considerando o outro como rival e inimigo: Agridem-se com crueldade, com o objetivo de resolver conflitos e rivalidades através da extinção física de uma das partes (ZALUAR, 2014). Essas são as características do *ethos guerreiro.* Ao contrário, quando o Estado exerce de fato seu papel de mantedor da ordem social, monopolizando o uso da violência, cria-se uma segunda natureza, que controla a primeira, de acordos tácitos, não conscientes, desenvolvendo o respeito às leis e regras (ZALUAR, 2014). Esse *habitus*, esse autocontrole, é o que caracteriza o *ethos civilizado,* definido por Elias.

Tendo em vista que a morte leva os indivíduos a revelarem as principais crenças, valores, dinâmicas e fragilidades sociais (KEARL, 1989), a proposta dessa dissertação, consiste em investigar os significados sociais no que concerne à morte e ao morrer atribuídos por jovens que praticaram homicídio. As questões centrais aqui apresentadas giram em torno dos indivíduos e suas relações com o social.

Compreender as significações que os indivíduos atribuem à morte e ao morrer, implica em analisar suas próprias vivências e dinâmicas sociais. Nesse sentido, nos dois primeiros capítulos, serão abordadas questões relacionadas à socialização nas perspectivas micro e macrossocial: no primeiro, as motivações pelas quais os indivíduos praticaram os homicídios serão analisadas pelo viés do *autocontrole* e *socialização primária,* sendo observada a

questão da subjetividade do indivíduo e o uso (des)controlado da violência como princípio regulador das relações sociais; no segundo capítulo, abordaremos o processo de socialização e controle das ações impulsivas por meio da perspectiva macrossocial: como aspectos estruturais podem influenciar a prática de homicídios?

Por fim, no terceiro capítulo será abordado mais especificamente o objetivo central dessa dissertação*: como indivíduos que praticaram homicídio significam a morte e o morrer?* Essa questão esteve implícita nos capítulos anteriores, entretanto será centralmente abordada nesta terceira parte: os entrevistados relatarão diretamente como significam a morte, sendo possível, a partir dos relatos, categorizar o morrer em quatro conceitos diferentes: *Morte boa, Morte Ruim; Morte Justa e Morte Injusta.*

Em síntese, considerando que a morte revela os principais valores, crenças e dinâmicas sociais (KEARL, 1989), este trabalho pretende analisar como jovens que praticaram homicídio significam a morte e o morrer e como essas significações influenciam na prática do homicídio.

## 1.1 A PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo ocorreu entre setembro de 2017 e março de 2018. Foram realizadas 23 entrevistas com jovens que praticaram homicídio, detentos de uma unidade prisional no estado de Pernambuco, a saber: Penitenciária Professor Barreto Campelo (PPBC), localizada na Ilha de Itamaracá. Esta é uma penitenciária de regime fechado, considerada de segurança máxima e abriga três vezes mais detentos do que a sua capacidade[3]. Apesar de ter sido autorizada pela SERES (Secretaria de Ressocialização) para a realização da pesquisa, me foi negado o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico, inclusive do gravador de voz. Mesmo assim, prossegui com a proposta inicial: a realização de entrevistas semi-estruturadas.

[3] A PPBC possui 430 vagas mas abriga 1641 detentos, segundo os últimos dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Ressocialização (SERES). Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2018/01/23/interna_vidaurbana,739299/revista-na-barreto-campelo-apreende-182-itens-incluindo-revolver-e-mu.shtml

Devido ao impedimento do uso do gravador de voz, utilizei para cada entrevista uma cópia impressa do roteiro de entrevista, com espaço entre as questões para anotações. A princípio, seriam realizadas apenas entrevistas semi-estruturadas[4], entretanto, após a primeira visita percebi que seria enriquecedor para a pesquisa complementar os dados colhidos com a aplicação de um questionário fechado, com foco nos objetivos da dissertação. O questionário[5] foi elaborado e a partir da segunda visita, aplicado.

As entrevistas foram realizadas em uma sala que fica na parte administrativa da penitenciária. Não tive acesso aos pavilhões. Durante as entrevistas, fui acompanhada por um agente da guarda penitenciária e um detento designado pela guarda. Em alguns momentos foi possível ficar apenas com o entrevistado na sala, mas no geral, as entrevistas foram supervisionadas.

É fato que essa situação tem um peso no que tange às informações que foram expostas pelos entrevistados. No entanto, de forma geral, as entrevistas fluíram. No início, os entrevistados ficavam desconfiados, mas a medida em que a conversa se desenvolvia, pareciam estar bem à vontade, inclusive, chegaram a fazer fila na porta da sala para serem entrevistados.

Durante as entrevistas, fazia o máximo de anotações[6]. Evitava olhar para o papel, pois percebi que quando o fazia, os entrevistados ficavam desconfiados querendo ver o que eu estava anotando, e paravam de falar. Dessa forma, era necessário estabelecer novamente "um link de confiança" para o desenvolver da entrevista. Em alguns casos, os entrevistados pareciam não se importar que eu olhasse para as anotações, mesmo assim, evitei olhar para o roteiro.

Outra questão a ser levantada diz respeito ao fato da pesquisa ser realizada com desviantes institucionalizados. Idealmente, os dados teriam sido coletados observando os

[4] A entrevista semi estruturada foi elaborada tendo como base a bibliografia estudada, sendo utilizado também como referência, um roteiro de entrevista disponibilizado na dissertação*: PATRÍCIO, Laura Maria Nunes. Configurações de homicídios praticados e sofridos por jovens no Recife em 2009 / Laura Maria Nunes Patrício. – Recife : O autor, 2012.*

[5] O questionário foi elaborado tendo como referência um roteiro disponibilizado no livro *KEARL, Micheal. Endings: a sociology of death and dying (1989),* além do questionário de uma pesquisa de vitimização realizada pelo NEPS (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Segurança- UFPE).

[6] Os trechos transcritos e expostos nessa dissertação foram minimamente alterados, pois não pude utilizar gravador de voz. Muitas vezes, conseguia transcrever frases completas e literais durante as entrevistas, mas no ponto de vista geral, anotava partes do que era dito e complementava depois, ao lembrar dos relatos, na escrita do diário de campo.

desviantes enquanto realizavam suas atividades características ou entrevistando-os sobre suas experiências (BECKER, 1992: 153). No entanto, devido ao fato de que a atividade em questão é passível de punição, aqueles que praticam/praticaram o crime, não tornam o fato público, acessível (BECKER, 1992). Além disso, se assim fizesse, se estabeleceria uma relação de cumplicidade com o crime.

Dessa forma, é necessário que o pesquisador extraia uma amostra de um universo cujos limites, unidades e locais sejam conhecidos por ele (BECKER, 1992:154). Entretanto, por questão de segurança, o único método consiste em entrevistar desviantes que foram legalmente processados em consequência do crime cometido, o que significa entrevistar desviantes encarcerados (BECKER, 1992:154).

Existem várias críticas em relação a esse método. Uma delas, apontada por Becker argumenta que independente da forma de desvio, os indivíduos que são apanhados diferem em habilidade dos "desviantes profissionais": Aqueles acabaram fracassando, enquanto que esses, se prepararam e conseguiram escapar da justiça, fazendo com que os amadores acabassem sendo vastamente representados nas populações carcerárias (BECKER, 1992).

> Uma segunda crítica sugere que os desviantes encarcerados não falam ou agem como poderiam em seus habitats nativos [...] Não mais operando em suas circunstâncias normais, eles agora reagem a controles imensamente diferentes, e, particularmente, podem pensar que, ao contar sua história, tem a possibilidade de usar o pesquisador para influenciar as autoridades das quais seu destino depende.
> (BECKER, 1992:157)

Além disso, é fato que a experiência do cárcere pode modificar o comportamento dos indivíduos. Entretanto, no que tange à pesquisa em unidades prisionais, reconheço as limitações do campo, como citei algumas, ao passo que se faz necessário reconhecer também vantagens, principalmente se considerarmos que o crime o qual propomos compreender é o homicídio, devendo-se reconhecer que o acesso à indivíduos que praticaram tal ato é difícil e delicado.

Como vantagens, pode-se citar o fato de que não existe outro meio de acumular uma amostra (BECKER, 1992). Além disso, algumas atividades [como o homicídio] ocorrem de modo tão privativo, que os sujeitos não poderiam ser encontrados de outra forma (BECKER, 1992:156). Partindo do exposto, justifico a escolha de desenvolver a minha pesquisa em uma unidade prisional.

Com o objetivo de delimitar o objeto de pesquisa, as entrevistas ocorreram com jovens, institucionalizados. Sabe-se que o conceito de juventude varia no tempo, assim como de sociedade para sociedade. No entanto, para fins desta pesquisa, será considerado como "jovem" indivíduos com idades entre 15 e 29 anos, considerando o Estatuto da Juventude, promulgado em 2013, através do projeto de lei nº.4529/04. Considerando que as entrevistas ocorreram em uma penitenciária na qual os detentos alcançaram a maior idade penal, a faixa etária utilizada para seleção dos entrevistados foi entre 18 e 29 anos de idade[7].

## 1.2 ANÁLISE DOS DADOS

Considerando a proposta dessa dissertação, que consiste em analisar os significados sociais no que concerne à morte atribuídos por jovens que praticaram homicídio, a técnica utilizada para produção e análise do corpus será a análise de conteúdo. Esta, consiste em procurar conhecer as significações de ordem psicológica, sociológica e/ou histórica, por meio de um mecanismo de dedução, tendo como base indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens (BARDIN, 1977: 43).

As informações coletadas, seja por meio do questionário fechado ou da entrevista semiestruturada, foram categorizadas e como forma de facilitar o manuseio das informações, também foi utilizado o programa *IBM SPSS Statistics 20,* sendo utilizado a função de análise descritiva. As informações foram agrupadas e analisadas por meio de categorias temáticas.

Na análise de conteúdo, a linguagem é tida como uma representação de uma realidade *a priori*, como um veículo de transmissão de uma mensagem subjacente (DEUSDARÁ, ET AL, 2005). Essa técnica consiste, em produzir inferências de um texto para seu contexto social de maneira objetivada, através de procedimentos sistemáticos, metodicamente explícitos e replicáveis (BAUER, 2002). Entretanto, não sugere uma leitura válida singular dos textos, pois, essa validade deve ser julgada em termos de uma fundamentação nos materiais pesquisados e sua congruência com a teoria utilizada pelo pesquisador e seu objetivo de pesquisa (BAUER, 2002). A análise de conteúdo, portanto, permite estabelecer

[7] Mesmo tendo delimitado 29 anos como idade limite, três dos entrevistados possuíam mais de 29 anos (a saber: dois deles com 30 anos e um com 35 anos). Como eles demonstraram interesse em participar da pesquisa, decidi prosseguir com as entrevistas.

uma correspondência entre o nível empírico e o teórico, e assim, analisar as relações subjetivas que os indivíduos mantém com o tema estudado (BARDIN, 1977).

A escolha por essa técnica se justifica pelo fato de que compreender como os indivíduos significam a morte engloba uma série de questões relacionadas não só à estrutura social, mas também às suas próprias trajetórias de vida. Nesse sentido, a análise de conteúdo por meio da categorização semântica tem como primeiro objetivo fornecer por condensação uma representação simplificada dos dados brutos, para posteriormente ser possível estabelecer um quadro geral (BARDIN, 1977: 119) e assim compreender como esses jovens significam o morrer.

# 2 SOCIALIZAÇÃO E VIOLÊNCIA DESREGULADA: ASPECTOS SUBJETIVOS

Nesta seção, farei inicialmente uma apresentação do perfil dos entrevistados, com o objetivo de apresentar um pouco suas trajetórias e o ambiente o qual estavam inseridos antes de cometerem crimes e serem presos. Questões relacionadas à infância, adolescência e educação foram abordadas durante as entrevistas, sendo possível observar uma relação entre estas e as motivações que influenciaram à prática do homicídio.

## 2.1 JOVENS QUE MATAM, JOVENS QUE MORREM

As relações entre idade social e idade biológica são muito complexas. Infância, juventude e velhice são construções sociais manipuláveis (BOURDIEU, 1983), que variam no tempo, assim como de sociedade para sociedade e dentro delas. Se fôssemos discutir a construção social do conceito de juventude em nossa sociedade, seria necessário fazer um extenso levantamento histórico, político, social. Sem adentrar nessa discussão, é importante ressaltar que tal conceito não constitui em um consenso. Considerando diferenças de classe, por exemplo, pode-se comparar "juventudes": condições de vida, trabalho, educação, alimentação, lazer, responsabilidades (BOURDIEU, 1983). Todo esse contexto nos faz observar o fato de que as desigualdades existem e influenciam diretamente a construção simbólica do viver. Entretanto, como já citado, para fins dessa pesquisa será considerado como "jovens" indivíduos entre 15 e 29 anos de idade[8].

Em 2017, o Brasil tinha em torno de 48,5 milhões de jovens. Dentre as características dessa juventude, podemos destacar o fato de que 23% dessa população não estudavam, nem trabalhavam: um crescimento de 5,9% em relação ao ano anterior[9]. Além disso, 25,1 milhões desses indivíduos não frequentavam escola, cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou de qualificação profissional e não haviam concluído uma graduação. Em relação ao nível de instrução, 55,1% tinha o ensino médio completo ou superior incompleto, 23% o ensino fundamental completo ou médio incompleto e 21,9% era sem instrução ou com o ensino fundamental completo (PNAD CONTÍNUA 2017). Esses dados apontam para uma realidade de evasão escolar e desigualdades sociais.

[8] LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013. Art. 1º §1º Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm

[9] Fonte: IBGE.

A juventude brasileira é protagonista da população nacional, em várias perspectivas. Do ponto de vista demográfico, representa 26%[10] da população total e no que tange à vitimização e protagonismo de crimes violentos, não é diferente. De acordo com dados do Ministério da Justiça, os jovens representam o grupo etário com o maior número de vítimas de crimes violentos, ao passo que também representa o grupo que mais praticam atos violentos, dentre esses, homicídios (PATRÍCIO, 2012).

Durante as entrevistas, tentei explorar ao máximo a trajetória de vida dos entrevistados, principalmente infância e adolescência, com o objetivo de tentar compreender os contextos aos quais os mesmos estavam inseridos antes de serem presos, assim como de observar através de que meios esses indivíduos se envolveram com a criminalidade e violência. A apresentação desse contexto é necessária, considerando vários fatores, entre eles, o fato de que existem estudos que destacam a relação entre evasão escolar e violência[11], por exemplo, no sentido de que a violência, seja dentro do ambiente escolar, no bairro, ou no próprio lar, é um dos principais motivos que levam jovens, em idade escolar, a abandonarem a escola. A necessidade de trabalhar é outro fator preocupante. Atrelado a isso, a existência de opções de trabalho informal no mercado ilegal das drogas, assim como outros tipos de crimes contra a pessoa e o patrimônio, também contribui para diminuir aos olhos dos alunos, a importância da escolarização e das oportunidades de profissionalização oferecidas (ZALUAR, 2001).

De acordo com os relatos, o envolvimento com a criminalidade e violência ocorreu, principalmente, através de dois meios: amigos e familiares, que tinham envolvimento com o crime. Na maior parte dos casos, amigos. É interessante destacar que dentre as instituições apresentadas aos entrevistados, a que mais foi considerada como sendo de confiança foi a *família*.

Alguns entrevistados afirmavam que os pais/responsáveis eram "trabalhadores", não tinham nenhum envolvimento com a criminalidade e sempre os ensinaram o valor do trabalho e a importância de não se envolver com "más companhias":

> [...] Meu pai é dono de uma frota de táxi. Me dava muito bem com minha mãe e meus irmãos, mas tinha desentendimentos com meu pai. Era muito

[10] WAISELFISZ, J.J. *Mapa da Violência 2016: Homicídios por Armas de Fogo*. Rio de Janeiro, FLACSO/CEBELA, 2016.
[11] ZALUAR, Alba; LEAL, Maria Cristina. Violência Extra e intramuros. RBCS. Vol 16 nº45. Fevereiro/2001.

> bem de vida. Me envolvi com o crime porque quis, queria dinheiro fácil, uma aventura [...]
> Alexandre, 26 anos.
>
> [...] Minha mãe sempre me ensinou a pedir e não a roubar, mas não levava pro lado do estudo [...] Nunca me envolvi com drogas, com crime. Minha mãe nunca permitiu que eu andasse com más companhias, cheguei a apanhar por estar com pessoas erradas [...]
> Antônio, 29 anos.
>
> [...] Tive uma infância boa. Morava com meus pais e mais três irmãos. Meu relacionamento com minha família era bom, tranquilo [...] Me envolvi com o crime por conta de amigos [...]
> Victor, 35 anos.

Partindo dos relatos, pode-se questionar: o que leva um indivíduo a abandonar a segurança da família[12] e assumir uma "nova identidade"? Apesar de, nesses casos, as famílias proporcionarem uma certa estrutura, no que diz respeito a valores éticos e morais inclusive estabilidade financeira, as influências de círculos sociais externos aos núcleos familiares acabaram se sobrepondo. Em outros casos, mesmo quando a família foi apontada como confiável, algumas respostas fizeram objeções quanto à essa confiabilidade, afirmando que só confiavam em alguns membros (mãe, tias, avós, entre outros). Nesse ponto, retomo a questão do processo de individualização em nossa sociedade, considerando que os entrevistados não demonstraram possuir uma ligação forte, demonstrando serem independentes não só da sociedade como um todo, mas em alguns casos, das próprias famílias. Aparentemente, o que prevaleceu foram suas próprias escolhas, "prazeres", "aventuras".

> [...] Comecei a me envolver com o crime ainda nessa fase [adolescência], quando saia com meus amigos e ficava bêbado. Fazia assaltos [...] gostava porque o coração acelerava, tinha adrenalina, era uma sensação boa [...]
> João, 27 anos.
>
> [...] Tive uma infância normal, estudando, brincando [...] Morava com meu pai, minha mãe e meus dois irmãos. Tinha um bom relacionamento com minha família [...]
> -Quando você precisava de alguma coisa, a quem você recorria?
> -Na rua, roubando. Com 17, 18 anos comecei a me envolver com o crime. Dinheiro fácil. Comecei a pegar gosto. Me envolvi com amizades. Comecei a beber, curtir [...]
> Claúdio, 30 anos.
>
> [...] Ia tudo bem, até que começou a se formar uma comunidade, próximo à minha casa. Conheci uns amigos e saia pra beber escondido. Comecei a fumar por esporte, não porque gostava de fumar, mas porque todo mundo

[12] Em geral, quando os entrevistados se referiam à família, essa referência era voltada para a família nuclear (mãe, pai, irmãos ou responsáveis com os quais moravam).

> fumava e eu queria entrar na onda também, quando tinha uns 15 anos, na adolescência. Meu pai sempre discutia comigo pra que eu começasse a trabalhar, não me dava dinheiro e foi aí que comecei a me envolver com o tráfico de drogas. Queria dinheiro fácil [...]
> Alexandre, 26 anos.

No primeiro relato, além de citar a influência de amigos, *João* fala a respeito das sensações que tinha ao cometer crimes, afirmando que sentia "prazer, boas sensações". O incentivo à ação criminosa relaciona-se, também, à facilidade em conseguir dinheiro que o crime proporcionava. Isso fica claro na segunda e terceira fala. O prazer momentâneo, o desejo de suprir as próprias vontades a curto prazo foi muito relatado nas entrevistas. É possível apontar, entre os entrevistados, vários pontos em comum, que serão abordados nos próximos capítulos.

Antes de prosseguir com a análise, será apresentado no quadro abaixo[13] o perfil dos jovens entrevistados. É interessante observar que esse perfil corrobora com a estatística nacional, principalmente no que tange à escolaridade e raça/cor:

[13] Considerando a questão de ética, foram utilizados pseudônimos em referência aos entrevistados. Outra questão importante, diz respeito ao uso das categorias "branco" e "não branco": a opção por estas se deu com o objetivo de facilitar a análise, pelo fato das múltiplas respostas referente à mesma variável (Exemplo: "moreno", "moreno claro", "pardo").

Quadro 1 – Perfil dos entrevistados

| Nome | Idade | Escolaridade | Raça/cor | Religião | Há quanto tempo está preso? |
|---|---|---|---|---|---|
| João | 27 | Ensino Médio Completo | Não_Branco | Protestante | 4,7 anos |
| José | 24 | Ensino Fundamental Completo | Não_Branco | Protestante | 3,5 anos |
| Luiz | 27 | Ensino Fundamental Incompleto | Não_Branco | Não Tem | 8,6 anos |
| Marcos | 26 | Ensino Fundamental Incompleto | Não_Branco | Protestante | 4 anos |
| Ícaro | 25 | Ensino Fundamental Incompleto | Não_Branco | Não tem | 6 anos |
| Guilherme | 28 | Ensino Fundamental Incompleto | Não_Branco | Não Tem | 7 anos |
| André | 29 | Ensino Fundamental Incompleto | Não_Branco | Protestante | 9 anos |
| Paulo | 29 | Ensino Médio Incompleto | Branco | Católico | 8 anos |
| Jurandir | 25 | Superior Completo | Branco | Protestante | 5 anos |
| Claúdio | 30 | Ensino Fundamental Incompleto | Não_Branco | Não Tem | 10 anos |
| Robson | 28 | Ensino Médio Completo | Não_Branco | Católico | 4,8 anos |
| Rodrigo | 30 | Ensino Fundamental Incompleto | Não_Branco | Não Tem | 11 anos |
| Rivaldo | 27 | Ensino Fundamental Incompleto | Não_Branco | Não Tem | 6 anos |
| Caio | 20 | Ensino Fundamental Incompleto | Branco | Não Tem | 4 anos |
| Carlos | 29 | Ensino Fundamental Incompleto | Não_Branco | Não Tem | 8 anos |
| Arthur | 30 | Ensino Fundamental Incompleto | Não_Branco | Não Tem | 8 anos |
| Gustavo | 24 | Ensino Fundamental Incompleto | Branco | Testemunhas de Jeová | NS/NR |
| Bernardo | 25 | Ensino Fundamental Incompleto | Não_Branco | Protestante | 2,7 anos |
| Leonardo | 21 | Ensino Fundamental Incompleto | Não_Branco | Católico | 1 ano |
| Nicolas | 29 | Ensino Fundamental Incompleto | Não_Branco | Protestante | 11 anos |
| Antônio | 29 | Ensino Fundamental Incompleto | Não_Branco | Não Tem | 6 anos |
| Alexandre | 26 | Ensino Médio Incompleto | Não_Branco | Católico | 2 anos |
| Victor | 35 | Ensino Fundamental Incompleto | Não_Branco | Não Tem | 12 anos |

Fonte: Elaboração própria.

Um dos pontos em comum à maioria dos entrevistados é a baixa escolaridade entre eles: 73,9% possuem o ensino fundamental incompleto. Dentre as motivações que os levaram ao abandono escolar, as mais citadas foram *trabalho* e *envolvimento com a criminalidade e violência:*

> [...] Estudei até a quinta série; Era um excelente aluno. Mas depois que me envolvi no crime, comecei a perturbar, fazer coisa errada, fumar cigarro, maconha, dentro da escola [...]
> Ícaro, 25 anos

> [...] Estudei em escola particular. Era o pior aluno da escola (risos). Só fazia coisa errada, às vezes de propósito para pegar suspensão. Desrespeitava professor, fazia tudo errado. Não gostava de ir à escola. Quando comecei a me envolver com drogas, festas, ia para a escola por ir, porque não entrava

> mais nada na cabeça. Só queria que o tempo passasse rápido pra sair de lá [...]
> Alexandre, 26 anos.

Nesses relatos, os entrevistados afirmam que após o envolvimento com o crime não conseguiam aprender, focar nas atividades escolares, devido a dificuldades em assimilar o conteúdo. Importante também focar na mudança de comportamento no ambiente escolar, que passou a ser agressivo, comportamento esse às vezes proposital, devido ao fato de que o local passou a ser indesejado.

> [...] [Estudei] Até a 7ª série. Tinha 18anos. Desisti. Fui trabalhar [...]
> Rodrigo, 30 anos

> [...] Parei de estudar porque quis. Quando comecei a trabalhar como técnico de celular, quis parar de estudar, porque já tinha uma profissão. Não via mais sentido no estudo. Já tava trabalhando, ganhando meu dinheiro. Deixo a vida me levar, como diz a música [...]
> Claudio, 30 anos.

O trabalho também foi apontado como causa do abandono escolar. A necessidade de trabalhar para contribuir com a renda familiar é a realidade de muitos na sociedade brasileira. No primeiro relato, essa questão é retratada. No segundo, o entrevistado afirma que "parou de estudar por que quis", demonstrando que para ele, o sistema escolar não era mais atraente, já que o mesmo já possuía uma profissão, o que demonstra que muitas vezes o papel da escola é resumido à imersão do indivíduo ao mercado de trabalho. Também faz parte, entretanto, é importante destacar que um dos principais objetivos consiste em uma socialização metódica das novas gerações pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social (DURKHEIM, 2011). A escola, portanto, tem como um de seus objetivos suscitar e desenvolver nos indivíduos um certo número de estados físicos, intelectuais e morais exigidos para a vivência em sociedade (DURKHEIM, 2011: 53). Essa questão será melhor abordada posteriormente.

A violência vivida no ambiente familiar também foi muito relatada:

> (...) Minha infância não foi muito boa não. A mulher que me teve não me tratou bem, dava pra mim fermento com trigo [...] quando morava com

> minha mãe, era muito maltratado. Fui passar um fim de semana com a minha avó e não quis mais voltar [...] Com 12 anos comecei a conviver mais com meu tio e meu primo. Meu tio era o chefe da área. Com 14 anos cometi o primeiro homicídio, por conta do tráfico (...)
> José, 24 anos.

> - Como foi sua adolescência?
> – Preso, preso, preso. Fui preso aos 14 anos a primeira vez. Fiquei preso até os 19. Pelo homicídio e por outro crime que fiz quando tava preso. Saí. Voltei a ser preso de novo aos 22 anos [...]"
> (O entrevistado conta que teve uma infância conturbada. Cresceu no tráfico de drogas. Entrou para o tráfico aos 14 anos, devido a morte do primo, que foi assassinado. Guerra de facções. Matou o rapaz que assassinou o primo dele).
> Robson, 28 anos.

Nos relatos, percebemos claramente que esses indivíduos já haviam vivenciado a violência em suas trajetórias, desde a infância, por meio de maus tratos por familiares ou convivência com tráfico de drogas. A falta de estrutura familiar dos entrevistados foi outro ponto em comum. A ausência de pais e responsáveis para a supervisão dos mesmos enquanto crianças e adolescentes foi abordado em vários relatos:

> - Como foi sua infância?
> - (...) Foi doidera (...) Morava com minha avó, que era cega, e mais dois irmãos. Fui abandonado pelo meu pai e minha mãe (...) Quando minha avó morreu, ficamos só nós três e eu tive que me virar. Era o mais novo dos três, mas dizia pros meus irmãos irem estudar que o resto eu resolvia (...) Entrei pro tráfico com 15 anos. Cheguei a assumir a gerência do tráfico (...) Entrei pelo meu cunhado. Tô preso por causa de uma morte. Matei pra não morrer. Guerra do tráfico (...)
> Rivaldo, 27 anos

Tudo isso mostra o quanto os conceitos de infância e juventude podem variar dentro de uma mesma sociedade. A assimilação de um comportamento violento, portanto, muitas vezes, teve início na infância e continua sendo reproduzido na fase adulta, inclusive, dentro do cárcere, ambiente que deveria ser responsável pela ressocialização do indivíduo infrator. Essa questão, será abordada no segundo capítulo.

## 2.2 MOTIVAÇÕES

As motivações que levaram os entrevistados à cometerem crimes, nos proporciona observar inúmeras questões relacionadas às dinâmicas sociais, principalmente no que tange ao cenário de violência urbana no Brasil. Dentre as características que esse contexto possui, pode-se destacar três principais: 1) O crescimento da delinquência urbana, principalmente dos crimes contra o patrimônio e homicídios dolosos; 2) O surgimento da criminalidade organizada, especialmente em torno do mercado de drogas, que vem modificando os modelos de delinquência; 3) E a explosão de conflitos nas relações intersubjetivas, especialmente conflitos de vizinhança, que muitas vezes culminam em desfechos fatais (ADORNO, 2002). Vale ressaltar que apesar dessas características estarem relacionadas entre si, as causas nem sempre são as mesmas (ADORNO, 2002). Um ponto em comum entre elas, pode ser apontado como sendo a utilização da violência como instrumento de resolução de conflitos, inclusive, entre conhecidos.

O uso da violência como princípio regulador das relações sociais vem sendo cada vez mais disseminado na sociedade brasileira. De acordo com o ENASP (2013)[14], mais de 50% dos homicídios no Brasil são cometidos por motivos fúteis ou por impulso[15], o que aponta para o contexto de banalização da violência em nossa sociedade. Esses crimes com efeitos mais graves, considerando que são praticados contra a vida, poderiam ser evitados se houvesse mais controle e reflexão por parte dos agressores. Deve-se considerar também que o uso banal da violência como um meio para a resolução de conflitos é algo que vem sendo internalizado na sociabilidade brasileira ao longo dos anos. Pode-se afirmar que esse fenômeno além de intensificar o processo de individualização em nossa sociedade, serve de explicação para o aumento gradativo do número de homicídios no país.

O homicídio é regido pela afirmação da individualidade, pois no risco de morte encontra-se a decadência da espécie, a afirmação do indivíduo (MORIN, 1974:69). A ideia de morte, como sendo perda da individualidade, é uma questão importante para a compreensão do morrer, pois está diretamente relacionada ao processo de individualização nas sociedades.

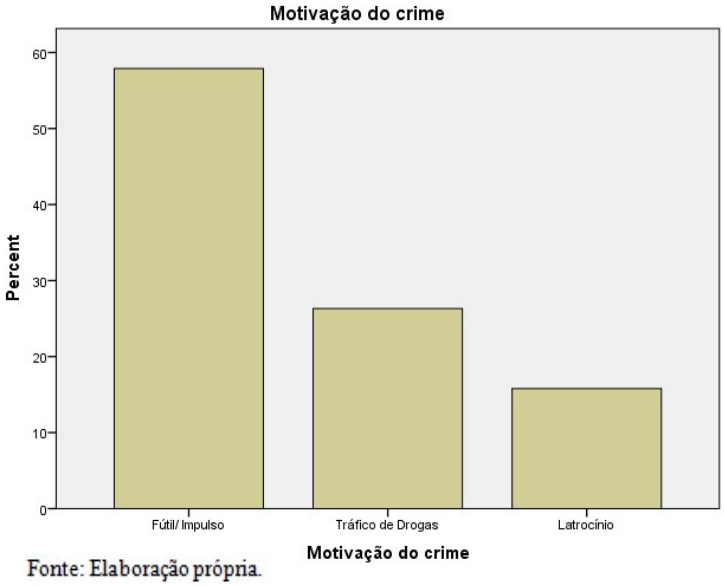
[14] Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP/ Conselho Nacional do Ministério Público, 2013).

[15] Por motivos fúteis e impulso, O ENASP entende como sendo as seguintes categorias: briga; briga familiar; ciúme; conflito agrário; conflito entre vizinhos; conflito no trânsito/trânsito/discussão de trânsito; desavença; desentendimentos; discussão; discussão entre vizinhos; embriaguez/alcoolismo/álcool/bebedeira; homofobia; intolerância religiosa; motivo fútil; ódio; passional; pessoal; racismo; rixa; sentimento; vias de fato/consequência de vias de fato; vingança/vingança pessoal; violência doméstica ou familiar/Maria da Penha (ENASP, 2012).

Nesse mesmo sentido se encontra o desejo de anular o outro para a afirmação de si (MORIN, 1974). Deve-se ressaltar também que o ato de matar implica riscos à existência do próprio agressor. Nesse sentido, a motivação que leva um indivíduo a cometer tal ato, revela, entre outras questões, a relação que o mesmo tem com a sociedade, assim como seus principais valores e dinâmicas vivenciadas.

Partindo das entrevistas, os homicídios relatados foram categorizados em três grupos: motivo fútil/impulso[16]; assaltos e tráfico de drogas. É interessante destacar que assim como as estatísticas nacionais, os homicídios motivados por *motivo fútil/ impulso* representam mais de 50% dos casos (57,9%), seguido de *tráfico de drogas* com 26,3% e *latrocínio (assaltos)*, com 15,8%[17]:

Gráfico 1 – Motivação do Crime




Fonte: Elaboração própria.

Apesar dos crimes cometidos provavelmente possuírem uma característica em comum, que é o uso banal da violência, é necessário destacar que para compreender o que leva um indivíduo a cometer um ato criminoso é importante considerar não só aspectos estruturais, mas também subjetivos da violência. Isso porque, se considerássemos apenas questões estruturais, acabaríamos realizando uma abordagem determinista, podendo cometer equívocos, como por exemplo, associando pobreza à criminalidade, ao passo que, se atentássemos exclusivamente para aspectos individuais, negligenciaríamos a influência da

[16] Aqui, foi considerado como sendo *motivo fútil e impulso*, as categorias utilizadas pelo ENASP.
[17] Alguns entrevistados não responderam questões relacionadas à motivação do crime. Dessa forma, para fins de análise, foi considerado o percentual válido.

estrutura e sociabilidade na formação do indivíduo. A proposta dessa análise, portanto, consiste nessa dupla abordagem.

### *2.2.1MOTIVO FÚTIL/IMPULSO*

O processo de individualização nas sociedades concedeu mais liberdade e autonomia ao indivíduo, dando-lhe espaço para tomar decisões tendo por base não só sua consciência coletiva, mas também individual. Quando um dos elementos desta última determina a conduta, a ação individual tem por princípio os interesses do agente (DURKHEIM, 1999). Ao contrário, a solidariedade social ocorre através da consciência coletiva, pois essa é a responsável pela coesão entre os indivíduos (DURKHEIM, 1999), a que faz com que o mesmo se perceba como uma extensão do outro. A partir do momento em que não há essa percepção, as relações sociais passam a ser hostis, no sentido de que cada um age de acordo com sua própria esfera de ação, se colocando acima da coletividade. Essa postura está diretamente relacionada à prática no homicídio.

O homicídio é um ato humano, considerando que o ser humano é o único animal que mata o seu semelhante sem a obrigação vital (MORIN, 1970: 63). Da mesma forma, a consciência da morte que possuímos equivale à decadência da espécie em relação à individualidade, pois, ao contrário do animal irracional, o ser humano lamenta a perda do indivíduo e não da espécie (MORIN, 1970: 57)[18]. Os animais possuem o instinto, a proteção, nesse sentido possuem a 'noção' de morte, mas não a de "morte perda da individualidade" (MORIN, 1970). No momento em que os sentimentos, o ódio, a fúria, chega ao ponto da tortura e até ao homicídio, fica claro que a ideia de proteção da espécie não funciona, pois, as pulsações individuais acabam por ultrapassar os interesses da espécie (MORIN, 1970).

Dessa forma, com a predominância da individualidade, há a necessidade de que o indivíduo desenvolva a estabilidade do controle mental (ELIAS, 1997) para que assim consiga-se manter minimamente o equilíbrio das relações sociais. O autocontrole, portanto,

[18] Esse sentimento só ocorre em animais quando a lei da espécie é alterada pela afirmação da individualidade, no caso da domesticação. Dessa forma, pode-se dizer que a morte só surge quando há promoção da individualidade em relação à espécie (MORIN, 1970).

corresponde a um fator interno aos indivíduos, e é tarefa da sociedade fazer com que os indivíduos se comportem de acordo com os interesses da coletividade (MAGALHÃES, 2004). Este é desenvolvido por meio da socialização, através das instituições sociais, principalmente, a família (SIEGMUNT, 2016).

A estrutura familiar foi uma das questões abordadas nas entrevistas. Um dos pontos em comum entre a maioria dos entrevistados, foi a falta da estabilidade dessa instituição:

> (...) Minha infância não foi muito boa não. A mulher que me teve não me tratou bem, dava pra mim fermento com trigo [...] quando morava com minha mãe, era muito maltratado. Fui passar um fim de semana com a minha avó e não quis mais voltar [...] Com 12 anos comecei a conviver mais com meu tio e meu primo. Meu tio era o chefe da área. Com 14 anos cometi o primeiro homicídio, por conta do tráfico (...)
> José, 24 anos.

> (...) Tive uma infância conturbada. Cresci no tráfico de drogas (...)
> Robson, 28 anos.

> (...) Fui abandonado pelo meu pai e minha mãe (...) morava com a minha avó [...] quando minha avó morreu, ficou só eu e meus irmãos (...) tive que me virar (...)
> Rivaldo, 27 anos.

O autocontrole é algo que deve ser desenvolvido através da educação e treinamento e esse é papel da sociedade, por meio da socialização, fazer com que os indivíduos se comportem de acordo com os interesses coletivos (MAGALHÃES, 2015). A importância da família como principal instituição socializadora, ocorre pelo fato de que cabe aos pais e/ou responsáveis supervisionar, de forma direta, a educação de seus filhos e estabelecer sanções, quando necessário. Não que o Estado não possua essa função, mas no que tange a este, as sanções exercem um controle externo, ao passo que o autocontrole consiste em um fator interno, desenvolvido principalmente por meio da educação familiar.

Nesse sentido, o baixo autocontrole está relacionado também à socialização da família e pode ser explicado por falhas no que tange à punição e cuidado dos responsáveis no que diz respeito à educação dos filhos. Nessa perspectiva, um indivíduo infrator seria aquele mal socializado, que não internalizou por meio da educação primária, elementos que proporcionariam autocontrole (MAGALHÃES, 2015).

Essa tese é levantada por Gottfredson e Hirsh, que desenvolveram a *teoria do autocontrole.* Os autores argumentam a emergência do comportamento criminoso considerando aspectos subjetivos do controle da violência. Um ponto interessante a se destacar é o fato de que nessa perspectiva, a questão do autocontrole emerge como uma tendência de evitar a ação criminosa independentemente das circunstâncias sociais em que os indivíduos se encontram (GOTTFREDSON E HIRSH A*pud FRANÇA, 1990: 87).* A principal contribuição dessa teoria consiste em explicar o criminoso em geral, no sentido de que os autores reconhecem a importância de se pensar o indivíduo infrator como aquele com características estáveis, independente de posição social ou de sua compreensão de sistemas de sanções (FRANÇA, 2015). A principal diferença entre indivíduos criminosos e não criminosos, portanto, seria a capacidade de autocontrole individual.

O baixo autocontrole se caracteriza, segundo os autores, ao desejo por gratificações imediatas, sem esforço; a busca por risco, emoção; a falta de planejamento e busca de benefícios de longo prazo, assim como a insensibilidade com o outro, considerando que a ação provoca algum tipo de sofrimento às vítimas (FRANÇA, 2015). A tendência de alguns indivíduos de não exercerem o autocontrole os torna propensos a atos impulsivos e criminosos.

A falta de autocontrole foi relatada durante as entrevistas. Muitos dos entrevistados atribuíram os homicídios que cometeram a questões relacionadas a instabilidade emocional, afirmando que fizeram o que "veio na cabeça".

> (...) amizades, impulso. Quando o cara tem fama, vai e faz (...)
> André, 29 anos.
>
> (...) Matei por nada, tava doidão. Queria me amostrar. Me arrependo muito [...] o cara não fez nada (...)
> Bernardo, 25 anos.
>
> (...) foi coisa de momento, raiva (...)
> Marcos, 26 anos.

Essas falas apontam para a falta de estabilidade emocional dos indivíduos, o que é de extrema necessidade na convivência social. Tais mecanismos são desenvolvidos, principalmente, na primeira infância e adolescência. De acordo com Gottfredson e Hirschi, a diferença entre os indivíduos com comportamentos desviantes, dos demais, corresponde ao

fato de que os primeiros desenvolveram mecanismos psicológicos de autocontrole entre a infância e a adolescência (LOBÃO; CERQUEIRA, 2004). Apesar de não se ter como mensurar, de fato, a relação das variáveis "estrutura familiar" e "autocontrole", ficou muito claro nas falas a falta de estrutura familiar de muitos dos entrevistados:

> (...) Minha infância não foi muito boa não. Quando tinha 10 anos, mataram minha mãe. Fui morar com minha avó e meu tio (...) sempre me virei pra me sustentar (...)
> André, 29 anos.

> (...) Não fui educado pela minha mãe, pela família. Vivia solto na rua, aprendi na rua (...)
> Gustavo, 24 anos.

Nesses trechos, é possível perceber a ausência de supervisão educacional. O papel dos pais na formação dos indivíduos funciona como um mecanismo causal para o desenvolvimento do *autocontrole.* A partir dessa supervisão que é possível perceber comportamentos inadequados, de baixo autocontrole, no qual os responsáveis devem impor sanções ou punir, quando necessário. Partindo dessa perspectiva, o ato criminoso, portanto, pode ser explicado como a ausência de uma socialização adequada. Não consiste em uma consequência direta de fatores externos que são impostos, essas são possibilidades posteriores, variáveis dependentes, de um fator precedente: a capacidade individual de exercer ou não autocontrole (FRANÇA, 2015: 112). Os próprios entrevistados chegaram a assumir a responsabilidade dos crimes que cometeram, quando questionados *se tiveram controle sobre as coisas que aconteceram*:

> (...) Sim. O ser humano tem livre arbítrio (...)
> Leonardo, 25 anos.

> (...) Tive e não tive. No crime tinha de tudo. Me iludi (...)
> Paulo, 29 anos.

> (...) Tive, porque a pessoa tem escolhas. É sim ou não. Não sou doido, não tomo remédio, sou ciente. Me arrependi depois (...)
> Bernardo, 25 anos.

É importante ressaltar que a questão do autocontrole é de extrema complexidade. Sua estabilidade não depende apenas de fatores internos, esse é primordial, mas questões externas também influenciam, isso porque a estabilidade do autocontrole mental mantém uma relação

com a monopolização da força física e a estabilidade dos órgãos centrais da sociedade (ELIAS, 1997).

Além do *autocontrole*, a ausência da estabilidade estrutural gera inúmeras consequências, dentre elas, a falta de confiança nas instituições sociais, o que provoca conflitos armados e circuitos de vingança na sociedade (ZALUAR, 2014). É o que vem ocorrendo no Brasil nas últimas décadas. Os casos de vingança privada e justiça particular tem-se intensificado. Tais conflitos tendem a ocorrer em contexto de rupturas nas hierarquias sociais tradicionais, impulsionadas pelo crescimento do crime violento, o que gera medo e sensação de impunidade entre os cidadãos (ADORNO, 2002). Em algumas motivações relatadas, os homicídios ocorreram por vingança, sensação de impunidade, em consequência de outros atos criminosos nos quais os entrevistados se sentiram injustiçados:

> (...) A caboetagem, safadeza, traição. Tarado. Não admitia coisa errada, não [...] Roubar a comunidade, gente trabalhador (...) foram vários. Vou falar um [...] toquei fogo nele, fiz justiça (...)
> Claúdio, 30 anos.
>
> (...) Matei meu padrasto que batia na minha mãe (...)
> Bernardo, 25 anos.
>
> (...) Matei o rapaz que assassinou meu primo (...) Entrei pra o tráfico (...)
> Robson, 28 anos

Nas falas, percebemos claramente os entrevistados se colocando na posição de "justiceiros", assumindo uma postura de "julgar e cobrar" por crimes cometidos e adotando um papel que deveria ser exclusivamente do Estado. Essas posturas apontam para o fato de que, para esses indivíduos, o Estado não está cumprindo com sua função de oferecer segurança à população. As instituições sociais não são percebidas como eficazes, o que fez com que esses indivíduos não recorressem à polícia e justiça, por exemplo, para a resolução de conflitos. Esse contexto também contribui para a interiorização de uma postura agressiva e destrutiva.

O aumento da falta de autocontrole e de controle por parte do Estado, portanto, desenvolveu, novas formas de crime, vinculados, também, ao mercado ilegal de drogas, que adquiriu uma lógica organizacional violenta e vem se disseminando pelo país nos últimos anos (ZALUAR, 2014).

### *2.2.2 MERCADO DE DROGAS*

O problema do mercado ilegal de drogas no Brasil perpassa várias esferas sociais, interferindo não só na lógica organizacional familiar, mas também na estrutura da sociedade como um todo. É importante ressaltar a tendência ao crescimento da criminalidade e do tráfico internacional de drogas, e no caso da sociedade brasileira, essa se encontra no circuito das rotas do tráfico internacional não só de entorpecentes ilegais, mas de armas, o que contribui para o crescimento da criminalidade violenta no país (ADORNO, 2002).

A discussão sobre a relação entre *homicídio* e *mercado de drogas* envolvem inúmeros fatores explicativos. Apesar de haver uma relação entre ambos, o fato em si não revela muito sobre o que produz essa violência: é preciso identificar mecanismos mais específicos que deem sentido às condições e às circunstâncias em que os mercados ilegais se tornam violentos (DAUDELIN; RATTON, 2017: 118).

Em uma pesquisa realizada em Recife[19], foi constatado algumas características peculiares que contribuem para a natureza pacífica ou violenta do mercado ilegal de drogas (DAUDELIN; RATTON, 2017). De acordo com os dados levantados nesta pesquisa, a diferença entre mercados *abertos e fechados, cobertos e descorbertos,* consiste na grande questão para se compreender a reprodução da violência em determinados locais. Enquanto estranhos podem interagir em *mercados abertos,* apenas pessoas que se conhecem e confiam umas nas outras podem fazê-lo em *mercados fechados,* o que contribui para que as transações sejam mantidas em segredo tornando as perturbações provocadas pela atuação policial mais difíceis (DAUDELIN; RATTON, 2017: 118). Em *mercados fechados,* característica do mercado de classe média, por exemplo, o comércio ocorre entre grupos de amigos, o que faz com que as relações sejam mais estáveis. Além disso, as transações são c*obertas,* ou seja, ocorrem em espaços privados, bem protegidos ou mesmo em ambientes virtuais (DAUDELIN; RATTON, 2017: 120), o que não ocorrem em um *mercado descoberto,* pois nesse,

> (...) as trocas são públicas e visíveis, provocando um ambiente inseguro, porque potenciais competidores serão tentados a conquistar os espaços

[19] DAUDELIN, Jean and RATTON, José Luiz. **Mercados de drogas, guerra e paz no Recife.** *Tempo soc.* [online]. 2017, vol.29, n.2, pp.115-134. ISSN 0103-2070. http://dx.doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.125670.

> físicos onde as transações ocorrem e, ainda, porque os assaltantes sabem que há compradores com dinheiro e vendedores com produtos que convergem para os mesmos espaços. O problema é ampliado para os mercados ilícitos, pois eles são vulneráveis tanto a assaltantes e ladrões, como à polícia (...)
> (DAUDELIN; RATTON, 2017: 120)

Essas são as principais características dos mercados de drogas em periferias, que são mercados *abertos* e *descobertos,* o que pode explicar a violência presente nesses locais, assim como altas taxas de homicídios. Existem outras características que tornam o mercado ilegal de drogas mais protegidos ou vulneráveis à violência, podendo-se considerar: o *débito,* o *policiamento (ou sua ausência) e padrões de consumo* (DAUDELIN; RATTON, 2017).

> O *débito* consiste em uma fonte de violência importante nos mercados de drogas. Impossibilitados de usar os meios legais, traficantes têm poucas alternativas a não ser ameaçar ou usar a força para obrigarem os compradores a reembolsar vendas ou a quantidade exata de drogas oferecidas em consignação. A violência é um recurso largamente utilizado em um contexto em que, simplesmente, retirar os inadimplentes da lista de clientes ou permitir que eles busquem novos fornecedores (competidores) parece contraprodutivo (...) Dessa forma, mercados que usam pagamento à vista são mais fáceis de controlar, ao passo de *mercados de crédito* que envolvem cadeias de transações complexas que consomem tempo e recurso para seu manejo (...)
> (DAUDELIN; RATTON, 2017: 122)

Outro fator que não podemos deixar de considerar diz respeito ao "superpoliciamento" em determinados mercados, como é o caso do mercado do crack no Recife (DAUDELIN; RATTON, 2017). O varejo do crack é constantemente afetado pela ação policial. De acordo com a pesquisa, os usuários e os pequenos traficantes regularmente têm suas drogas apreendidas pela polícia, ou são obrigados a pagar por elas, seja com dinheiro ou com serviços sexuais, o que não acontece em mercados de classe média (DAUDELIN; RATTON, 2017). Estes, são essencialmente pacíficos e isso ocorre basicamente pelo fato de que são mercados *fechados e cobertos,* além da questão da renda disponível nesses mercados, que faz com o crédito seja praticamente ausente (DAUDELIN; RATTON, 2017). No que diz respeito aos *padrões de consumo,* deve-se considerar os efeitos farmacológicos do crack. Em mercados de classe média, há preferência por drogas sintéticas e por maconha, o que implica em um uso menos problemático de drogas, considerando que estas não estão associadas a um comportamento violento, ao contrário do crack (DAUDELIN; RATTON, 2017).

> A brutalidade do mercado de crack em Recife, portanto, está ligada, primeiramente, a uma combinação explosiva de consumo compulsivo e dependente, situação de pobreza, consumo aberto, uso extensivo de crédito, consignação no nível do varejo e policiamento disruptivo, com baixa dissuasão da violência.
> (DAUDELIN; RATTON, 2017: 127).

Atrelado ao tráfico de drogas, mas não somente à ele, estão as chacinas, que tem se intensificado nos últimos anos. Muitas vezes, as principais motivações estão relacionadas à falta de pagamento de dívidas contraídas com o comércio e consumo desses entorpecentes (ADORNO, 2002), assim como a rivalidade de espaço e território, o que aumenta a sensação de insegurança e falta de confiança no Estado que claramente perdeu o monopólio da ordem social.

Os crimes associados à questão das drogas ilícitas são vários, podendo-se destacar o comércio ilegal, regido pelo princípio da violência e domínio territorial entre traficantes e entre traficantes e devedores; quando relacionado aos efeitos do uso dessas substâncias no comportamento dos agressores; assim como por ações criminosas de indivíduos que buscam recursos para a manutenção do vício (ALMEIDA, et AL 2001). Esses fatos foram constatados nos relatos, nos quais os entrevistados expuseram como ocorre o controle do mercado ilegal de drogas:

> [...] Por conta do tráfico, a gente tinha que matar. Tinha o território da gente, quando alguém tentava entrar, a gente matava pra os outros saberem que se tentassem também, morria. Espaço, território, dinheiro, curtição. Era isso [...]
> Alexandre, 26 anos.

> [...] Guerra do tráfico. Se não agir assim, eles vêm, destroem, tomam [...]
> Guilherme, 28 anos.

Nesses relatos fica claro a forma pela qual o tráfico de drogas é mantido. A violência é o princípio recorrido para a resolução de conflitos, seja cobrança de dívidas, seja domínio do território. Além disso, foi apontado nos relatos a mudança de comportamento devido aos efeitos farmacológicos do consumo de drogas lícitas ou ilícitas, como sendo a causa da "falta de controle":

> [...] Estava bêbado, com meus amigos [...] Não bebo mais nunca [...]
> Victor, 35 anos.

> [...] [o cara] não sabe o que faz, tá drogado. Não pensa pra fazer [...]

Paulo, 29 anos.

Nas falas, existe uma relação clara entre consumo de drogas e ações violentas. Entretanto, é importante salientar que não se tem como determinar o papel específico dessa relação, isso porque deve-se considerar alguns fatores, como por exemplo, as influências contextuais e as características individuais dos usuários (MINAYO, 1998). É fato que determinadas drogas estão associadas à um comportamento violento, entretanto, a violência tem mais chances de ocorrer em determinados locais e situações específicas, como por exemplo: Alguns bares tem mais brigas que outros; algumas comunidades e até alguns casais com mesmo padrão de uso de álcool ou drogas são mais violentos que outros, assim como pessoas com os mesmos graus de intoxicação tem respostas emocionais diferentes (MINAYO, 1998: 38). Além disso, as menores taxas de participação de mulheres em roubos e outros comportamentos violentos não podem ser explicadas simplesmente por diferenças de gênero ou menor ingestão de álcool ou drogas. Tudo isso nos faz levantar a hipótese de que a violência interpessoal que ocorre sob efeito dessas substâncias é contextualizada: acontece em locais específicos, sob normas e regras específicas (MINAYO, 1998: 38).

É fato que existe uma relação entre drogas, álcool e violência, devido aos seus efeitos psicofarmacológicos. Entretanto, essas substâncias exercem diferentes papéis a depender de fatores individuais, sociais e culturais. Essas relações são bastante complexas e demandam uma investigação mais aprofundada (MINAYO, 1998).

O consumo de drogas, em muitos casos, gera dependência. Os usuários nem sempre possuem recursos para manter o vício, o que gera dívidas, que como vimos são cobradas com a vida. Além disso, em muitos casos o crime é visto como uma fonte de recursos para a compra de drogas, geralmente cocaína, crack e heroína (MINAYO, 1998), como foi constatado nos relatos:

> [...] matei porque tavam devendo, roubei pra fumar [...] é um ciclo. O tráfico de drogas é o princípio da violência [...]
> Robson, 28 anos.

> [...] Queria as coisas mais fáceis [...]Drogas, roubos, tráfico, vício, ego [...] Meu amigos iam pras festas, tinha dinheiro, eu nunca tive [...]Minha adolescência foi só cadeia. Desde os 14 anos. Tráfico [...]
> Gustavo, 24 anos.

> [...] Esse menino que matei vivia roubando os moradores pra consumir drogas. Isso a gente não permite [...]
> José, 24 anos.

Como apontado nos trechos acima, o tráfico de drogas é um ciclo iniciado pelo consumo, vício, gerando dependência, o que faz com que muitos usuários cometam furtos e roubos para manter o consumo. Como pudemos ver, as questões relacionadas aos homicídios devido ao comércio ilegal de drogas são várias. Além disso, é importante destacar que esses ocorrem com mais intensidade em periferias urbanas e suas principais vítimas são jovens.

Um ponto em comum aos relatos apresentados corresponde a existência de ações violentas, como meio de se impor e sobreviver. As ações são guiadas por medo de perder espaço, dinheiro e até a própria vida. A lógica organizacional existente nesses contextos, que tem por princípio o uso desregulado da violência, é o que caracteriza a *violência urbana.*

Como *Violência Urbana,* utilizaremos o conceito de Machado da Silva, que define como sendo um complexo de práticas legal e administrativamente definidas como crime, selecionadas pelo aspecto da força física presente em todas elas, que ameaça duas condições básicas do sentimento de segurança existencial: integridade física e garantia patrimonial (MACHADO, 2000: 34). É interessante a utilização desse conceito pois esse tem por foco não apenas o estatuto legal das práticas e sim a força nelas utilizadas, que rompe a normalidade das rotinas cotidianas, no que diz respeito aos aspectos cognitivo, instrumental e moral (MACHADO, 2000).

Isso não significa que o desenvolvimento dessa ordem violenta tenha anulado ou substituído a já existente. É importante observar a existência de dois tipos de ordem estabelecidos na sociedade brasileira, de acordo com Machado: a *ordem institucional-legal* e a *ordem da violência urbana:* a primeira, define-se pela pacificação das relações sociais por meio do monopólio formal da violência pelo Estado (MACHADO, 2000: 36); enquanto que a segunda caracteriza-se pelo fato de que as práticas dos agentes se desenvolvem monocordicamente, como tentativas de controle de um ambiente que só oferece resistência física à manipulação do agente (MACHADO, 2004: 40). Nesse sentido, o que une tais condutas em um complexo organizado de relações sociais é o reconhecimento da resistência, representada pela força, dos demais agentes, e não devido à acordos ou negociações

(MACHADO, 2004). Esse conceito foi amplamente percebido nas falas dos entrevistados. Ficou claro que no contexto de *sociabilidade violenta* o que estrutura a organização entre os infratores é o reconhecimento do desequilíbrio de forças: não há "fins coletivos" nem "subordinação": todas as formas de interação têm como base técnicas que eliminam as demais subjetividades (MACHADO, 2004). Para os portadores da violência urbana, o mundo constitui-se em uma coleção de objetos, aí incluídos os demais seres humanos, que devem ser organizados de modo a servir a seus desejos (MACHADO, 2004: 74). O que limita essa busca é o reconhecimento da força dos demais portadores (MACHADO, 2004).

Ao analisar o aspecto qualitativo do ato criminoso Machado apresenta, assim como Gottfredson e Hircsh, aspectos subjetivos da violência urbana, pois assim como os autores da *teoria geral do crime*, ele aponta os agentes portadores da *sociabilidade violenta* como indivíduos que buscam seus prazeres imediatos, indiferentes aos demais, colocando seus próprios interesses acima de qualquer outro (FRANÇA, 2015). Para Machado, os agentes responsáveis pela consolidação dessa ordem consistem em um caso limite do desenvolvimento do individualismo, considerando que há o abandono de referências coletivas que acaba por eliminar também o autocontrole (MACHADO, 2004: 74).

Há, portanto, duas ordens sociais coexistentes, o que expressa de forma clara a fragmentação da vida cotidiana nas grandes cidades brasileiras, que apesar de serem contíguas, não se distribuem de forma homogênea na sociedade (MACHADO, 2000), assim como o risco de morte. De acordo com o *mapa da violência,* as principais vítimas de homicídio, são jovens, negros, habitantes de periferia e grandes centros urbanos (WAISELFISZ, 2014). Esse perfil coincide com o dos agressores, o que denuncia a heterogeneidade da configuração dos espaços urbanos.

Embora a ordem da violência urbana seja uma característica geral das cidades brasileiras, ela afeta de forma mais direta e intensa áreas desfavorecidas, em especial favelas, talvez pela forma urbana típica desses locais: muito densos e de difícil acessibilidade (MACHADO, 2000), além de serem áreas com problemas relacionados a baixo nível educacional e uma elevada mudança populacional, o que acarreta um enfraquecimento cada vez maior dos vínculos sociais (MARINHO; SILVA, 2014).

A *sociabilidade violenta*, portanto, além de apresentar aspectos subjetivos do crime, aponta também a questão estrutural, considerando que apresenta aos agentes modelos mais ou

menos obrigatórios de conduta, o que demonstra a existência de uma forma de vida consolidada (MACHADO, 2000), como podemos observar nos relatos a seguir:

> (...) Chacina, rivalidade de morro, tráfico de drogas. Eram três morros. Os caras de um morro invadiram o meu. Tinha que matar (...)
> Rodrigo, 30 anos.

> (...) Área, tráfico, eles querendo ser mais que eu. Atirou em mim, matei (...)
> Gustavo, 24 anos.

A necessidade de se impor, de não "deixar ninguém ser mais do que 'si mesmo'", foi percebida em diversas falas. É notório um certo "condicionamento" para o início de conflitos violentos, um padrão de agressividade, visto como necessário para se provar não só o merecimento de possuir determinado status, mas também de proteger a própria vida:

> (...) amizades, impulso. Quando o cara tem fama, vai e faz. Já tá errado na vida, tanto faz, tem que matar (...)
> André, 29 anos.

> (...) Se não reagir, vem 5,6 depois. Não vou ser covarde de levar tapa e não devolver. Tem que ser homem. Se não reagir, o problema aumenta. A tapa passa, a palavra não. A dor mental é maior, mais dura (...)
> João, 27 anos.

Nas falas, é nítido que a questão do comportamento violento é naturalizado, posto como uma ordem social: há necessidade de diminuir o outro, o rival, através do uso ilimitado do poder e violência com o objetivo de se impor (ELIAS, 1997). Esse comportamento é definido por Elias, como *ethos guerreiro.* Esse ponto será abordado de forma mais detalhada no próximo capítulo.

*2.2.3 ASSALTOS*

Do ponto de vista *institucional-legal*, a ação criminosa de roubo seguido de morte[20] corresponde ao conceito de latrocínio. No que tange à dimensão subjetiva da ação, os agentes responsáveis não se pautam por referências coletivas, mas buscam seus interesses individuais, a curto prazo, deixando espaço para a manifestação mais imediatas das emoções (MACHADO, 2000).

> (...) Uns amigos me chamaram para fazer um assalto. Eu ia parar nesse dia, porque o valor era alto, daí daria pra me estabilizar. Foi premeditado. O cara reagiu. Foi premeditado, menos a morte (...)
> João, 27 anos.
>
> (...) No crime, eu tinha de tudo. Me iludi (...)
> Paulo, 29 anos.
>
> (...) Entrei pro crime porque quis. Queria dinheiro fácil, uma aventura (...)
> Alexandre, 26 anos.

Nessas falas, os entrevistados demonstram que o que motivou suas ações foi o conforto e a "facilidade" que o crime proporcionava. Na primeira fala, o objetivo seria se estabilizar financeiramente. O entrevistado expõe que voltou a praticar crimes quando o motor de sua moto "bateu" e não tinha recursos para o concerto. Foi quando um amigo o convidou para participar de um assalto e ele foi. O mesmo afirma que passou um período trabalhando, roubando "às vezes", mas a esposa engravidou e "o dinheiro não dava pra nada"; foi quando decidiu voltar a praticar roubos: "vivia em boates, no luxo [...] mas o luxo é passageiro". As outras duas falas seguem essa mesma linha de raciocínio. Os entrevistados sempre destacavam nas entrevistas a vida luxuosa que viviam, com viagens para a Europa, festas e muito dinheiro.

O desejo de possuir uma vida confortável, a curto prazo foi o que motivou a prática de crimes em muitos dos casos. O desejo de alcançar determinado *status* atrelado à falta de

[20] Art. 157 da constituição federal brasileira: Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:
§ 3º Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de sete a quinze anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996) Vide Lei nº 8.072, de 25.7.90.

autocontrole, a capacidade de inibir compulsões, pode levar os indivíduos a agir de forma impulsiva. Isso aponta para dois elementos importantes quando se observa a estrutura social e cultural: os objetivos culturalmente definidos e os meios de alcançá-los (MERTON, 1968).

Existem objetivos culturalmente definidos, de propósitos e interesses, mantidos como objetivos legítimos para todos (MERTON, 1968: 205). Apesar de serem gerais e estruturais, esses envolvem vários níveis de significação e sentimentos por parte dos indivíduos que os enquadra em determinados grupos de valores, a depender das próprias escolhas e trajetórias. Uma segunda questão atrelada a esses desejos, estão os modos de se alcançar esses objetivos: Cada grupo social liga seus objetivos culturais à regulamentos, enraizados nos costumes ou nas instituições, de procedimentos permissíveis para a procura de tais objetivos (MERTON, 1968: 205). Essas normas nem sempre são idênticas às normas oficiais (MERTON, 1968), o que significa dizer que não é em todo grupo social que a *ordem institucional-legal* é a que prevalece. Quando há desequilíbrio entre as metas culturalmente estabelecidas e os meios legítimos de atingi-la, há anomia, aqui definido por Merton: a cultura pode induzir os indivíduos a centrarem suas convicções emocionais sobre as metas a serem atingidas, com muito menos apoio emocional sobre o método para alcançá-los (MERTON, 1968: 207). Essa ausência de apoio emocional sobre o método de alcance, seria internalizada por meio da socialização primária, através de instituições sociais, principalmente a família. Não é por acaso que a falta de estrutura familiar foi outro ponto em comum entre os entrevistados, como já exposto neste capítulo.

Em *Cidades de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo,* Caldeira aponta a importância da educação familiar, da supervisão dos pais no que tange a disciplina dos indivíduos, mostrando que pessoas de todos os grupos sociais acreditam que uma mente forte se origina dentro de uma família forte, que discipline adequadamente seus filhos (CALDEIRA, 2000: 93). Além disso, o exagero cultural que conduz o indivíduo a obter sucesso de qualquer maneira, leva-o a desprezar o apoio emocional das regras (MERTON, 1968: 208).

Nesse ponto se enquadra o consumo. O desejo por consumir está atrelado não só ao conforto, mas à ideia de poder e afirmação do próprio "eu". A necessidade de se auto afirmar por meio do consumo projeta uma forma de construção de identidades:

> (...) Fui aliciado com 11 anos, por homens mais velhos que tinham as coisas. Eu via que eles tinham mesmo. Eles diziam que se eu fizesse o mesmo, eu teria também. Acabei cedendo (...) Trabalhava desde adolescente, mas ao mesmo tempo praticava alguns delitos (...)
> Nicolas, 29 anos.

> (...) Uns amigos me chamaram para fazer um assalto. Eu ia parar nesse dia, porque o valor era alto, daí daria pra me estabilizar. Foi premeditado. O cara reagiu. Foi premeditado, menos a morte (...) O problema é que tem gente que tem mais amor aos bens materiais do que a própria vida. A vítima reagiu e acabou morrendo (...)
> João, 27 anos.

No primeiro relato, o entrevistado deixa claro que o que o motivou para a iniciação à prática de crimes foi o desejo por "ter as coisas". Na segunda fala, a motivação é a mesma, o entrevistado afirma que estava precisando de dinheiro e acabou, de certa forma, culpando a vítima, que "tinha mais amor aos bens materiais do que a própria vida"; a morte não foi premeditada, mas devido à reação, a vítima acabou sendo assassinada. Com essas argumentações, fica claro que a convicção emocional sobre a meta predominava, fazendo com que os entrevistados pusessem em prática o uso da força e de meios ilegítimos para atingir seus objetivos, sem se importar com a dor ou sofrimento que poderiam causar, o que caracteriza o *baixo autocontrole.* Como argumentou Machado, esses agentes consistem em um caso limite do desenvolvimento do individualismo, devido ao abandono de referências coletivas, que faz com que os portadores da *sociabilidade violenta* transformem pessoas ao seu redor em objetos (MACHADO, 2004).

Considerando esses relatos, é possível perceber a prevalência dos interesses individuais nas ações. Isso mostra de forma empírica o desenvolvimento do processo de individualização em nossa sociedade. As motivações que levaram os entrevistados a cometerem os homicídios revelam, entre outras coisas, o distanciamento desses indivíduos em relação à sociedade.

# 3 MECANISMOS DE REGULAÇÃO DA VIOLÊNCIA: ASPECTOS ESTRUTURAIS

A importância de instituições sociais na socialização dos indivíduos é um fato, especialmente da família, como já discutido no capítulo anterior. A formação da personalidade, relacionado ao estabelecimento de limites e regras é essencial para que o mesmo desenvolva o autocontrole, inibindo impulsos e comportamentos destrutivos. Entretanto, a responsabilidade pelo desenvolvimento desses limites recai não só na família, mas também no Estado, este, responsável pelo estabelecimento do código penal e manutenção da ordem, assim como pela reinserção do indivíduo infrator, que ao cometer um ato criminoso fica sob sua tutela. Neste capítulo, veremos de forma mais detalhada a socialização pela perspectiva da estrutura e como questões macrossociais podem influenciar à prática de crimes.

À princípio, é importante definir em que consiste o crime. O conceito aqui compreendido como definido por Durkheim, o classifica como sendo uma ofensa a sentimentos coletivos reconhecidos socialmente. Quem classifica um crime como tal, portanto, é a própria sociedade (DURKHEIM, 1999). Nesse sentido, um ato criminoso existe quando ofende estados fortes e definidos da consciência coletiva[21] (DURKHEIM, 1999).

Um ato criminoso, portanto, ofende sentimentos coletivos e desorganiza o corpo social; entretanto, o crime só é possível se esse respeito à consciência coletiva não for de fato universal (DURKHEIM, 1999). As leis, nesse sentido, correspondem à uma reação ao crime: é um ato de defesa gerido pela sociedade, que tem por objetivo inibir desvios. Quando este ocorre, é necessário que as consciências se confortem, garantindo a unidade, sendo necessário uma resistência coletiva (DURKHEIM, 1999). O crime e sua punição, portanto, correspondem à parte dos rituais que reforçam os laços sociais (DURKHEIM, 1999).

O órgão responsável pela manutenção da unidade do corpo social é o Estado, que tem o papel de prevenir à medida do possível a dispersão dos sentimentos e interesses, estes, resultado do próprio desenvolvimento humano (DURKHEIM, 1999). Dessa forma, em contexto de baixo controle social, no qual a ausência do Estado é nítida na rotina dos indivíduos, há espaço para que haja dispersão e enfraquecimento dos laços sociais e consequentemente para desvios de conduta.

[21] Esta, define-se como um conjunto de crenças e sentimentos comuns à média dos membros de uma sociedade, que forma um sistema que independente das consciências particulares, mas apesar de haver essa relação de independência, é realizado nelas (DURKHEIM, 1999).

Com isso, não se quer afirmar que a violência urbana seja uma consequência direta da ineficácia institucional e a consequente crise de autoridade, mas essa pode ser considerada como uma condição de possibilidade para a estruturação de um complexo de práticas violentas (MACHADO, 2004: 38), ou seja, a crise institucional possibilita o surgimento de novos padrões de sociabilidade, mas não deve ser considerada com a causa direta da violência urbana. Como já exposto, o fenômeno da violência urbana no Brasil necessita de uma análise multidimensional, pois muitas são as variáveis que a consolidam.

O crime consiste em um complexo de práticas que ofendem sentimentos coletivos. É necessário, nesse sentido, compreender até que ponto os entrevistados conhecem e legitimam esses sentimentos, essas regras. Com esse objetivo, foi questionado o que eles entendem por "crime", como conceitualizam. Além do objetivo já citado, com essas respostas é possível observar também até que ponto os mesmos estão ligados à consciência coletiva, à sociedade, considerando que do ponto de vista teórico, parti da ideia de que o crime é algo reconhecido socialmente; as regras estabelecidas pela *Ordem institucional legal* são assimiladas pelos indivíduos, de forma mais ou menos intensa: o que difere, basicamente, é o respeito à essa coletividade, não necessariamente o conhecimento, mas o reconhecimento, a legitimação dessa consciência coletiva por parte dos indivíduos. Quando questionados sobre o que entendiam por "crime", as respostas foram várias, mas todas estavam relacionadas à "invasão" do espaço do outro e o desrespeito às leis, o que demonstra conhecimento, mesmo que superficial, da *ordem institucional legal*:

> (...) Fazer o errado, o contrário do que é certo. Matar, roubar, estuprar, tirar vidas. Só Deus pode tirar vidas.
> Nicolas, 29 anos.
>
> (...) É tudo que é fora da lei, da constituição.
> João, 27 anos.
>
> (...) Tudo que eu fiz e mais um pouco. Já roubei, já matei, cometi latrocínio. Alivio pra mãe, pai e criancinha, o resto vai tudo. Não é nem tanto a criminalidade, é tratar as pessoas mal (...)
> José, 24 anos.
>
> (...) Fazer coisas erradas, matar, roubar, traficar (...)
> Victor, 35 anos.
>
> (...) Matar, roubar, destruir. Fazer mal pra os outros (...)
> André, 29 anos.

> (...) Não tem definição. É tudo. Tudo hoje é crime: mentira, calúnia, corrupção. Todos somos criminosos. Se for grave, é condenado (...)
> Leonardo, 21 anos.

Nas falas, fica claro que os entrevistados reconhecem como crime os atos que cometeram, assim como a hipótese de que o que é crime é fortemente gravado nas consciências individuais, mesmo representando a consciência coletiva (DURKHEIM, 1999). Apesar da inversão da relação de subordinação sociedade-indivíduo, ainda existem valores comuns à população, no sentido de que há um certo consenso no que diz respeito ao que é "certo" e "errado": a grande questão não está necessariamente no conhecimento da regra, mas no reconhecimento de que a mesma favoreça ou não a individualidade do ator, seja esse favorecimento relacionado à interesses materiais, morais, falta de controle ou proteção à própria existência:

> -Para você, o que é crime?
> -Fazer o que não deve fazer, o que a gente comete, coisas erradas. Faz pela lei da sobrevivência (...)
> Marcos, 26 anos.
>
> (...) Coisa ruim, comete num descuido, estresse (...)
> Caio, 20 anos.
>
> (...) Não compensa, é coisa passageira. Estou arrependido. Agi por emoção, momento (...) fazia sem pensar, pensando em curtir, mulheres, dinheiro, drogas (...)
> Alexandre, 26 anos.

A *ordem institucional-legal,* portanto, é de fato, contígua à *sociabilidade violenta*, no sentido de ser conhecida por indivíduos infratores e dos mesmos reconhecerem que são subalternos à ela. O que difere um agente desviante dos não desviantes é o contexto o qual estão inseridos, tanto familiar, no que tange à socialização primária e supervisão direta do comportamento, quanto social/ estrutural, no que diz respeito a assimilação desses valores, à possibilidade dos indivíduos terem acesso à essa ordem.

No que tange à contextualização mais ampla da sociedade brasileira, as estatísticas oficiais nos revelam que a maior parte das vítimas de homicídios são jovens, negros, do sexo

masculino, habitantes de periferia e áreas metropolitanas de centros urbanos (WAISELFISZ, 2014), o que mostra que os indivíduos não correm o mesmo risco de vitimização, de forma que, estatisticamente, podemos identificar aqueles que possuem maior ou menor risco. São justamente essas áreas que mais sofrem impactos diretos com problemas relacionados à infraestrutura urbana, baixo nível econômico e educacional e uma elevada mudança populacional, o que acarreta o enfraquecimento cada vez maior dos vínculos sociais (MARINHO; SILVA, 2014), sendo possível observar que onde a atuação do Estado é fraca, as condições socioeconômicas encontram-se deterioradas e a violência física e simbólica afeta o cotidiano dos indivíduos (PIMENTA, 2014).

Nesses contextos, existe um grande distanciamento da cidadania, aqui compreendida como sendo um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade, iguais com respeito aos direitos e obrigações (MARSHALL, 1967). O conceito de cidadania não consiste em simplesmente um direito legal, mas um modo de vida, no qual todo e qualquer indivíduo deveria alcançar um padrão de civilidade: ter acesso à participação integral na comunidade, vivendo de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade; além de aceitar os deverem públicos e privados de cada cidadão, desenvolvendo assim um maior respeito por si mesmo e pelos outros (MARSHALL, 1967).

É importante destacar que o conceito de cidadania aqui utilizado, definido por Marshall (1967), divide-se em três principais elementos: Civil, político e social. *O elemento civil* é composto por direitos necessários à liberdade individual: liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, direito à propriedade e justiça (MARSHAL, 1967). O elemento político diz respeito ao direito de participar no exercício do poder político, seja como eleitor ou autoridade política (MARSHAL, 1967). Por *elemento social,* compreende-se tudo o que se refere à um mínimo bem-estar econômico e segurança, ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas a este elemento são o sistema educacional e os serviços sociais (MARSHALL, 1967). No momento em que esses três elementos se distanciam e se desenvolvem de forma independente, a *cidadania* passa a ser algo externo à realidade dos indivíduos.

Nos contextos vivenciados nas periferias, é nítido a ausência da cidadania no cotidiano da população. Estes, em geral, não tem acesso à direitos sociais básicos como por exemplo, saúde, saneamento básico, educação formal de qualidade e segurança, além de não possuírem,

muitas vezes, conhecimento dos próprios direitos, deveres e os meios pelos quais podem recorrer à estes. Dessa forma, o direito passa a ser algo externo à realidade prática dos indivíduos. Tudo isso contribui para uma diminuição cada vez maior de um sentimento de pertencimento à uma comunidade cívica, uma nação, para além de suas comunidades específicas (PATRÍCIO, 2012).

Esse distanciamento dos habitantes de determinadas comunidade da cidadania contribui para a reprodução da criminalidade e violência nesses locais, que possuem os laços sociais enfraquecidos devido a todo contexto de carências explicitados. Esses grupos, acabam se isolando do resto da sociedade, vivendo imersas em ciclos violentos, contribuindo para a consolidação da *ordem da violência urbana.*

Nesse ponto, é importante destacar que embora a sociabilidade violenta seja uma característica geral da configuração social das cidades brasileiras, ela afeta mais direta e profundamente as áreas desfavorecidas (MACHADO, 2004: 42). Os moradores dessas áreas são mais submetidos à violência e acabam articulando suas práticas segundo uma dupla inserção, ora como participantes da *ordem institucional legal*, ora como da *ordem da violência urbana* (MACHADO, 2004). No primeiro caso, embora ocupem uma posição subalterna, existem organizações com diversos projetos, individuais e coletivos, por parte de moradores dessas periferias que demonstram o compromisso em compreender a própria situação, apontando para o desenvolvimento de uma capacidade autônoma de ações coletivas que visam a obtenção de seus interesses (MACHADO, 2004:42). No segundo caso, a adesão à *sociabilidade violenta* se caracteriza como submissão no sentido de que, esta, enraíza-se como fazendo parte da vida cotidiana ao mesmo tempo que não produz um distanciamento entre a ordem institucionalizada de poder e as rotinas cotidianas, fazendo com que nesses locais o risco pessoal desenvolva medo no agentes que nem sempre estão preparados para aderir a violência como princípio (MACHADO, 2004)[22]. Para melhor compreensão, segue o quadro, com base na conceitualização oferecida por Machado da Silva:

[22] O fato de que nem todos os indivíduos dessas comunidades aderem a *Sociabilidade Violenta,* já demonstra a capacidade individual de resistência a determinada ordem.

Quadro 2 – Sociabilidade Violenta

| ***População/ Ordem*** | **Ordem Institucional-legal** | **Ordem da violência urbana** |
|---|---|---|
| **Criminosos** | Subalternos | Subalternos/Portadores |
| **Moradores da periferia** | Subalternos/Portadores | Subalternos/Submissos |
| **População geral** | Subalternos/Portadores | Subalternos/Submissos |

Fonte: Elaboração própria.

Por *subalternos*, deve-se compreender todos aqueles que se encontram em uma posição de dominados, no caso, toda população se encontra submetida às duas ordens sociais: Institucional legal e a ordem da violência urbana, no sentido de que as duas coexistem na sociedade como um todo, apesar de não serem distribuídas de forma homogênea. Os *portadores,* são aqueles responsáveis pela consolidação da ordem; enquanto que os *submissos,* refere-se àqueles que se submetem, se omitem à determinada ordem. Esse é o caso dos moradores da periferia por exemplo, que devido à imersão na sociabilidade violenta acabam por viver as suas vidas de forma "normal", organizadas como subalternas à ordem estatal, mas sob a condição de serem impedidas de se apropriarem da "outra parte" dessa normalidade. A "lei do silêncio", que prevalece nessas comunidades, por exemplo, proporciona a incomunicabilidade entre os membros, devido ao medo e à desconfiança gerados pela prevalência da sociabilidade violenta (MACHADO, 2004: 43).

Tudo isso demonstra o quanto a imersão em um contexto carente de autocontrole e controles sociais contribuem cada vez mais para a reprodução de um ciclo social excludente, intensificando não só o processo de individualização na sociedade, mas também um ambiente hostil ao desenvolvimento da civilidade.

Problemas relacionados à socialização e desenvolvimento de autocontrole e controles sociais contribuem para que o indivíduo não assimile e legitime as regras socialmente estabelecidas, chegando ao ponto de cometer crimes como roubos e homicídios por exemplo, levando o mesmo a ficar sob a tutela do Estado, em situação de privação de liberdade, seja em regime fechado ou aberto, para que passe pelo processo de reinserção social. Deve-se destacar, além disso, a postura das atividades policiais assim como do judiciário diante de crimes, como os relacionados aos mercados de drogas, por exemplo, que em determinados contextos e a determinados usuários são mais brandos e em outros, mais coercitivos (DAUDELIN; RATTON 2017), o que contribui para a desconfiança da população que acaba por não legitimar as instituições sociais e consequentemente, a *Ordem institucional legal.*

Outro grande problema que encontramos, diz respeito ao sistema carcerário, que expõe todo esse contexto de desigualdades. Em relação ao perfil dessa população prisional, esta é composta, em sua maioria, por jovens (55%), negros (64%), que não alcançaram o ensino médio (75%) (INFOPEN, 2017), perfil semelhante ao de vítimas de homicídios, o que reflete um contexto social de exclusão.

Como solução para o problema da violência urbana, ao invés de serem desenvolvidas políticas públicas de prevenção, o encarceramento em massa apresenta-se como saída para o combate à criminalidade e violência. No Brasil, cerca de 726 mil pessoas estão encarceradas, um aumento de 707% em relação à década de 1990, o que coloca o país com a terceira maior população carcerária do mundo[23]. Esse número varia a depender da unidade da federação. O estado de São Paulo concentra a maior população carcerária do país, com pouco mais de 240.000 mil pessoas presas. Pernambuco se encontra em 6º lugar nesse ranking, com 34.566 mil detentos (INFOPEN, 2017).

Atrelado à isso, vale ressaltar que o sistema prisional brasileiro possui 368.049 vagas, ou seja, cada vaga abriga dois presos, o que aponta para um contexto de superlotação do sistema carcerário (INFOPEN, 2017). Essa realidade tem consequências diversas, como por exemplo, condições de precariedade das cadeias, principalmente do ponto de vista do controle, considerando que é praticamente impossível o Estado manter a ordem, o que contribui para que nesses ambientes o crime encontre espaço para a reprodução de suas atividades ilegais, comandando, muitas vezes, de dentro do cárcere essas atividades, o que contribui para o impedimento do processo de ressocialização:

> (...) Guerra do tráfico. Aqui também tem, mas aqui é pior. Lá fora é mais seguro. A polícia não tem controle aqui, é pior do que na rua. Os presos aqui aprendem a ser mais criminosos. Tem preso aqui que nem é bandido, mas aqui aprende a ser. Polícia não manda aqui, os presos que resolvem.
> Rivaldo, 27 anos.

> (...) No Aníbal [presídio], matava pra não morrer. Da cadeia mandava matar. Se não fizer com eles, eles fazem com a gente. Matei três. Mataram um parceiro meu. Cometi 7 ou 8 homicídios, eles procuraram, não me arrependo de nenhum. Faria de novo.
> José, 24 anos.

[23] Levantamento nacional de informações penitenciárias: INFOPEN. 2017.

Percebe-se que o Estado não consegue manter a ordem, mesmo dentro do ambiente carcerário. Tudo isso contribui para o aumento das taxas de reincidência além de impedir o processo de reinserção social.

## 3.1 CRIME E VIOLÊNCIA ATRÁS DOS MUROS: O QUE DIZEM OS ENTREVISTADOS

O problema da superlotação em unidades prisionais é uma dura realidade dos presídios brasileiros. Na penitenciária a qual foi selecionada para a realização da pesquisa, a realidade não difere da nacional. O contexto de superlotação é evidente, assim como a dificuldade para o controle da ordem. Tudo isso é relatado pelos detentos, que mesmo sendo supervisionados durante as entrevistas, afirmavam: *"quem manda na cadeia são os presos"*.

Durante os relatos, ficou claro nas falas que a *ordem da violência urbana* continua sendo reproduzida no cárcere, ambiente que deveria ser responsável pela ressocialização do indivíduo infrator. De acordo com os entrevistados, a vida fora do cárcere não difere muito do que vivem dentro da penitenciária, no sentido de que continua havendo um duplo controle da ordem, um legal e outro ilegal. No caso do ambiente externo à penitenciária, o controle é mantido por "chefes da área", traficantes:

> (...) Meu primo era traficante. Ninguém se metia com a família da gente. Todo mundo sabia o que ele fazia, mas *ninguém denunciava, porque ele era aquele cara que fazia as coisas erradas, mas ajudava a comunidade, doava as coisas, cestas básicas* (...)
> Alexandre, 26 anos.

> (...) Daqui de dentro se comanda lá fora. Ninguém tira o lugar de ninguém, porque é dele. O cara lutou, deu o sangue, *é o dono da favela. Tem dignidade, respeito, caráter, porque sempre ajudou pai de família, dando gás, dinheiro, comprando remédio quando precisava. A própria comunidade protege, esconde, quando a polícia chega* (...)
> Rivaldo, 27 anos.

> (...) Com 12 anos comecei a conviver mais com meu tio e meu primo. Meu tio era chefe da área. Com 14 anos cometi o primeiro homicídio. *Esse menino que matei vivia roubando os moradores pra consumir drogas. Isso a gente não permite* (...) [queria ser] Como meus tios.

> Um era comissário, outro da RP, delegado. Sempre andava com eles. Um deles era chefe da área, quem me deu a primeira arma. Foi quando me envolvi com o tráfico.
> José, 24 anos.

> (...) *Fizeram um abaixo assinado pra me tirar da cadeia*, porque eu não deixava acontecer as coisas na comunidade, por exemplo, roubo. Ninguém roubava, assaltava a rua que eu morava. *Não deixava acontecer essas coisas na favela.* No dia da audiência, todos os vizinhos foram. *Não teve nenhuma testemunha*, só meu primo.
> Luiz, 27 anos.

Os relatos denunciam a realidade das comunidades nas quais o tráfico ilegal de drogas predomina. Os moradores são *submissos* à *ordem da violência urbana* ao ponto de serem cúmplices, não só porque os *chefes da área* cuidam e beneficiam a população, cumprindo muitas vezes com o papel do Estado, no que tange à segurança principalmente; mas também por medo, pelo fato de saberem que se denunciarem, receberão represálias. Essa obediência acontece porque os indivíduos sabem que são mais fracos e que a insubmissão implica necessariamente em retaliação física (MACHADO, 2004). O que mantém a *ordem da violência urbana,* portanto, não são fins coletivos, respeito ou laços de afetividade, mas técnicas de submissão que eliminam a vontade e as orientações subjetivas com base nas diferentes posições hierárquicas (MACHADO, 2004). Quem está no topo dessa hierarquia são aqueles com mais poder, força e capacidade de destruir os demais. A terceira fala complementa ainda mais essa hipótese, quando o entrevistado afirma que não tolera quem rouba moradores da comunidade; ele mesmo resolvia, não recorria ao Estado, mas eliminava "o problema" com base nas próprias regras.

Apesar do fato de que nesses locais há a predominância de uma *sociabilidade violenta,* esta não tem o controle total, pois se tivesse, a *ordem institucional legal* não alcançaria essas localidades: os indivíduos infratores não precisariam se esconder e nunca seriam presos. Da mesma forma, dentro das prisões, esse tipo de comportamento continua existindo; a "lei do mais forte", continua sendo uma realidade. Entretanto, não se pode afirmar que a ordem é totalmente mantida pelos detentos, pois se assim fosse, eles sairiam da penitenciária livremente, controlando sua entrada e saída. O fato é que existe um processo dicotômico de controle do local, um formal e outro informal (BATISTA, 2009): no primeiro, o Estado que

impõe a ordem, gerindo o dia a dia prisional; o segundo é baseado na negociação da pacificação do presídio entre o Estado e as lideranças dos presos (BATISTA, 2009: 400).

> –Como é sua rotina aqui dentro?
> - Acordo, como a boia, uso drogas. Almoço. Fico isolado, no isolamento [...] me colocaram lá. Tava dando muita dor de cabeça [...] Pessoas com fundo com bandido ficam aqui [no isolamento]. Lá nos pavilhões ficam os cordão de ouro.
> - O que são "cordão de ouro"?
> - Quem tem dinheiro. Por aqui ficam os presos que trabalham com a polícia, os cabuetes [Nesse momento ele se direciona para os detentos que estão na sala].
> Caio, 20 anos.

Na fala, o entrevistado denuncia o consumo de drogas, além da existência de divisões dentro da penitenciária com base em três categorias: os que tem *"fundo com bandido"*, os que *"possuem recursos financeiros"* e os *"cabuetes"*. Partindo desse relato, fica claro um dos entraves para o monopólio da ordem na unidade: mesmo dentro do presídio, os detentos são tratados de forma diferenciada, à depender do poder que possuem. Este, relacionado à periculosidade, dinheiro, e/ou relação com a administração da penitenciária.

Como discutido no início deste capítulo, um dos maiores problemas de indivíduos que cometem atos criminosos está no fato de colocar a própria individualidade acima de outras, como também acima da *ordem institucional legal*, o que implica em um não reconhecimento de hierarquias. Outro problema corresponde ao fato de que devido a todo o contexto de *sociabilidade violenta* vivenciado, eles acabam internalizando um comportamento agressivo, um *etos guerreiro*, sendo estabelecida uma relação de hierarquia por meio da força e do medo, no qual o mais forte prevalece. As leis, portanto, acabam não sendo legitimadas por esses indivíduos que criam suas próprias regras.

No processo de ressocialização, o indivíduo deveria internalizar valores totalmente opostos ao que aprenderam antes de serem internados. Entretanto, dentro cárcere, não só se reproduz o comportamento violento, mas se intensifica, contribuindo assim para uma ênfase maior no processo de individualização, fazendo com que esses detentos se sintam cada vez mais independentes da sociedade, como se não houvesse nenhum laço que os ligue aos demais membros da sociedade. Há, portanto, a tendência de continuar reproduzindo a "lei do mais forte" e consequentemente uma diminuição da coesão social.

> (...) Tem muita [briga]. Não precisa de motivo, porque é a *lei dos trinta*. O cara já tá preso, tem mais nada à perder. Não tem como aumentar a pena, é a lei dos trinta (...)"
> Caio, 20 anos.

> - como é aqui dentro?
> - Vivo do barraco pra igreja. Falo no telefone com a minha mãe e esposa, como a boia, volto pro barraco. Culto, colégio, igreja. Aqui tem muitas drogas, muitas brigas. Não me meto. Fico no pavilhão esperando acabar, orando. Aqui é difícil, é *cadeia do real*, não pode tá devendo um real que ninguém deixa passar. Aqui tem sempre confusão, um não pode pisar no pé do outro.
> Bernardo, 25 anos.

Nos relatos, os entrevistados falam à respeito do dia a dia no cárcere, dizendo que tem muitas brigas, porque "ninguém tem mais nada à perder", se referindo ao fato de já estarem presos e condenados a passarem muito tempo encarcerados. *"A lei dos trinta"* parece ser uma referência à penalização máxima da constituição brasileira, que é de no máximo 30 anos; na fala, o entrevistado demonstra um certo descaso à lei, no sentido de que essa não pode "fazer" mais nada caso um detento cometa outros crimes, o que demonstra que há a perda do real valor da pena e da prisão. Estes, que deveriam não só punir, mas principalmente ressocializar, tem seu valor diminuído a partir do momento em que a pena é vista só como punição. Como o indivíduo já atingiu a penalidade máxima, não se constrange em cometer outros delitos.

Outra regra exposta por eles, é a *"lei do real"*, se referindo ao fato de que não pode dever nada na cadeia, que a cobrança vem por meio da violência. Essa é a mesma lógica que rege o comércio do tráfico ilegal de drogas, por exemplo, a violência como princípio para a resolução de conflitos. Tudo isso contribui para a falta de confiança no Estado e suas instituições. Quando questionados sobre o que é "justiça", algumas respostas confirmaram essa desconfiança:

> A da terra não é correta, só a de Deus.
> Caio, 20, anos

> É a de Deus. A dos homens não vale pra nada.
> Rivaldo, 27 anos.

> Pagar pelo que fez, mas cumprir com dignidade. O governo deveria garantir direitos pra ninguém voltar a fazer, a cometer crimes.
> Robson, 28 anos.

> Aqui do Brasil é cega. Só vale pra quem tem dinheiro.
> Paulo, 29 anos

> Cobrar da mesma forma, se um homicídio, outro homicídio. Isso é justiça.
> José, 24 anos.

Fica claro que na percepção desses entrevistados, a justiça não cumpre com seu real papel. No último relato, a justiça foi apontada como branda; o entrevistado parece defender a pena de morte. Por outro lado, a justiça também foi vista como necessária e justa:

> Tem que ter na terra. Punir o que faz de errado. Se não, seria pior.
> Victor, 35 anos.
>
> Pagar pelo que fez. Eu sou consciente do que fiz. Tô satisfeito.
> Jurandir, 25 anos.

Em geral, a justiça foi definida como necessária, ao mesmo tempo em que foi caracterizada como falha.

A confiança nas instituições está diretamente relacionada à capacidade das mesmas em manter a ordem e monopolizar o uso da força física. Durante os relatos ficou muito claro que esse é um dos motivos pelos quais os detentos não confiam no Estado:

> - Como é aqui dentro?
> -Normal, fico no *parlatório*, lá é mais calmo, não tem bagunça, violência. *Tem mais ordem*. Se sumir alguma coisa, tem que achar. Os presos não quer, *os cabeça da área* comandam do jeito deles. Os presos comandam. Nos outros, não tem chaveiro, tem muita droga, armas, é violento, *cada cá por si*.
> - Como funciona a segurança aqui?
> - *Os chaveiros* colocam ordem batendo. Eles mesmos resolvem, não levam pros homens, pra polícia.
> -Como funciona a escolha dos chaveiros?
> -*A polícia escolhe* [...] *presídio nunca vai ter controle.* Aqui tem muitas drogas, armas, muito noiado. Quando não tem droga, arrumam briga por nada [...] aqui tem tráfico. Os compassas comandam junto.
> Leonardo, 21 anos

Nesta fala, o entrevistado divide o controle dos pavilhões com base na presença ou ausência dos *chaveiros.* Estes, segundo o relato, são detentos escolhidos pela *polícia*[24],

[24] O termo *polícia* aqui empregado, parece ser uma referência à guarda penitenciária como um todo: policiais e agentes penitenciários.

responsáveis por manter a ordem no pavilhão ao qual foi designado. Interessante que no pavilhão o qual *Leonardo* vive, ele define como calmo e com ordem; nos outros que não tem a presença do chaveiro, é "*cada cá por si".* Essa expressão dá ideia de que, a figura do chaveiro representa ordem e consequentemente uma espécie de coesão social, de unidade, entre os detentos. Onde não tem chaveiro, é *"cada cá por si".* Ao contrário, no relato de *Bernardo,* descrito mais acima, ele descreve seu pavilhão como sendo um local conturbado, sem ordem, o que nos faz supor que nesse não há *chaveiros.* Ainda no relato de *Leonardo,* é descrito como os chaveiros impõe ordem: *"batendo"; "eles mesmos resolvem, não levam pra polícia":* o que demonstra claramente que a autoridade dos chaveiros se sobrepõe à da *polícia* de forma que eles mesmos resolvem, sem contatar a administração local. A figura dos chaveiros, portanto, consiste em uma extensão da figura do *traficante, chefes de áreas,* uma representação da *ordem violenta urbana*, já estabelecida fora do ambiente prisional.

Como já citado, o controle e a ordem nas prisões brasileiras consistem em uma relação dicotômica, ora exercido pelo Estado, ora pelos próprios detentos (BATISTA, 2009). Na fala, essa hipótese é claramente afirmada, se colocando, inclusive, mais ênfase e legitimidade na *ordem informal,* pois, de acordo com os relatos, "essa sim consegue manter a paz" no local: enquanto no *parlatório* tem ordem, que é o pavilhão em que é comandado por chaveiros, nos outros que não tem, há tráfico de drogas, armas e é *"cada cá é por si".* Essa questão, de confiança nas instituições sociais, será mais debatida no próximo tópico. O fato é que a reprodução da criminalidade no ambiente carcerário é uma realidade. Nos relatos, os entrevistados expuseram suas trajetórias anteriores à vida no cárcere, mostrando que já vivenciavam um contexto violento, contexto esse que continuou sendo realidade dentro da prisão.

> (...) Por conta do tráfico, a gente tinha que matar. Tinha o território da gente, quando alguém tentava entrar, a gente matava pra os outros saberem que se tentassem também, morria. Espaço, território, dinheiro, curtição. Era isso (...)
>
> Alexandre, 26 anos.

> Revolta de matar os outros. A vida é cruel. Tudo na cadeia é pago. Na rua rouba, tem dinheiro; vende droga, tem dinheiro; não falta nada. Aqui é cruel. A gente é cruel com a vida (...) [-O entrevistado afirma que está querendo matar um amigo de cela que ele ajudou e o traiu-] Não faço porque quero, vou viver com medo de outra pessoa? (...) Melhor que morrer, é matar (...)
>
> José, 24 anos.

"Matei pra não morrer". Essa foi uma das frases mais presentes nos relatos. Algumas vezes, os entrevistados confessavam outros crimes cometidos dentro da prisão, o que demonstra, mais uma vez, que há reprodução da criminalidade em um ambiente que deveria ser responsável pela ressocialização do indivíduo infrator. Além de homicídios, foi comum ouvir relatos de tráfico de drogas, de armas, assim como acesso ao controle do tráfico existente fora da unidade prisional:

> (...) Tô preso por causa de uma morte, matei pra não morrer. Aqui também tem [tráfico], mas aqui é pior. Lá fora é mais seguro (...) Daqui de dentro se comanda lá fora. Ninguém tira o lugar de ninguém, porque é dele. O cara lutou, deu o sangue. É o dono da favela. Tem dignidade, respeito, caráter, porque sempre ajudou pai de família, dando gás, dinheiro, comprando remédio quando precisava. A própria comunidade protege, esconde, quando a polícia chega. Quando o cara é preso, fica 1, 2 ou 3 na responsa por ele (...) O comando aqui é diferente. O cara que trafica lá fora, chega aqui tem moral, né? Conquista respeito, lugar, mas as cadeias já tem comando.
> Rivaldo, 27 anos.

No relato, é possível observar três principais questões: A primeira, diz respeito ao comando no ambiente externo a prisão. "O dono da favela" é aquele indivíduo que contribui com as necessidades da comunidade; que alcançou esse *status* não só por isso, mas também pelo uso da força e violência como mecanismo de controle. Esse *status* é legitimado pela própria comunidade, que vê na figura do traficante uma certa "segurança". É fato que além disso, também existe a questão da retaliação, caso algum morador faça uma denúncia. Entretanto o assistencialismo presente nessa relação, parece funcionar como uma espécie de "moeda de troca". O traficante, então, surge como uma liderança paralela as instituições sociais, legitimado pela população, que ao contrário, não atribui às instituições estatais a mesma legitimidade. Como vimos em uma fala mais acima [25], chegando ao ponto de fazer protestos contra a prisão de um desses líderes.

Uma segunda questão que podemos retirar desse relato, corresponde ao comando dentro da prisão, que não é o mesmo "de fora". Apesar do traficante já chegar dentro da cadeia com uma certa "moral", esses já encontram na prisão comandos estabelecidos. Mesmo

[25] "[...] *Fizeram um abaixo assinado pra me tirar da cadeia*, porque eu não deixava acontecer as coisas na comunidade, por exemplo, roubo. Ninguém roubava, assaltava a rua que eu morava. *Não deixava acontecer essas coisas na favela.* No dia da audiência, todos os vizinhos foram. *Não teve nenhuma testemunha*, só meu primo" Luiz, 27 anos.

assim, continuam a manter o controle de suas áreas de dentro do cárcere, delegando poderes à outros integrantes do grupo, sem perder o *status* de líder. Percebe-se nessas falas a forma pela qual, aos poucos, uma ordem paralela vem se formando na sociedade brasileira, a *Ordem da Violência Urbana*, legitimada pela população -seja por segurança ou temor- mas que ganha mais espaço a cada dia, inclusive dentro das instituições sociais, como é o caso das prisões e outras, como podemos confirmar no relato a seguir:

> (...) Com 12 anos comecei a conviver mais com meu tio e meu primo. Meu tio era chefe da área. Com 14 anos cometi o primeiro homicídio. *Esse menino que matei vivia roubando os moradores pra consumir drogas. Isso a gente não permite* [...] [queria ser] Como meus tios. Um era comissário, outro da RP, delegado. Sempre andava com eles. Um deles era chefe da área, quem me deu a primeira arma. Foi quando me envolvi com o tráfico.
> José, 24 anos.

A força e legitimidade que o crime vem ganhando é um fato reconhecido não só pelos entrevistados, mas também estatisticamente se considerarmos as altas taxas de crimes violentos praticados em nossa sociedade. A questão basilar para se compreender todo esse contexto está justamente na formação e desenvolvimento dessa ordem paralela que encontra portadores não só em agentes civis, mas dentro das próprias instituições responsáveis pela manutenção e portabilidade da *Ordem Institucional Legal.*

Atrelado à isso, deve-se reconhecer as deficiências existentes para que agentes da lei possam estabelecer a ordem, como é o caso de agentes penitenciários. De acordo como INFOPEN, só no estado de Pernambuco existem cerca de 32.000 mil indivíduos em privação de liberdade. A proporção de agentes para a guarda desses detentos é de 1 para 35 presos, onde o recomendado é de um agente para 5 detentos. Só com esse dado, percebemos a situação de vulnerabilidade dos próprios agentes que convivem com a questão da superlotação carcerária ao mesmo tempo que tem que lidar com um número reduzido de profissionais. Todo esse contexto contribui para a disseminação da *Ordem da Violencia Urbana* e a criação de "instituições paralelas", como é o caso do traficante fora e dentro da prisão, e do *chaveiro,* este responsável por manter a ordem dentro do ambiente carcerário, possuindo um poder concedido pelo próprio Estado.

Ao mesmo tempo em que o Estado não consegue manter o controle nas unidades prisionais, os próprios detentos assumiam mecanismos de controle nas instituições e sempre

se utilizando de violência. Há, portanto, a interiorização e reafirmação de ações potencialmente destrutivas, com uma maior intensidade.

> (...) *No Aníbal, matava pra não morrer* (...)
> José, 24 anos

> (...) *Aqui se aprende a ser mais criminoso. É pior do que na rua.* A polícia aqui não tem controle, não manda, os presos que resolvem (...) Aqui tem briga diariamente, os presos mesmo que afasta, quando a polícia vem, já é tarde. Bota no castigo (...)
> Rivaldo, 27 anos.

> (...) Aqui não tem segurança. Preso é que manda. *Tem que andar na linha* (...)
> Caio, 20 anos.

> (...) *Todo homem é de momento.* O momento. Fazia sem pensar (...) *Aqui dentro, a única forma é a violência. Na rua, dá pra dialogar* (...)
> José, 24 anos.

A *sociabilidade violenta* é ainda mais intensa dentro da prisão. A falta de autocontrole assim como de controles externos, sanções legais, tenciona as relações que se tornam ainda mais destrutivas, isso porque uma estrutura com polarização extrema e suas incertezas contínuas, corresponde a mesma estrutura dos indivíduos que a formam, assim como o modo como se comportam (ELIAS, 1997: 199).

> (...) Agrido verbalmente também, e se ele quiser, vai de outro jeito (...) [se não, ] Vão dizer que eu sou comédia, que como bocão dos outros (...) Vou sair como comédia (...) Aqui não tem como ressocializar. Aqui tem mais armas do que a polícia. É um pior que o outro (...) [o cara] não sabe o que pode vim depois. Na hora a cabeça agita, esquenta, cria mais coragem. Acaba fazendo porcaria (...)
> João, 24 anos.

Esse tipo de comportamento é resultado de uma vivência em contextos imprevisíveis (ELIAS, 1997). Temores de morte irracional, por exemplo, são considerados possíveis fontes de violência, alienação, anomia e retraimento social (KEARL, 1989). Esses temores são vivenciados dentro e fora do cárcere.

O fato de não haver, no Brasil, o monopólio legítimo do uso da violência, inúmeros conflitos se desenvolveram, como por exemplo crime organizado, tráfico de drogas, grupos de extermínio, assim como o surgimento de empresas de segurança privada, tornando evidente a ausência do Estado, que não consegue cumprir com sua função de oferecer segurança aos cidadãos (ZALUAR, 2014). Entre os jovens, houve a interiorização progressiva do Ethos Guerreiro, a hipermasculinidade ou excesso na virilidade agressiva e destrutiva (ZALUAR, 2014:45). Tal conceito, desenvolvido por Norbert Elias parte do princípio de que há a aceitação do uso ilimitado do poder e violência como instrumentos legítimos na vida social, utilizados na resolução de conflitos (ELIAS, 1997). A assimilação do ethos guerreiro, portanto, implica em um processo de seleção que favorece os mais fortes, os "galos de briga" (ELIAS, 1997:100).

> (...) Se não reagir, vem 5,6 depois. Não vou ser covarde de levar tapa e não devolver. Tem que ser homem. Se não reagir, o problema aumenta. A tapa passa, a palavra não. A dor mental é maior, mais dura (...)
> João, 27 anos.

> (...) Amizades. Impulso. Quando o cara tem a fama, vai e faz. Já tá errado na vida, tanto faz. Tem que matar (...) Só faz se quiser. [o cara] Não sabe o que faz, tá drogado. Não pensa pra fazer (...)
> André, 29anos.

Percebe-se, que existe uma obrigação de arriscar a própria vida com o objetivo de provar que é digno de pertencer à uma 'elite social', àquele grupo que possui "honra" (ELIAS, 1997 :57).

A multiplicação de "justiceiros" é outro fato que merece destaque. Essa, pode ser considerada como mais uma consequência da falta de monopólio da violência pelo Estado, que contribui para o aumento da criminalidade e violência:

> - Em relação ao que te levou a estar aqui, você poderia dizer como foi a situação?
> – A caboetagem, safadeza, traição. Tarado. Eu não admitia coisa errada não (...) Roubar a comunidade, gente trabalhador, estuprava. Foram vários, vou falar um (...) Toquei fogo nele, *fiz justiça* (...)
> Ícaro, 30 anos.

> (...) Odeio tarado (...) *Se pudesse, mataria todos,* não esperava a justiça de Deus não.

Luiz, 27 anos.

Essas falas apontam não só para o fato de que esses indivíduos estão imersos em um contexto de violência, convivendo com roubos, estupros, entre outros tipos de violência, mas também, para o fato de que a confiança deles está apenas em si. Não confiam em nada e ninguém além de si mesmos. Esse ponto será melhor debatido no próximo tópico.

Partindo do exposto, é evidente que a ausência do monopólio legítimo da violência pelo Estado também pode ser apontado como um dos responsáveis pela reprodução da criminalidade. É importante destacar que o crime é um fenômeno multicausal. O papel do Estado, portanto, não pode ser descartado, considerando que a estabilidade do autocontrole mental que se desenvolve nos indivíduos mantém uma relação direta com a monopolização da força física e a estabilidade dos órgãos centrais da sociedade (ELIAS, 1993). A importância do papel do Estado como mantedor da ordem social é um fato, pois, em uma sociedade em que o Estado é fraco, há um contexto carente de autocontrole e controles sociais (PIMENTA, 2014).

## 3.2 CONFIANÇA NO ESTADO E EM SUAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS

Como já discutido, existe uma relação entre a estabilidade da estrutura emocional dos indivíduos, a socialização familiar, e o monopólio da força física pelo Estado, capaz de instaurar uma mudança "civilizadora" no comportamento (ELIAS, 1997). A grande questão consiste em tentar compreender essa relação *indivíduo x sociedade*, analisando como os indivíduos desenvolvem a capacidade de reprimir seus próprios desejos, subordinando-os às regras sociais, em prol da coletividade. O desenvolvimento dessa capacidade ocorre através da educação.

A educação tem por objetivo suscitar e desenvolver no indivíduo um certo número de estados físicos, intelectuais e morais, consistindo em uma socialização metódica das novas gerações (DURKHEIM, 2011). Como já discutido no capítulo anterior, em cada um de nós há dois seres: um é composto de todos os estados mentais que dizem respeito à nós mesmos e aos acontecimentos de nossa vida pessoal; e o outro consiste em um sistema de ideias,

sentimentos e hábitos que exprimem em nós, os grupos aos quais fazemos parte (DURKHEIM, 2011: 55).

Ao contrário do animal que tem suas ações movidas por extintos, o ser humano precisa de muito mais que isso para a vivência em grupos. A natureza animal é suficiente para a sobrevivência dele e do grupo, pois o animal vive fora do estado social ou formam sociedades bastantes simples, que funcionam a partir de mecanismos instintivos que cada indivíduo carrega consigo desde o nascimento (DURKHEIM, 2011: 55). Nesse sentido, a educação não acrescenta em nada à essa natureza, visto que essa última é inteiramente suficiente, tanto para a vida do grupo, quanto para a do indivíduo (DURKHEIM, 2011).

> (...) No ser humano, ao contrário, as aptidões de todo tipo que a vida social supõe são complexas demais para poderem, de certo modo, encarnar-se nos tecidos e materializar-se sob a forma de predisposições orgânicas. Por conseguinte, elas não podem ser transmitidas de uma geração à outra através da hereditariedade. É a educação que garante a transmissão (...)
> (DURKHEIM, 2011: 56).

No que tange à educação, o principal papel é da instituição familiar, pois a criança pertence primeiramente aos seus pais, portanto, é a eles que cabe dirigir como bem entenderem o seu desenvolvimento intelectual e moral (DURKHEIM, 2011: 61). Isso não significa que o Estado não tenha seu papel, nessa formação, mas sua intervenção serve para auxiliar as famílias, substituindo-as em caso de necessidade, quando essas não conseguem cumprir com seus deveres (DURKHEIM, 2011).

> (...) Porém, o seu papel não deve permanecer tão negativo. Se, como tentamos mostrar aqui, a educação desempenha acima de tudo uma função coletiva e tem como objetivo adaptar a criança ao meio social no qual ela está destinada a viver, é impossível que a sociedade se desinteresse de tal operação (...) a educação deve estabelecer uma comunhão de ideias e sentimentos suficientes entre os cidadãos, comunhão sem a qual qualquer sociedade é impossível; e, para que se possa produzir esse resultado, a educação não pode ficar totalmente à mercê das arbitrárias vontades individuais, [mas serem supervisionadas pelo Estado, através das instituições competentes] (...)
> (DURKHEIM, 2011: 61)

A educação, portanto, satisfaz necessidades sociais; não consiste em uma simples imposição: os próprios indivíduos têm interesse que haja essa submissão, pois, o novo ser que a ação coletiva edifica em cada um de nós através dela representa o que há de melhor em nós, ou seja, o que há de propriamente humano (DURKHEIM, 2011: 58). Devido ao processo de individualização nas sociedades, a vida social tornou-se muito complexa, sendo necessária ter como base a educação e reflexão para o seu funcionamento (DURKHEIM, 2011). Nesse ponto, entra o papel da ciência, da educação formal e intelectual, através de instituições sociais, como por exemplo, famílias e escolas (DURKHEIM, 2011).

É a sociedade que nos obriga a considerar interesses diferentes dos nossos, que instituiu em nossas consciências todo sistema de representação que alimenta em nós a ideia e o sentimento de regra e disciplina. Foi assim que adquirimos o poder de resistir à nós mesmos, a dominar nossas vontades (DURKHEIM, 2011: 58). Se tudo o que a sociedade deu à nós nos fosse retirado, seriamos reduzidos à categoria animal (DURKHEIM, 2011).

Nas sociedades contemporâneas, as cadeias de ações que ligam os indivíduos são mais longas e maior a dependência funcional entre eles: nelas, os indivíduos são forçados a reprimir de si qualquer impulso emocional (ELIAS, 1997), sendo necessário, portanto, o monopólio do uso da força por parte de um órgão central da sociedade, o Estado, que passa a ser o responsável pela manutenção da ordem. Nesse contexto, a ordem não deve ser estabelecida por cada indivíduo: esses, sempre que tiverem conflitos, precisam recorrer às instituições sociais responsáveis pela manutenção dessa ordem. A estabilidade desses órgãos centrais, portanto, está diretamente relacionado ao desenvolvimento do comportamento *civilizado* nos indivíduos.

Nesse sentido, a maior vantagem social do desenvolvimento do autocontrole através da educação, é a previsibilidades das ações de si e dos outros na cadeia social (ELIAS, 1997).

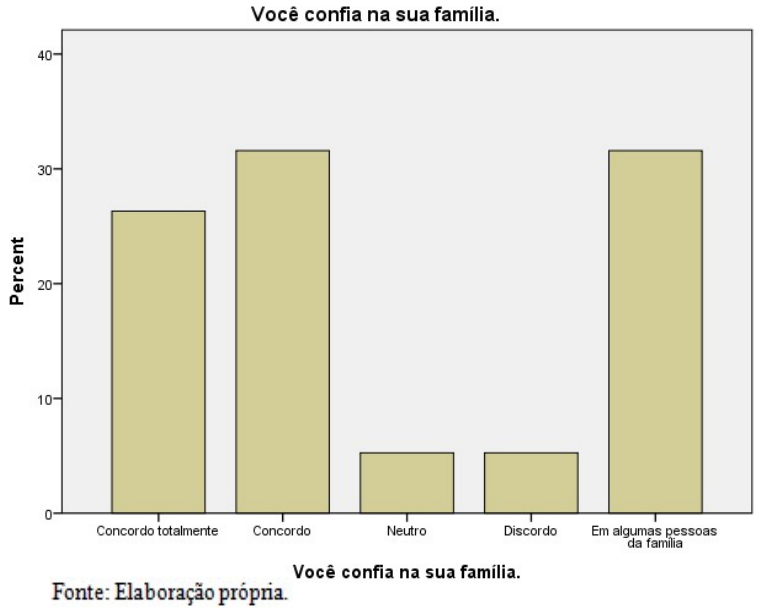
> (...) A moderação das emoções espontâneas, o controle dos sentimentos, a ampliação do espaço mental além do momento presente, levando em conta passado e futuro, o hábito de ligar os fatos em cadeias de causa e efeito, todos esses são distintos aspectos da mesma transformação de conduta, que necessariamente ocorre com a monopolização da violência física e a extensão das cadeias de ação e interdependência social (...)
> (ELIAS, 1997: 198)

O *ethos guerreiro* e *ethos civilizado,* portanto, como já discutidos, são comportamentos relacionados à presença ou ausência do monopólio legítimo da violência e ao controle de emoções destrutivas. Esses conceitos, originalmente desenvolvidos por Norbert Elias, descrevem o processo civilizador que foram desenvolvidos para analisar a violência interna e as tragédias externas dos países europeus. No contexto brasileiro, utilizo esses conceitos pelo viés político-institucional do monopólio legítimo da violência pelo Estado (ZALUAR, 2014), com foco nas mudanças de formações subjetivas do comportamento.

Como vimos no primeiro capítulo, a falta de estrutura familiar foi uma questão levantada pelos entrevistados que além disso, expuseram também o abandono escolar. Nesses casos, os indivíduos ficam sem receber das gerações adultas, seja da família ou educação escolar, princípios coletivos essenciais (DURKHEIM, 2011). Além disso, deve-se considerar também a ineficiência do Estado no controle e manutenção da ordem. Tudo isso afeta a coesão social, contribuindo para a não legitimidade da *consciência comum,* das regras sociais e consequentemente para a sobreposição dos indivíduos em relação à sociedade.

No questionário aplicado, os entrevistados responderam algumas questões relacionadas diretamente ao vínculo social, com o objetivo de observar até que ponto o indivíduo desviante se sente vinculado à sociedade. Foram apresentadas algumas instituições, para ver o nível de confiança dos entrevistados. A primeira instituição apresentada foi a *família,* considerando que o indivíduo pertence primeiro a seus pais\responsáveis (DURKHEIM, 2011), e nessa instituição são estabelecidos vínculos diretos, se pressupôs que essa seria a instituição mais coesa:

Gráfico 2 – Questão 25 do questionário

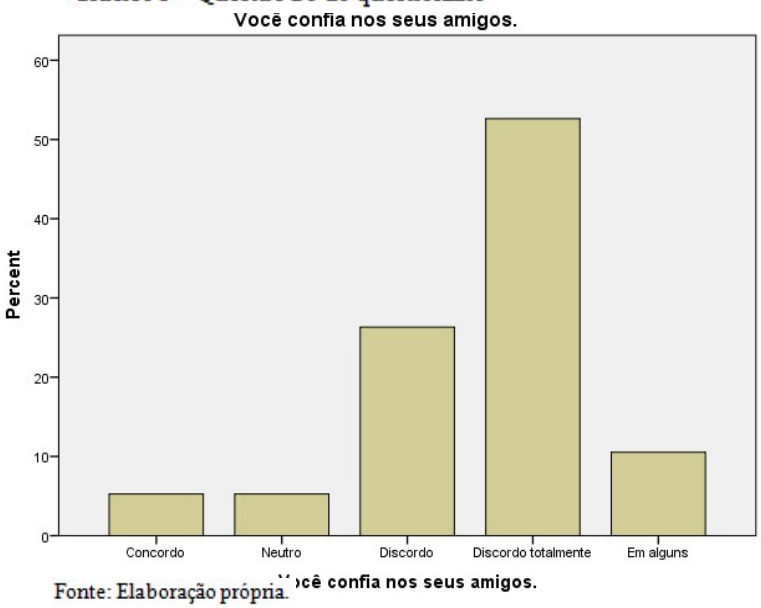



Fonte: Elaboração própria.

De fato, o nível de confiança foi alto, apesar de algumas respostas divergentes e alguns entrevistados ressaltarem que confiam, mas só "em algumas pessoas da família", o que mostra que de certa forma, essa instituição é legitimada pelos entrevistados. Isso não significa necessariamente que esta tem cumprido seu papel no que tange ao ensino de regras e valores coletivos, mas essa informação nos mostra que a família ainda é uma instituição com laços fortes e coesos se comparada às demais, como veremos a seguir.

Outra questão levantada foi em relação aos amigos:

Gráfico 3 – Questão 26 do questionário

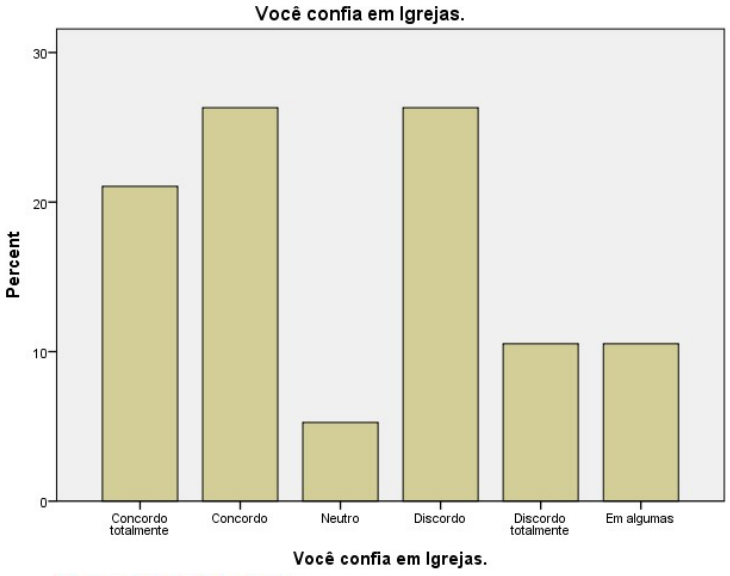



Fonte: Elaboração própria.

A maior parte dos entrevistados afirmaram não confiar em amigos. Percebe-se que para eles, indivíduos que se encontram fora do círculo familiar são confiáveis, representando um certo tipo de ameaça, o que demonstra falta de coesão social.

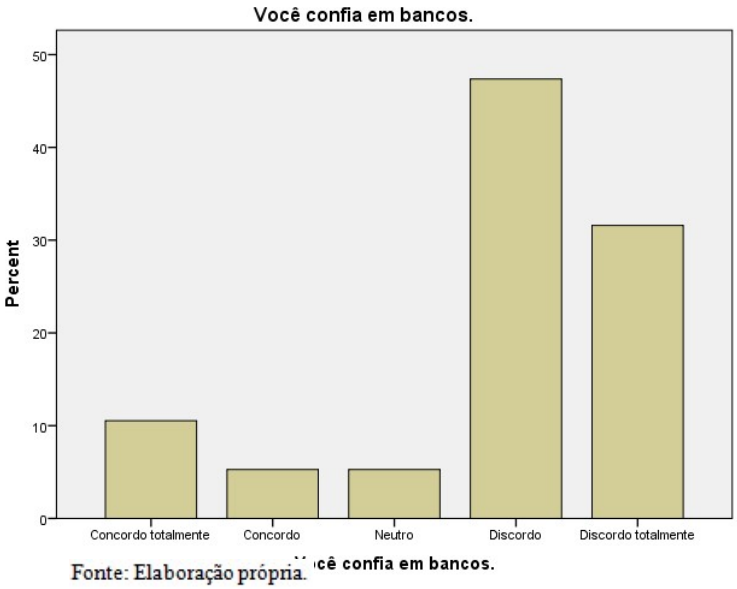
Em seguida, outras instituições foram apresentadas, como Igrejas, "Justiça", "Leis", Exército, Bancos, "Sistema político brasileiro":

Gráfico 4 – Questão 27




Fonte: Elaboração própria.

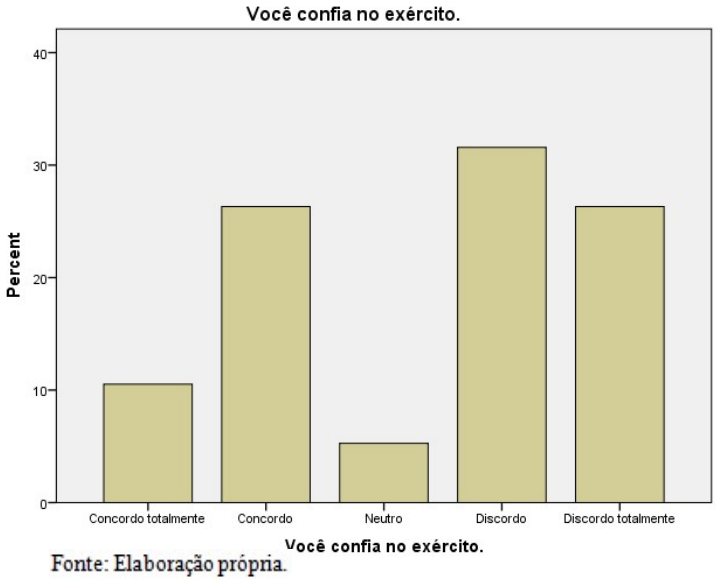
Gráfico 5 – Questão 29 do questionário




Fonte: Elaboração própria.

"Igrejas" também foi uma instituição confiável, ao contrário de "bancos". Alguns entrevistados inclusive, justificaram as respostas. Um deles afirmou: *"Nem conta eu tenho, guardo dinheiro em casa" (Bernardo, 25 anos).* Outras instituições foram: Exército, "Sistema político brasileiro" e "Justiça":

Gráfico 6 – Questão 30 do questionário



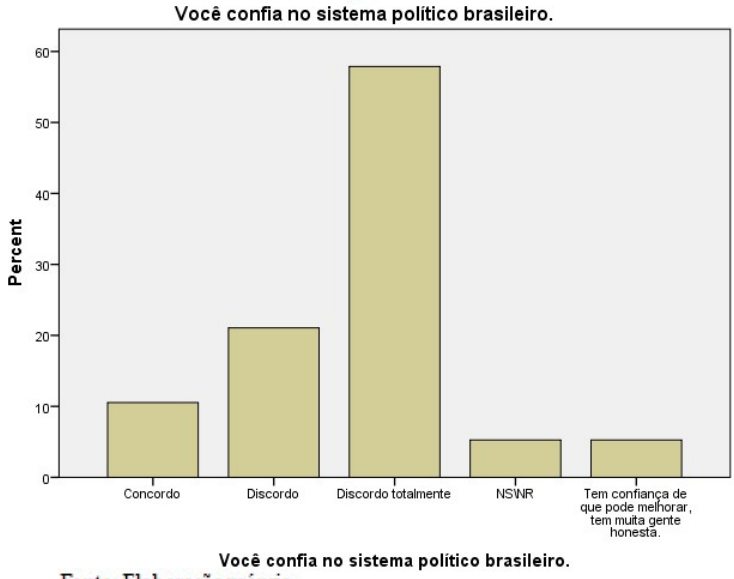

Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao Exército, 36,8% afirmaram que confiam[26], e 57,9% não confiam; duas justificativas chamaram atenção: *"Concordo totalmente. Meu compassa era do Exército"; "Concordo. Foi quem me colocou aqui":* na primeira fala, a confiança tem por base a relação do entrevistado com um membro do exército, que no caso, cometia delitos com ele; no

[26] Para facilitar a análise, as categorias "concordo" e "concordo totalmente" foram somadas, assim como "discordo" e "discordo totalmente".

segundo caso, o entrevistado afirma que foi o exército quem o prendeu, por isso, o mesmo confia, ou seja, o entrevistado parece demonstrar que sua prisão foi justa e que por isso, o Exército é confiável. Nessa mesma entrevista, quando questionado sobre *o que é justiça,* a resposta é: "pagar o crime que cometeu" (Bernardo, 25 anos), o que demonstra um certo reconhecimento, por parte deste indivíduo, em relação a legitimidade da *ordem institucional legal.*

Gráfico 7 – Questão 31 do questionário

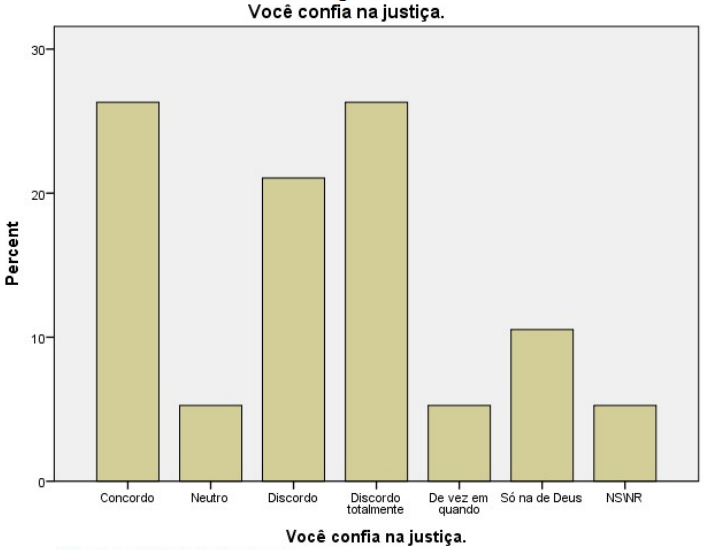



Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao "Sistema político brasileiro" a rejeição foi maior. Apenas 10,5% concordaram com a afirmação, enquanto que 79% discordaram, afirmando não confiar. É importante ressaltar que essa falta de confiança não recai no sistema em si, mas nos representantes: *"Onde tem mais ladrão" (Rivaldo, 27 anos),* "*Tudo bandido, ladrão" (José, 24 anos).*

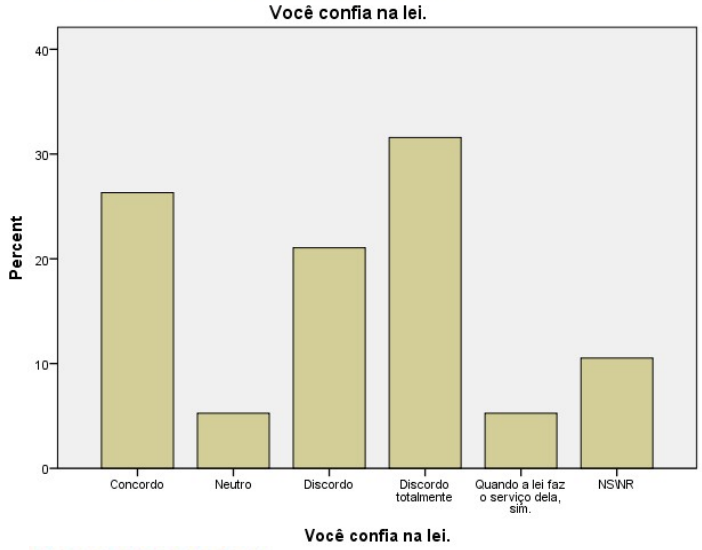
Em relação à *justiça, 26,3%* confiam, ao passo que 57,9% não confiam[27]. No que corresponde à "*Lei",* essas porcentagens são bem semelhantes: *26, 3% c*onfiam*, 52,7*% não confiam.

Gráfico 8 – Questão 32 do questionário




Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 9 – Questão 33 do questionário




Fonte: Elaboração própria.

Traçando um perfil geral dos entrevistados, as instituições as quais os entrevistados mais confiam são *Família* (57,9%) e *Igrejas* (47,4%), e mesmo assim, a confiança é média, considerando que as porcentagens de confiabilidade não alcançam 60% de aprovação. Quanto às instituições ligadas à segurança pública, que tem por função assegurar e manter a ordem e

[27] Somando-se as seguintes categorias: "Discordo", "Discordo totalmente", e "Só na [justiça] de Deus".

coesão social, (DURKHEIM, 2011) (Justiça, leis, exército), o nível de confiança também foi médio\baixo, o que demonstra um distanciamento entre os indivíduos e a sociedade.

Esses dados demonstram o quanto o processo de individualização está desenvolvido em nossa sociedade, que ao mesmo tempo em que proporciona aos indivíduos mais liberdade e individualidades específicas (FONTES, 2013), exige a formação de um órgão centralizador com instituições fortes e coesas, desde a família ao próprio Estado; estes, responsáveis pela formação e socialização do indivíduo, necessários para que o mesmo assimile princípios essenciais para a estabilidade das relações sociais (DURKHEIM, 2011).

Quando imersos em um contexto carente de autocontrole e controles sociais, a violência torna-se presente no cotidiano da população, com maior ou menor ênfase, a depender dos contextos específicos de cada grupo. Por exemplo, na sociedade brasileira, como já mencionado anteriormente, a população que mais convive com a violência letal são os moradores de periferias (WAISELFISZ, 2014); são justamente essas áreas que sofrem mais diretamente com a ausência desses controles. Além disso, a falta de estrutura familiar, faz com o que os indivíduos percam esse referencial, possibilitando que esses encontrem em outros grupos suas referências, como por exemplo, grupos de gangues (ABRAMOVAY, 2002).

Tudo isso interfere diretamente na significação que os indivíduos atribuem à vida e à morte. Assumir ações de risco em busca de alcançar objetivos imediatos, por exemplo, está diretamente relacionado a prática de crimes como homicídio. A morte possui um papel central em nossas vidas, sendo capaz de gerar dinâmicas sociais, funcionais ou destrutivas (KEARL, 1989). Imprevisibilidade das ações do outro, assim como temores de morte irracional são considerados como sendo possíveis fontes de violência, alienação, anomia e retraimento social (KEARL, 1989).

Em nosso contexto social, a morte é vista como a última etapa de um processo social e biológico. Ao mesmo tempo, temores de morte não são distribuídos de forma homogênea. Após compreender um pouco as trajetórias de vida dos entrevistados, seus valores, como significam o viver, analisaremos como o indivíduo que praticou homicídio significa a morte e o morrer.

# 4 A SIGNIFICAÇÃO SOCIAL DA MORTE E DO MORRER PARA JOVENS HOMICIDAS

Compreender a forma pela qual os indivíduos significam a morte e o morrer implica em considerar que essa significação varia a depender do contexto vivenciado por eles. Em geral, a morte é um tabu. À medida em que as sociedades foram passando pelo processo de modernização, houve o aumento da pacificação social, da individualidade, assim como da elevação do pensamento racional e científico o que contribuiu para uma mudança na significação social do viver e morrer.

Considerando que as sociedades ocidentais possuem uma base Cristã (ARIÈS, 2003), no período medieval a religiosidade era muito importante no momento da morte, importância essa, que fazia com que os moribundos em sua maioria, nos momentos finais da vida, utilizassem seu corpo para evidenciar a existência de uma divindade, seja apontando a cabeça para o oriente, em direção à Jerusalém, seja deitado de costas, para que o rosto estivesse apontando sempre para o céu (ARIÉS, 2003: 32). Percebe-se, portanto, o quanto o viver estava associado à religiosidade.

Em termos gerais, até fins do século XVIII, a *morte boa* dava avisos prévios. O ritual de despedida era marcado por quatro momentos: “o lamento da vida”, “o perdão dos companheiros”, “o pensamento voltado para Deus” e “a absolvição sacramental”, realizada pelo representante eclesiástico (ARIÉS, 2003). A morte era esperada no leito sem dramas e excesso de emoção, com uma cerimônia pública organizada pelo próprio moribundo, que era visitado livremente por amigos, parentes e vizinhos, inclusive crianças (ARIÉS, 2003). A morte era *familiar*, era uma *morte domada* (ARIÉS, 2003). Esta consistia em uma forma de aceitar a ordem natural, pois os indivíduos se sujeitavam à uma das grandes leis da espécie e não cogitava evitá-la. Ao mesmo tempo que era aceita, era indiferente (ARIÉS, 2003: 46). Hoje, ao contrário, o significado que atribuímos à morte é de *morte selvagem,* pois a repudiamos; tememos o morrer.

Entre os séculos XI e XII, houveram algumas modificações na relação do indivíduo com a morte, principalmente entre as classes mais instruídas que incluíram um caráter mais familiar e dramático ao ritual fúnebre, o que não existia anteriormente (ARIÉS, 2003). Além disso, nessa fase tem-se início a preocupação com a particularidade de cada indivíduo. Passou

a prevalecer no imaginário social a representação do juízo final, pós morte, que estava diretamente relacionada à biografia individual, biografia esta que seria concluída no fim dos tempos e não apenas na hora da morte (ARIÉS, 2003: 46).

Embora a noção de individualidade tenha se disseminado gradativamente na sociedade, à princípio, não existia da mesma forma para todos os membros. A individualidade dos senhores precedeu as demais. Sua democratização ocorreu a medida em que os oprimidos emergiram econômica e juridicamente (MORIN, 1970). A morte, portanto, se afirmou a medida em que a individualidade se estendeu à sociedade. A democratização da individualidade se dissipa, paralelamente à expansão e circulação econômica e ideológicas. Paralelamente a democratização geral, surge o processo de inversão da subordinação indivíduo-sociedade (MORIN, 1970).

Aos poucos, houve o estreitamento da relação entre morte e biografia. Entre os séculos XIV e XV essa ligação tornou-se definitiva: acreditava-se que no momento da morte o ser humano revia toda sua vida, o que dava sentido e conclusão à própria biografia (ARIÉS, 2003). O moribundo passou a ter o seu papel reforçado na própria cerimônia de morte, determinando-a segundo à sua vontade (ARIÉS, 2003: 53). No final da idade média, as pessoas tinham uma consciência de que a morte estava presente em seu próprio ser, por isso, procuravam viver intensamente. Essa paixão pela vida nos é estranha, talvez pelo fato da elevação da expectativa de vida nas sociedades atuais.

Houve, portanto a atenuação da individualidade, pois no espelho de sua própria morte, cada indivíduo redescobria o segredo de sua individualidade, a morte de si mesmo (ARIÉS, 2003: 63). Em síntese, o significado mais antigos da morte corresponde à uma submissão ao destino coletivo da espécie (ARIÉS, 2003: 64); um segundo significado que teve início no século XII, passa a reconhecer a morte individual (ARIÉS, 2003).

No final do século XVIII, as sociedades ocidentais constroem um novo sentido para a morte: exalta-a, dramatiza-a, deseja-a (ARIÉS, 2003: 64), mas ao mesmo tempo se ocupa menos da própria morte para atentar à morte do outro, cuja saudade e lembrança inspiram um novo culto aos túmulos e cemitérios. Nesse mesmo período, ocorre um novo fenômeno na significação social da morte, que adquire um sentido de ruptura (ARIÉS, 2003).

A partir do séc. XIX, a morte passou a ser agitada pela emoção e dor, havendo a recusa da banalidade: a morte no leito, começa a possuir um caráter mais espontâneo,

inspirada pela dor dos sobreviventes, devida a uma nova intolerância com a separação. A partir desse período, não é somente diante da cabeceira dos moribundos e da lembrança dos desaparecidos que se fica perturbado. A simples idéia de morte comove (ARIÉS, 2003: 67). Houveram, portanto, duas principais mudanças no fim do séc. XVIII: a complacência com a idéia de morte e a relação entre o moribundo e sua família.

O luto surge nesse contexto. No século XVIII, possuía duas finalidades: induzir a família do morto a expressar uma dor que nem sempre existia e defender os sobreviventes, que sinceramente sentiam a partida, dos excessos da dor, impondo um certo tipo de vida social, com visitas de parentes, vizinhos e amigos (ARIÉS, 2003). A partir do século XIX, esse limite é ultrapassado: a dor é expressa de forma mais intensa, é a época dos *lutos histéricos* (ARIÉS, 2003).

Toda essa mudança foi influenciada pela evolução socioeconômica no século XIX, a industrialização e urbanização, e teve como principal consequência o aumento da expectativa de vida. A morte passou a ser encarada como a última etapa de um ciclo natural, ao momento em que o ser humano terá cumprido com todas as fases da vida social (ARIÈS, 2003).

Entre 1930 e 1950 essa evolução acelera por conta de um deslocamento do local da morte. Antes morria-se em casa, junto a família, agora, morre-se no hospital, sozinho (ARIÈS, 2003).

> (...) Morre-se no hospital porque este se tornou o local onde se presta os cuidados que já não se pode prestar em casa. Morre-se no hospital porque os médicos não conseguiram curar. Vamos ao hospital não mais para sermos curados, mas precisamente para morrer. A morte passou a ser tida como um fenômeno técnico causado pela parada dos cuidados, do médico e da equipe hospitalar. São esses os donos da morte (...)
> (ARIÉS, 2003: 86)

Vale ressaltar que sempre houveram tensões e ameaças em relação a boa administração da morte. Domá-la com sucesso depende muito de certo nível de prosperidade e de disponibilidade de serviços de saúde (KELLEHEAR, 2016: 339). Além disso, considerando nosso contexto de exclusão e marginalização da população mais pobre, esta não é apenas a que mais morre por causas naturais como doenças, mas também por causas

externas como homicídio. Em um país violento como o nosso, os indivíduos morrem sem chegar ao hospital; seus corpos são recolhidos na rua.

O medo da morte é uma construção social que foi se desenvolvendo nas sociedades ao longo dos séculos, mas não da mesma forma em todos os lugares. Apesar disso, sempre há algo em comum entre as localidades, provando que os fenômenos sociais nunca surgem isoladamente, mesmo quando obedecem a lógicas culturais singulares (REIS, 1991). Em relação a cultura brasileira, a significação social da morte herdou várias semelhanças europeias, especialmente portuguesas e africanas, sendo a portuguesa a que mais prevaleceu: a religião católica, a crença na transição em três possibilidades: inferno, purgatório e o céu (REIS, 1991). De forma geral, toda essa construção simbólica em torno do morrer foi assimilada em nossa cultura.

A ênfase recai sobre o aceitável para os sobreviventes. O contrário, desencadeia nos sobreviventes uma emoção muito forte, sendo necessário evitar essas emoções em público. Todo esse processo socioeconômico interferiu inclusive na vivência do luto, considerando que a partir desse período só se tem o direito a comoção em particular, ou seja, às escondidas (ARIÉS, 2003: 87). As formalidades passam a ser discretas. As condolências à família desaparecem ao final do enterro. Da mesma forma, as manifestações aparentes de luto são condenadas e desaparecem. Uma vez esvaziada a morte, não há mais razão para visitar seu túmulo. A morte tornou-se um tabu, passando de um espetáculo público, à um momento particular (ARIÈS, 2003).

Partido disso, considerando que o ato de matar implica no risco de morte (MORIN, 1970), pode-se questionar: como um indivíduo que praticou homicídio significa a morte? Considerando que a significação social da morte varia dentro de uma mesma sociedade, os indivíduos imersos em um contexto de violência urbana atribuem uma outra significação ao morrer?

No início das entrevistas, pedi para que os entrevistados falassem um pouco sobre suas próprias trajetórias de vida, começando pela infância. Questionei *do que tinham medo quando crianças* e logo em seguida *do que tinham medo hoje.* As respostas vinham de imediato. O medo da morte foi a respostas da maioria dos entrevistados; e quando não da própria morte, a morte de algum familiar próximo, como por exemplo, mãe e filhos. A perda da individualidade, foi sempre apontada com temor.

> - Do que você tinha medo?
> - Da mata e de papangu (risos). Morria de medo de papangu (risos).
> - E do que você tem medo hoje?
> - Da mata. Medo de morrer nesse lugar, na mata. [A penitenciária é rodeada por uma mata]. Medo de não conseguir recomeçar. Luto todo dia pra isso. Recomeçar. Terminei o ensino médio aqui dentro. Fazem dois anos que trabalho aqui dentro de graça, sem ganhar nada. Já entrei em depressão aqui, as professoras da escola me ajudaram muito, me apoiaram muito, elas acreditam em mim [...] As professoras viram minha capacidade. Não precisava ter me envolvido com o crime, me envolvi por diversão. Hoje luto diariamente para ser ressocializado, conseguir um emprego, voltar a trabalhar (...)
> João, 27 anos.

> - Do que você tem medo hoje?
> - Medo de tá na vida errada aqui dentro. Mas aqui me envolvo com nada não, vivo no parlatório. Lá não tem sujeira, é tudo limpo e também é mais calmo [...] Faço faxina, durmo, assisto dentro do pavilhão. Ocupo minha mente pra não fazer confusão. Cheguei a estudar aqui, mas desisti. Tenho cabeça pra estudo mais não
> Rivaldo, 27 anos.

Nos relatos, além do medo de morrer, é exposto também o medo de *se envolver com coisas erradas,* de não conseguir *ressocializar*. Essa é uma questão que não podemos ignorar: existe possibilidade de reinserção social no ambiente carcerário? De acordo com os entrevistados, não. Do ponto de vista estrutural, o local não oferece segurança e condições para a ressocialização do indivíduo infrator. Como já discutido no capítulo anterior, foi relatado que o ambiente prisional *é pior do que a rua. Os presos aprendem a ser mais criminosos*[28]. Nos relatos em destaque, os entrevistados apontam para uma questão importante: por mais que a estrutura do local contribua e estimule o crime, os mesmos tomaram a decisão de não se envolver mais com essas práticas e adotaram mecanismos para se proteger, seja estudando, seja trabalhando no ambiente carcerário, o que aponta para o aspecto da subjetividade do indivíduo, a capacidade de resistir a estrutura. Mesmo assim, as dificuldades encontradas para ressocialização no ambiente carcerário é uma realidade, pois existem situações que fogem do controle. Um dos entrevistados, por exemplo, relatou que começou a consumir drogas dentro da prisão:

> (...) Depois experimentei droga, crack, tudo. É muito difícil, queria voltar no tempo. Consumi droga por pouco tempo, já tinha mais de 18 anos, foi na cadeia, na rua nunca. Na rua só cigarro e escondido. Foi no Aníbal Bruno.
> Bernardo, 25 anos.

[28] Fala de um dos entrevistados.

Além de drogas, armas, como já relatado, nos trechos acima é possível notar o medo da morte relacionado ao risco dentro da penitenciária. Na primeira fala, o entrevistado fala do medo de morrer na prisão, o que aponta para a questão da vulnerabilidade dentro do ambiente carcerário.

O medo da morte foi algo relatado em todas as entrevistas, com maior ou menor intensidade. Além disso, o morrer só, longe da família, ou de perder algum familiar o que aponta para o fato de que além do medo da morte, os entrevistados parecem temer a solidão.

> - Do que você tem medo hoje?
> - De morrer. De perder minha mãe (...)
> José, 24 anos.
>
> (...) Medo da morte. Quero estar com a minha família (...)
> Marcos, 26 anos.

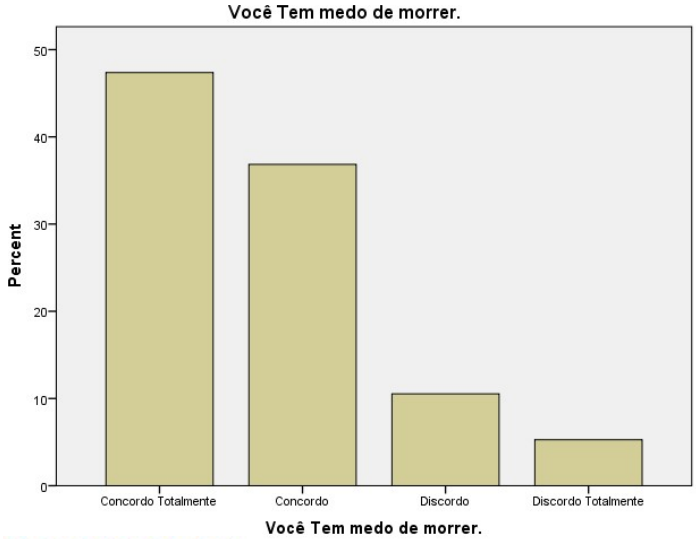
A morte também foi relacionada à religiosidade, assim como comparada à uma vida infeliz:

> (...) De morrer sem Jesus, sem salvação (...)
> Jurandir, 25 anos.
>
> - Como você define a morte?
> - É ... acabou. Morreu, acabou. É feito tá aqui dentro, na cadeia. Ninguém respeita como cidadão. Quando sair daqui, vou tentar a vida em outro canto (...)
> Marcos, 26 anos.

Nas falas, percebe-se que o morrer não se resume unicamente à um sentido de morte física, mas também à uma morte eterna, relacionada à uma vida pós morte, assim como a uma morte social, relacionada ao reconhecimento social, a possuir uma vida social: a falta de reconhecimento social da própria individualidade também é percebida como morte.

Tanto nas entrevistas semiestruturadas quanto nos questionários, os entrevistados expuseram o medo da morte:

Gráfico 10 – Questão 07 do questionário




Fonte: Elaboração própria.

84,2% dos entrevistados afirmaram ter medo de morrer, deixando evidente que de fato, para eles, a morte é um tabu. Nosso conceito de morte é *selvagem* (ARIÈS, 2003), não aceitamos nossa finitude, por mais que reconheçamos que o morrer faça parte de nossa essência. Esse temor à morte suscita uma questão: o ser humano está adaptado ou inadaptado à morte? (MORIN, 1970). A resposta é relativa.

> (...) No que se refere à adaptação, embora o ser humano arrisque a vida, e esteja pronto para morrer, a morte não se torna menos odiosa. Isso porque mesmo quando está pronto para morrer, a medida em que a consciência da individualidade vem à tona, o homem continua a odiar a morte da espécie, a morte natural. Quanto à inadaptação, se o ser humano estivesse absolutamente inadaptado à morte, morreria de morrer; já que quem não suporta a idéia da morte, morre disso: seja de medo, seja voluntariamente, pelo suicídio (...)
> (MORIN, 1970: 73)

A inadaptação à morte é que condiciona a individualidade e simultaneamente, na adaptação que se encontra a sociedade, pois esta consiste em participação: o paradoxo da sociedade, portanto, é ao mesmo tempo o paradoxo da individualidade; realidade simultaneamente irredutível e aberta às participações sociais (MORIN, 1970).

> (...) Historicamente, a evolução das sociedades está ligada à evolução da individualidade humana. A sociedade é a corrente que atravessa o indivíduo

> e o liberta da espécie. A sociedade, libertadora do indivíduo, contém a adaptação e inadaptação à morte, simultaneamente. É esse complexo dialético que se encontra nos funerais, por exemplo: o luto exprime socialmente a inadaptação individual à morte, mas, ao mesmo tempo, é o processo social de adaptação que tende a fazer cicatrizar a ferida dos indivíduos que sobrevivem (...)
> (MORIN, 1970: 75)

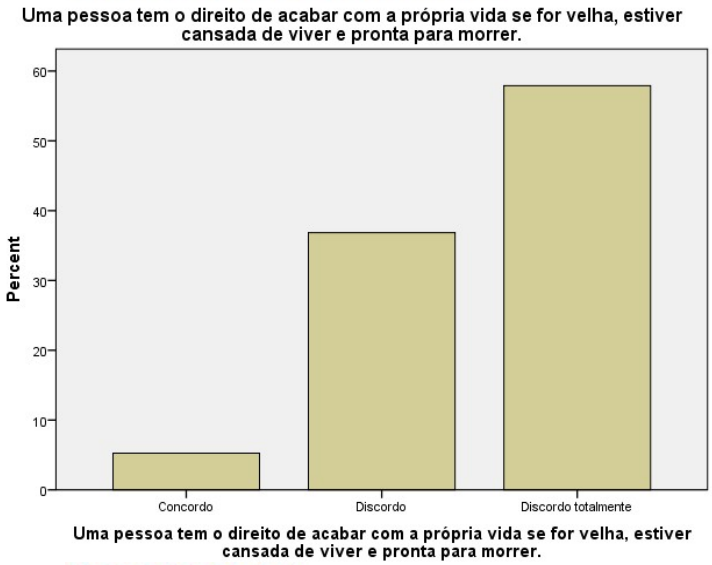
O medo da morte, portanto, consiste no reconhecimento de sua própria existência. Nesse contexto, quanto mais se viver, melhor, não importando a qualidade de vida, mas sim a quantidade:

Gráfico 11 – Questão 08 do questionário

Fonte: Elaboração própria.

Nessa questão, 84,2% dos entrevistados discordaram da afirmação e em muitos casos, justificaram dizendo que *a pessoa tem que esperar "o dia certo",* ou que "*só Deus pode tirar a vida".*

Gráfico 12 – Questão 09 do questionário




Fonte: Elaboração própria.

A afirmação acima foi ainda mais reprovada: 94,7% dos entrevistados discordaram, apresentando as mesmas justificativas, de que "*a pessoa não pode tirar a própria vida, só Deus"*.

Nessas questões que foram apresentadas, os entrevistados majoritariamente discordaram, o que reitera a ideia de que para os entrevistados, a morte está relacionada à velhice. O medo do sobrenatural, do desconhecido, rompe de tal forma com nosso *sistema de morte negação*, que os indivíduos não conseguem concordar com fato da vida ser "interrompida" mesmo se for da vontade do próprio indivíduo.

Morin argumenta que entre esse complexo dialético de adaptação e inadaptação à morte, se encontra a religião, como forma de conforto, pois oferece subsídios para o desejo dos indivíduos à imortalidade (MORIN, 1970).

> (...) A religião, que se vai especializar cada vez mais na canalização do traumatismo da morte e na manutenção do mito da imortalidade, exprime esse traumatismo, dando-lhe uma forma e uma 'saúde'. A religião é a saúde social que acalma o mórbido terror individual a morte. Há reciprocidade. A religião é uma adaptação que traduz uma inadaptação humana à morte, uma inadaptação que acha a sua adaptação (...)
> (MORIN, 1970: 76)

Esse complexo dialético consiste em uma dicotomia entre esses conceitos, já que a adaptação humana só é possível devido à inadaptação à espécie, pois o indivíduo que se afirma em detrimento da espécie, afirma-se simultaneamente como realidade autônoma, que recusa a morte (MORIN, 1970).

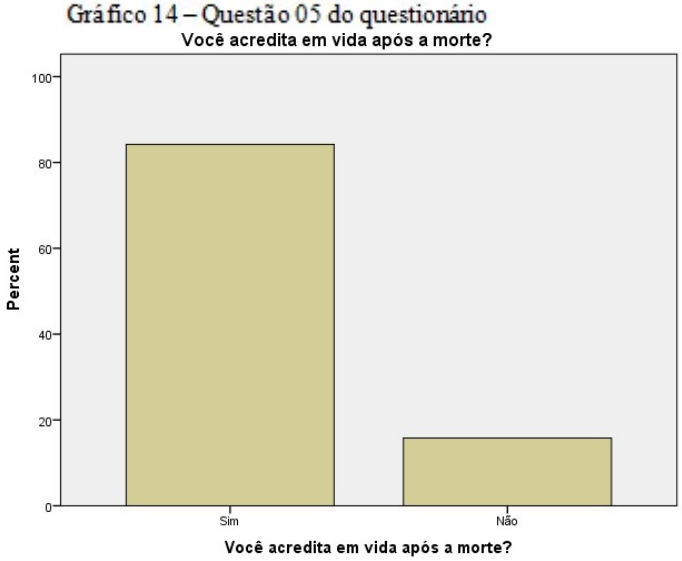
Nas entrevistas, a religiosidade foi mencionada com frequência, seja de forma espontânea ou quando questionado de forma direta, como veremos nos gráficos a seguir:

Gráfico 13 – Questão 13 do questionário

Fonte: Elaboração própria.

84,2% dos entrevistados concordaram com a afirmação, o que demonstra que a religião funciona como uma forma de amenizar medos e inseguranças que o morrer pode provocar nos indivíduos.

Gráfico 14 – Questão 05 do questionário

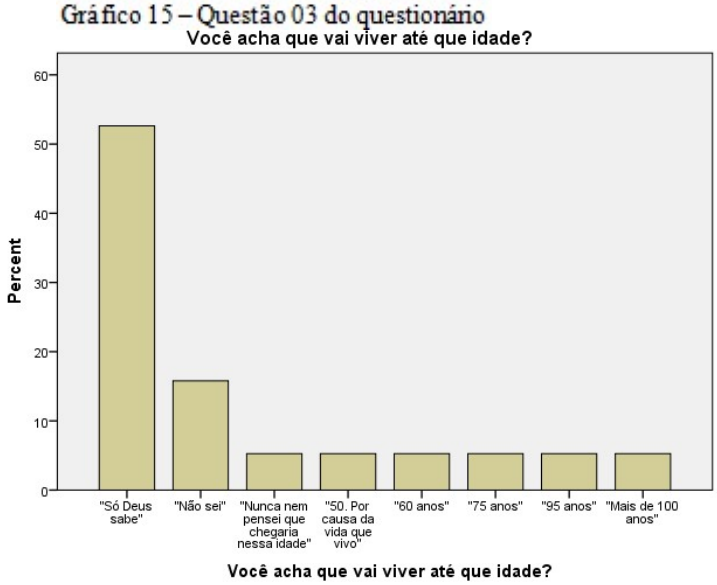



Fonte: Elaboração própria.

A crença na vida pós morte reitera a ideia de imortalidade humana (MORIN, 1970). Mais de 80% dos entrevistados afirmaram essa crença, o que demonstra uma adaptação frente à uma inadaptação à mortalidade (MORIN, 1970).

Todas essas respostas apontam para o fato de que os indivíduos assimilaram a ideia de morte como sendo a última etapa de um processo social e biológico. Além disso, a recusa à mortalidade humana estimula os indivíduos a desenvolverem mecanismos de adaptação. A questão é: considerando que o homicídio implica em risco de morte para o próprio agressor, o indivíduo que praticou homicídio reconhece esse risco?

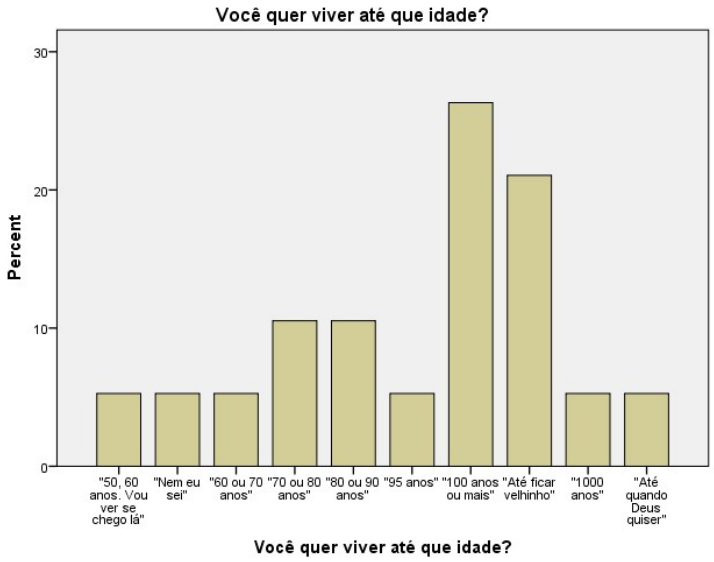
Gráfico 15 – Questão 03 do questionário




Fonte: Elaboração própria.

Quando questionados *até que idade achavam que iriam viver*, 52,6% dos entrevistados afirmaram que *"Só Deus sabe"*. Unindo as categorias *"só Deus sabe", "Não sei", "Nunca pensei que chegaria nessa idade" e "50 anos, por causa da vida que eu vivo",* soma-se 78,9% dos entrevistados, que pelas respostas, demonstram viver uma vida completamente imprevisível, o que implica em um reconhecimento dos riscos à própria existência. Ao mesmo tempo, foi perguntado *até que idade gostariam de viver:*

Gráfico 16 – Questão 04 do questionário



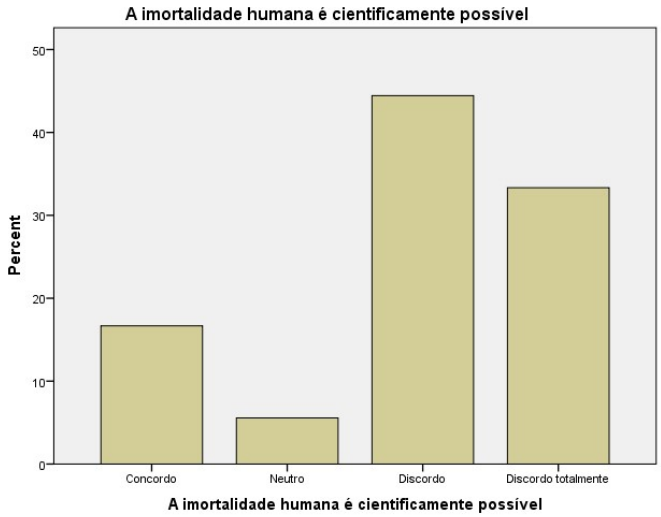

Fonte: Elaboração própria.

Em mais de 80% das respostas está relacionada à velhice. Um dos entrevistados chegou a revelar o desejo de viver até *1000 anos*, o que deixa claro que o reconhecimento do risco de vida não implica que os indivíduos não tenham assimilado os valores do *sistema cultural de morte negação*.

De acordo com Morin (1970), as crenças humanas na imortalidade, correspondem a própria produção do ser humano. A mágica e a técnica sujeitam os indivíduos ao mundo: a técnica humaniza o mundo, ao passo que a magia humaniza o mundo mental e afetivamente. Por um lado, quanto mais a apropriação técnica do mundo o ser humano possuir, mais a imortalidade será desejada; por outro lado, os progressos técnicos provocarão a racionalidade, que criticará e dissolverá o mito da imortalidade (MORIN, 1970). No entanto, mesmo com o advento do pensamento racional, o domínio da morte continuará sendo do mito e da magia (MORIN, 1970).

Quando questionados se acreditavam na imortalidade humana, as respostas foram negativas:

Gráfico 17 – Questão 11 do questionário




Fonte: Elaboração própria.

16,7% dos entrevistados concordaram com essa afirmação; 5,6% foram neutros, não souberam responder, ao passo que 77, 7% discordaram, o que demonstra claramente que em geral, os entrevistados não acreditam na possibilidade da imortalidade humana. Esses dados mostram que por mais que a imortalidade seja almejada, existe o reconhecimento de que os seres humanos não podem, de fato, dominar a morte: embora a sua técnica e saber tenham conseguido fazer recuar o momento da morte, nunca puderam penetrar no interior do seu domínio e ressuscitar um morto (MORIN, 1970: 97).

A morte é uma certeza de todo ser humano. Entretanto, existem mortes melhores do que outras. Retomo à pergunta inicial: como você gostaria de morrer? Nossas respostas expõem nossas principais crenças, valores e dinâmicas vivenciadas, o que comprova que a morte revela muito mais do que a si mesma.

Todas as sociedades possuem ideias do que seria o *bom morrer.* Essa significação varia não só de sociedade para sociedade, mas também dentro delas. Considerando que em nossa sociedade a morte está associada à última etapa da vida e que para matar, arrisca-se ser morto (MORIN, 1970): para um indivíduo jovem que praticou homicídio, o que seria uma *morte boa* e *uma morte ruim?* Abordaremos essa questão no próximo tópico.

## 4.1 MORTE BOA X MORTE RUIM

A morte tem um papel central na vida, sendo capaz de gerar dinâmicas sociais que tem o poder de estruturar a ordem social (KEARL, 1989). Ela nos proporciona comparar o desenvolvimento humano, assim como mensurar a estabilidade da estrutura social, através de taxas de homicídios e expectativa de vida, por exemplo (KEARL, 1989). Ao contrário do que ocorria no período medieval, as relações entre morte e vida estão cada vez mais claras**.**

Qualquer ethos cultural tem a capacidade de oferecer ordem e significado à mortalidade humana, auxiliando o indivíduo a compreender o viver e o morrer, afastando a insignificância da vida que a morte parece proclamar (KEARL, 1989). A essência da sociedade está na previsibilidade das ações dos membros e a morte representa a ameaça fundamental à ordem e significado que os sistemas sociais erguem para proteger seus membros contra os terrores anômicos do caos (KEARL, 1989). Isso porque o ser humano pode se adaptar à diversas situações, mas não pode lidar com o caos.

> (...) A visão cultural da morte, o "ethos da morte" afeta comportamentos na vida. Isso determina coisas como militância de um povo, seus medos, ou esperanças, para reencarnação e ressurreição, suas vontades de realizar transplantes de órgãos ou fazer um seguro de vida [...] onde a qualidade de seu destino pós-morte varia, como em culturas em que as concepções religiosas de céu e inferno predominam, pode haver preocupações diárias com o pecado. Quando as preocupações servem às funções sociais, reforça o "exercício ritual", servindo para internalizar valores morais de uma cultura, legitimando-a (...)
> (KEARL, 1989- tradução minha).

Cada cultura tem de lidar com a eterna busca do sentido da vida e da morte. Como indivíduos, nos deparamos com eventos que trazem desordem para nossas vidas pessoais, como por exemplo puberdade, parto, velhice e morte; e o sistema social tende a transformar esses eventos pessoais (únicos), em eventos socialmente significativos e pessoalmente, menos assustadores (KEARL, 1989). Esses ritos de passagem ajudam nessas transformações e transições do self e a transição biográfica que mais exige ritual é a passagem do mundo dos vivos para o mundo dos mortos (KEARL, 1989).

A morte ressalta os principais valores culturais que os indivíduos adquirem com suas experiências ao longo da vida. Considerando que a partir da modernização nas sociedades

houve a elevação pacificação social, da noção de individualidade, assim como da valorização do pensamento racional e científico, ocorreram várias mudanças no que diz respeito ao pensamento sócio cultural. Todo esse contexto de modernização nas sociedades contribuiu para uma mudança do que seria o *bom morrer.*

Kearl (1989) nos alerta para o fato de que a morte representa a ameaça fundamental à ordem e significado que os sistemas sociais erguem para proteger seus membros contra os terrores anômicos do caos. A maioria de nós raramente experimentou a precariedade da vida social: nós despertamos pela manhã confiantes de que o "tabuleiro do jogo social", no qual somos mais uma peça, não irá mudar (KEARL, 1989).

De acordo com os entrevistados, uma *boa morte* estaria associada à quatro principais causas: "*morrer dormindo*"; "*quando Deus leva*"; "*velhice*" e "*com Jesus*". Partindo dos relatos, em geral, o *bom morrer* está associado à uma morte "natural", que não seja provocado por fatores externos aos indivíduos. No caso da morte *com Jesus,* pareceu também estar relacionada à uma vida pós morte:

> Não tem morte boa, é tudo ruim, é tudo morte. Mas seria uma morte com Jesus. Morrer com Jesus, em Cristo (...)
> João, 27 anos.
>
> Nenhuma (risos). Ninguém quer morrer (risos). Se perguntar a qualquer pessoa, até Madre Tereza, se perguntasse a ela, ela não ia querer morrer (risos). Mas acho que uma morte boa seria dormindo (...)
> Alexandre, 26 anos.
>
> Dormir e morrer.
> José, 24 anos
>
> A morte que Jesus leva. Sem esperar, morre. Não ser tirada.
> Marcos, 26 anos.

Nos dois primeiros relatos, antes de elaborar alguma outra definição, a primeira resposta se tratou de uma recusa à morte, a afirmação de que não existe *morte boa*, "todas são ruins". Nas respostas seguintes, além de recusarem o morrer, os entrevistados fazem referência a mortes sem *avisos prévios,* no sentido de que os indivíduos não querem perceber que a morte está próxima, não querem pensar na própria morte.

A referência à religião também se fez presente nos relatos de *morte boa,* como já apresentado em falas acima. Foi comum os entrevistados afirmarem que uma *morte boa* é "quando Deus quer", "quando Deus leva"*:*

> Quando Deus quiser. Que não seja dolorosa.
> Gustavo, 24 anos.
>
> Não sei dizer. A morte que Deus leva. Doença. Na hora mesmo de Deus levar (...)
> Luiz, 26 anos

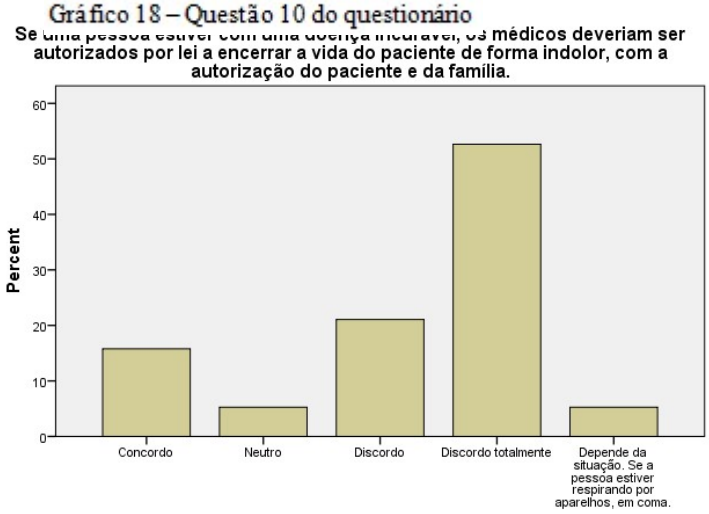
Interessante destacar que *a morte no momento de Deus,* nos relatos, parece também estar associadas à uma morte que não foi provocada por fatores externos, ou seja, uma morte ocasionada por *doença*, *velhice*, ou qualquer outro fator interno ao indivíduo:

> Com cabelo branco, velhinho. Quando se aproveitou a vida. Quando Deus leva, não foi por tiro, facada (...)
> Caio, 20 anos.
>
> Morrer de velhice. Dormir e não acordar (...)
> Rivaldo, 27 anos.

Na primeira fala, o entrevistado ainda destaca que a *boa morte* acontece *"quando se aproveitou a vida".* A crença de que a morte deve ocorrer na velhice comprova que, de fato, os indivíduos assimilaram a ideia de que a vida social e a vida biológica estão diretamente relacionadas.

Todos esses relatos apontam para o conceito moderno de *morte boa* e *morte ruim,* desenvolvido por Michael Kearl (1989). Segundo o autor, as *mortes boas,* em geral, ocorrem na velhice, considerando que a partir do período de modernização nas sociedades houve a sincronização da vida social à vida biológica, e a morte passou a fazer parte da última etapa do ciclo da vida. Segundo Kearl (1989), as mortes são boas quando servem às necessidades dos moribundos, dos sobreviventes e da ordem social. Não significa dizer que são mortes fáceis, mas essas permitem que as pessoas morram em seu próprio ritmo. Nas sociedades pré-industriais, era comum mortes prematuras, e estas eram aceitas, ao passo que, atualmente, as pessoas morrem com suas vidas "completas", fazem planos; nossa cultura evidência a quantidade e não a qualidade de vida (KEARL, 1989). Isso foi evidenciado nas entrevistas:

Gráfico 18 – Questão 10 do questionário




Fonte: Elaboração própria.

Ao ser apresentada a afirmação acima, 73,7% dos entrevistados discordaram, o que demonstra que a quantidade de vida se afirma frente a qualidade e quanto mais se viver, melhor. Muito dos entrevistados ainda justificavam dizendo que *só Deus pode tirar a vida.*

A *morte boa,* portanto, segundo os entrevistados, é aquela que ocorre *"no tempo de Deus",* o que equivale a dizer que o *bom morrer* é aquele provocado por fatores internos ao indivíduo (doença, velhice), e ocorre principalmente na velhice.

Em contrapartida, a *morte ruim,* segundo Kearl rompe com a harmonização dos falecidos, dos sobreviventes e da ordem social; é associada principalmente à suicídios, assassinatos e acidentes; a causas menos controláveis do que doenças, e não oferecem espaço para que os sobreviventes elaborem racionalizações ou justificativas (KEARL, 1989). Mortes inesperadas e imprevisíveis, em geral, causam grandes impactos sobre os sobreviventes e desestabilizam a ordem social, pois suas causas são mais difíceis de explicar e de controlar (KEARL, 1989). Morrer no tempo certo, portanto, é mais uma dimensão da articulação entre aspectos sociais e biológicos na morte (KEARL, 1989).

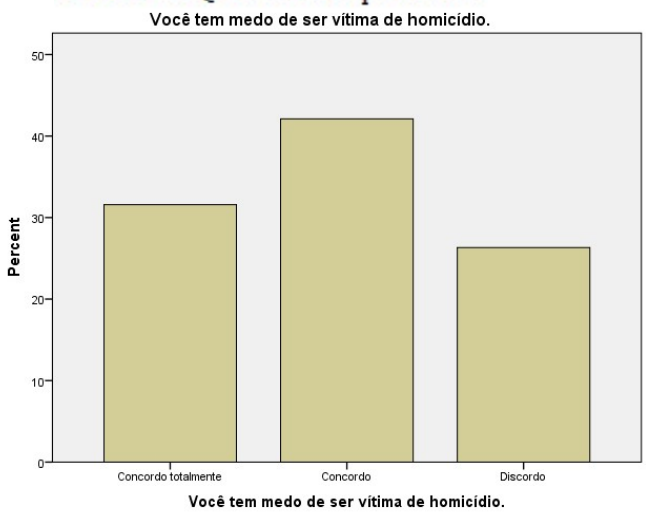
Esse conceito de *morte ruim* descreve bem os relatos dos entrevistados que associaram a *morte ruim* à homicídios, acidentes e tortura:

> Acidente, afogamento, batida de carro. Tirar a vida.
> Marcos, 27 anos

> Tiro, facada e fogo. Já vi muito na cadeia, faca e fogo.
> Rivaldo, 27 anos
>
> Com fogo. Já vi várias vezes. A pessoa derretendo, o cheiro da carne queimando, gritando de dor.
> Claúdio, 30 anos.
>
> Nunca morri pra saber (risos), mas imagino que seja uma morte que a pessoa morre queimado, afogado, que não tem chance de escapar.
> Alexandre, 26 anos.
>
> Morte por covardia dos outros.
> Paulo, 29 anos

Além das características já mencionadas de *morte ruim* definida por Kearl, é importante focar no fato da morte por fatores externos aos indivíduos. A morte inesperada pode ser também "dormir e não acordar mais", como visto em vários relatos de *morte boa.* O problema está na causa: quando provocada por fatores externos o impacto é muito maior. À exemplo de homicídios. Esse último relato retrata bem o medo dos entrevistados: *"a covardia dos outros",* a morte provocada por alguém. A morte ruim segundo os relatos, está relacionada, principalmente à homicídios, e ao "morrer antes do tempo":

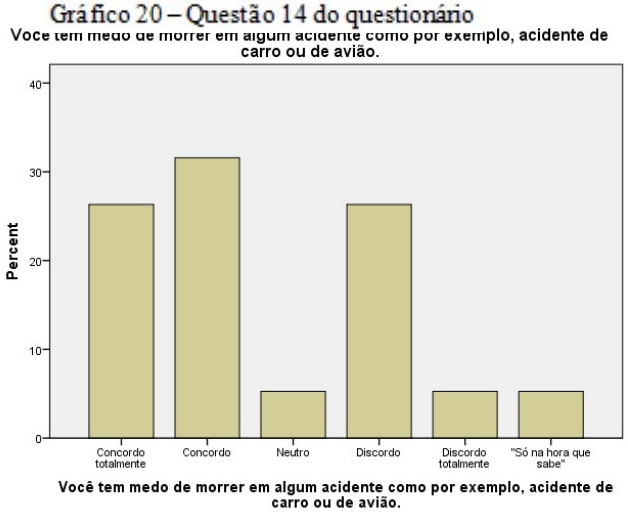
Gráfico 19 – Questão 16 do questionário




Fonte: Elaboração própria.

Mais de 70% dos entrevistados afirmaram ter medo de serem vítimas de homicídios. Esses dados mostram que o medo da morte e de que essa morte seja provocada por alguém, são os que mais os indivíduos temem. Além disso, a morte acidental também foi apontada como uma morte ruim: 57,9% dos entrevistados, afirmaram ter medo de morrer em algum tipo de acidente:

Gráfico 20 – Questão 14 do questionário




Fonte: Elaboração própria.

A morte como consequência de fatores externos é algo que rompe com nosso *sistema de morte-negação* e com a previsibilidade que nosso sistema social parece oferecer. Os indivíduos desejam morrer após terem passado por todas as etapas da vida, sem dor, sem medo, no sentido de não desejarem prever que a morte está se aproximando. Nesse sentido, a questão da previsibilidade da morte recai não no sentido de que a mesma deva dar avisos prévios, como se desejava no período medieval, mas no sentido de que o morrer deva acontecer na velhice, *no tempo certo.*

A morte é um grande tabu no contexto social contemporâneo. O morrer, e principalmente o morrer de forma inesperada, rompe com nossa lógica social de controle e previsibilidade, o que nos levanta a questão de que temores de morte irracional também podem ser considerados como possíveis fonte de violência (KEARL, 1989).

A significação da morte apresentada pelos entrevistados não se limita aos conceitos de *morte boa* e *morte ruim.* Partindo dos relatos, percebeu-se que o significado do morrer varia também a depender dos indivíduos e suas perspectivas, o que já demonstra mais uma vez o desenvolvimento do processo de individualização em nossa sociedade. Os entrevistados viam como *morte ruim* um homicídio, por exemplo, mas ao mesmo tempo justificavam homicídios praticados, assim como outros homicídios que desejam cometer. Partindo dessas informações, foram elaboradas as categorias *morte justa e morte injusta,* na tentativa de compreender a variação dessas significações.

## 4.2 MORTE JUSTA X MORTE INJUSTA

O conceito de *morte boa* definido por Michael Kearl suscita uma questão importante: a morte é boa quando serve às necessidades dos moribundos, seus sobreviventes e a ordem social (KEARL, 1989), o que já aponta para uma certa relativização do que seria uma *boa morte.* Apesar de existirem pontos em comum, como vimos no tópico anterior (homicídios, acidentes, mortes inesperadas em geral), o que mostra que a significação social da morte varia dentro das sociedades e também a depender das perspectivas individuais.

Considerando o processo de individualização nas sociedades, no qual o indivíduo é colocado acima da coletividade, acima dos demais, pode-se atribuir novos valores e significados para o que seria uma "*morte ruim"*. As necessidades de cada *sobrevivente* podem se sobrepor às necessidades dos *moribundos,* assim como da própria coletividade. Lembrando que em uma sociedade na qual os indivíduos se colocam à frente da sociedade, suas próprias necessidades são impostas como prioridade; necessidades essas que podem estar relacionadas desde uma simples questão de satisfazer prazeres imediatos, até a proteção à própria individualidade. Por exemplo, nessa pesquisa, todos os entrevistados cometeram homicídio(s); as justificativas foram várias. Ao mesmo tempo, um dos maiores medos que afirmaram ter é o da morte e o de serem assassinados, o que mostra que uma *morte boa* ou *uma morte ruim,* não perde suas características essenciais, mas estão diretamente relacionados à uma outra categoria de morte: *morte justa* e *morte injusta.*

Durante as entrevistas, foi comum os entrevistados relatarem e reprovarem crimes cometidos por outros detentos, além de demonstrarem desejo de vingança:

> Tava passando na televisão, um neto que matou a avó por causa de droga. Esse tem que ter uma morte justa. Pra ele, uma morte justa seria facada. Ela alimentou, cuidou e ele matou a vozinha dele. Era pra ser amarrado no carro e o carro sair andando.
> José, 24 anos.

> (...) Por exemplo, aquele cara da coxinha, lembra dessa história? Ele tá aqui, preso. Como é que o cara mata a mulher e dá a coxinha com a carne da mulher pra a filha comer? Tem outro também, o cara que matou uma menina de três anos, que vivia lá em casa, a menina. Ele tá aqui também. Fica lá dentro. Se um dia eu tiver oportunidade, pego ele. Como é que faz isso com uma menina de três anos? Mordeu a menina todinha, enrolou num pano e jogou fora. Vou pegar ele se eu puder, ele vai ver.
> Alexandre, 26 anos.

Nos relatos, fica claro que para esses entrevistados uma *morte justa* está relacionada à *"pagar pelo que fez",* demonstrando que para eles, alguns crimes "não tem perdão", devendo ser "pagos" com a vida. Nesse sentido, no conceito de *morte justa* o homicídio adquire um *valor positivo:* um homicídio pode ser considerado *bom, justo,* dependendo de quem seja a vítima.

No geral, quando questionados sobre *o que seria uma morte justa,* as respostas dividiram-se em três principais grupos: "*pagar pelo que fez*", "*Só Deus decide*", "*Não existe*". No caso destes últimos, que afirmaram que *morte justa* "*Não existe*", esses demonstram uma recusa à morte, no sentido de que para os mesmos, a morte em si é injusta e inevitável:

> Não existe. Existe tempo. Todos temos que enfrentar.
> Jurandir, 25 anos.
>
> Não existe. Morte é morte (...)
> Caio, 20 anos.

A recusa à morte é uma característica dos indivíduos como um todo, nas sociedades contemporâneas e foi o que observamos desde o início das entrevistas, como vimos nos capítulos anteriores.

Para 56,5%[29] dos entrevistados, a *morte justa* pareceu estar relacionada à uma consequência das ações dos próprios indivíduos, principalmente para aqueles que responderam *"pagar pelo que fez".* Para eles, esse tipo de morte está associado à vingança:

> - Para você, o que seria uma *morte justa?*
> - Estuprador tem que morrer. Minha prima já foi. Se pudesse faria justiça, não deixava a justiça de Deus não. Tenho muito medo que aconteça com minhas filhas.
> Luiz, 27 anos.

A *morte justa,* portanto, está associada à ideia de vingança, de se fazer "justiça", de fazer com que o indivíduo receba a *pena de morte* devido a ação cometida.

A ideia de se *fazer justiça* consiste em um ato de vingança, e a vingança corresponde à uma ação regulada pela consciência individual e não pela coletiva (DURKHEIM, 1999). A pena possui papel semelhante, de vingar o ato criminoso, mas ao contrário da vingança,

[29] Junção das duas categorias: "*pagar pelo que fez*", "*Só Deus decide*".

aquela diz respeito à uma reação condicionada pela sociedade, por intermédio de um corpo constituído contra membros que violaram regras de conduta (DURKHEIM, 1999). Antes, os povos primitivos puniam por punir, sem esperar nenhuma vantagem, mas hoje, a natureza da pena mudou. Não é mais para se vingar que a sociedade pune, é para se defender: ela pune, não porque o castigo lhe oferece alguma satisfação, mas para que o temor das penas paralise as más vontades malignas (DURKHEIM, 1999). Ao contrário, a vingança está mais relacionada em promover satisfação, assim como à um instinto de conservação exasperado pelo perigo (DURKEIM, 1999). Entretanto, a natureza da pena não mudou essencialmente, ainda é um ato de vingança. A diferença está no fato de que a necessidade de vingança está mais bem condicionada hoje, sendo regulamentada pelas instituições sociais (DURKEIM, 1999).

O fato da *morte justa* aparecer nos relatos associada à uma ação individual, ou seja, à "justiça" praticada pelos próprios indivíduos, demonstra mais uma vez a falta de confiança desses indivíduos na sociedade e em suas instituições:

> O cara que matou a mãe, tem que morrer.
> Ícaro, 25 anos
>
> Morrer devendo. De droga. Ruim é quando o cara deve, mas não morre (...)
> Guilherme, 28 anos.

Partindo das falas, portanto, uma *morte justa* consiste em uma morte em que o indivíduo "paga" com a vida pelo crime que cometeu, crimes esses, vistos como imperdoáveis.

Em relação ao segundo grupo, os que responderam que "*Só Deus decide*", esses defenderam que a *morte justa* é a que "vem de Deus", no momento em que Deus decide, o que mostra uma relação entre o conceito de *morte justa* e *morte boa* considerando o aspecto religioso, a vontade divina como superior, presente em ambos conceitos, de acordo com os relatos:

> Não existe. Nenhuma. Ninguém pode condenar, só Deus.
> Alexandre, 26 anos.
>
> Só Deus decide.
> Claúdio, 30 anos.

Para alguns entrevistados, portanto, o momento certo da morte está acima das vontades individuais e humanas, pertencendo exclusivamente à vontade divina. Essa ideia de castigo divino, também foi relatada em outros momentos das entrevistas, quando questionados sobre *do que tinham medo hoje em dia*:

> (...) Do castigo de Deus. De ser castigado pelo que já fiz.
> Robson, 28 anos.
>
> (...) Do castigo de Deus.
> Bernardo, 25 anos.

Em síntese, o conceito de *morte justa,* está associado ao sentido de o indivíduo "pagar" com a vida pelas próprias ações, seja por meio de uma reação individual, de outros indivíduos que se vingam; seja através da condenação divina.

Nesse mesmo sentido, os entrevistados definiram *morte injusta.* De acordo com os relatos, estão relacionadas, principalmente, a "*pagar pelo erro dos outros*" e "*fatores externos*", aqui definido como *homicídio* e *acidente.*

Para 47,4% dos entrevistados, *morrer injustamente* é *pagar pelos erros dos outros.* Como vimos anteriormente, de acordo com os relatos existem alguns crimes que devem ser "pagos" com a vida, o que é o caso das *mortes justas.* No que tange às *mortes injustas,* essas consistem nos casos em que os indivíduos morrem no lugar dos que realmente cometeram algum tipo de crime.

> Pagar pelo que não fez.
> Gustavo, 24 anos.
>
> Salvar a vida de alguém e morrer no lugar.
> João, 27 anos.
>
> Morrer sem fazer nada. Pagar pelos outros.
> Ícaro, 25 anos.
>
> morrer sem dever.
> Guilherme, 28 anos.

Além disso, também foi associado à esse tipo de morte *homicídios e acidentes,* havendo assim uma semelhança entre *morte injusta* e *morte ruim*.

> Quando alguém tira a vida da pessoa.
> Antônio, 29 anos.
>
> Acidente. Uma morte não esperada.
> Nicolas, 29 anos
>
> [quando] Mata o outro pra roubar, por dinheiro. É injusto, não leva à nada.
> Leonardo, 21 anos.
>
> Ser assassinado, ser acusado pelo erro sem cometer.
> André, 29 anos.

*Mortes injustas,* portanto, dizem respeito a mortes quando ocasionadas por fatores externos aos indivíduos, não só fisicamente (homicídios, acidentes, por exemplo), como é o caso de *mortes ruins,* mas também do ponto de vista comportamental; quando os indivíduos são penalizados sem terem cometido nenhum crime, quando "pagam pelo erro dos outros".

Percebe-se que *mortes justas* e *mortes injustas* estão diretamente relacionadas aos comportamentos dos indivíduos na dinâmica social, assim como na forma com a qual os mesmos significam o viver. A significação social da morte, portanto, nos proporciona observar inúmeros valores e dinâmicas que regem a vida em sociedade.

A construção dessas categorias: *Mortes Boas e Mortes Ruins, Mortes Justas e Mortes Injustas,* são complexas. Esses conceitos se confundem: ao mesmo tempo em que condenam à prática do homicídio, os entrevistados justificam os homicídios que cometeram e os que pretendem cometer; atribuem o controle da vida e da morte à Deus, ao passo em que colocam nas próprias mãos a "execução da justiça". Uma *Morte Boa* é aquela que ocorre *quando Deus quer,* assim como a *Morte Justa, pois só Deus pode condenar.* A diferença entre essas duas categorias de morte está na causalidade: a primeira, provocada por fatores internos, como doenças e velhice; a segunda, podendo ser causada por fatores externos, como uma consequência das ações individuais das próprias vítimas. Nesse sentido, uma *morte ruim,* a exemplo do homicídio, pode ser *justa.* O fato da morte ser *justa* ou *injusta,* portanto, depende basicamente do comportamento do indivíduo, que deve *pagar pelo que fez.* Entretanto, esse conceito é relativo, dependendo das necessidades de quem conceitua, o que implica dizer que o conceito de *morte justa e injusta* varia necessariamente a depender de cada indivíduo e suas necessidades; ao contrário do conceito de *morte boa e ruim,* que foi praticamente consensual entre os entrevistados: *morte boa* ocorre *no momento certo, no momento que Deus quer, na velhice; morte ruim* ocorre provocada por fatores externos aos indivíduos. Essa é a principal

questão que podemos levantar: de acordo com os relatos, nem todos merecem uma *Morte Boa.* Estes não merecedores devem ter uma *Morte Justa*, seja pela *justiça de Deus,* seja pela *justiça dos homens.*

Nesse mesmo sentido se encontram as *Mortes Ruins e Mortes Injustas,* provocadas por fatores externos, por causas menos controláveis. No caso de *Mortes Injustas,* não são mortes "acidentais" como as *Mortes Ruins,* mas a causalidade é diferente: "pagar pelos erros dos outros", "morrer no lugar de alguém", o que demonstra que não são mortes aleatórias, mas ocorrem por motivações específicas, por vingança, por exemplo.

Um sentimento comum a esses conceitos de morte está o fato de que, para os entrevistados, o morrer é algo que deve estar sob o controle de uma divindade ou sob o controle do próprio indivíduo, mas nunca sob o controle do Estado e suas instituições sociais, o que demonstra claramente a não legitimação do monopólio da violência por parte das instituições sociais. Existe, portanto, um controle dicotômico da violência, um formal e outro informal, não só em ambientes carcerários, mas na sociedade como um todo.

O significado atribuído à morte, portanto, varia não só de sociedade para sociedade, mas a depender de cada indivíduo e suas "necessidades". Uma *Morte Ruim* pode ser enquadrada como *Justa;* a mesma morte pode ser *Injusta* e *Boa,* a depender da perspectiva individual. Tudo isso aponta para o desenvolvimento cada vez maior da individualidade, o que demonstra que está cada vez mais distante de se estabelecer um mínimo de coesão social em nossa sociedade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa dissertação, tentamos compreender *como indivíduos jovens que praticaram homicídio significam a morte e o morrer*. Partindo desse objetivo geral, foi possível conhecer um pouco suas trajetórias, assim como observar a forma pela qual esses indivíduos constroem essas significações. Por meio dos relatos, percebeu-se que compreender a morte implica em uma compreensão do próprio viver. As motivações que levaram os indivíduos a praticar os crimes estão diretamente relacionadas a forma pela qual esses indivíduos assimilam e reagem a todo contexto social vivenciado. Nesse sentido, foi necessário perpassar por várias questões, relacionadas à suas trajetórias de vida, observando as dinâmicas sociais vivenciadas, assim como a forma pelas quais estes compreendem suas relações com o social.

A pesquisa de campo sempre traz consigo inúmeras descobertas. O próprio projeto de pesquisa que resultou nessa dissertação, foi consequência da pesquisa que realizei para o meu trabalho de conclusão de curso na graduação[30]. Partindo da categoria "Motivação dos homicídios", questionei: O que leva um indivíduo jovem a matar? Como estes significam a morte e o morrer? A partir desses questionamentos, iniciei a pesquisa com o objetivo de observar essas significações e acabei sendo conduzida pelo campo, à abordar temas como *socialização primária, família, Estado, estrutura social, e tomada de decisão,* sendo possível perceber a influência de cada uma dessas questões para a prática do homicídio, não podendo deixar de abordar o papel de *prisões* na trajetória desses indivíduos.

É fato que devemos considerar as limitações dessa pesquisa: considerando o número de entrevistas realizadas, não é possível estabelecer uma inferência à população total. Entretanto, partindo dos relatos, pode-se desenvolver algumas reflexões acerca da sociedade como um todo, levando em conta que a subjetividade do indivíduo está imersa em uma grande estrutura social, é possível levantar questões acerca da realidade, o que pode contribuir em futuras pesquisas. Tudo isso nos ajudou a refletir sobre o nível em que se encontra o processo de individualização em nossa sociedade, sendo possível, propor uma agenda de pesquisa que

[30] CAMPÊLO, Cynthia Virgínia Felipe Régis de Lima. A Morte e o Morrer: A Significação Social de Homicídios de Jovens para seus Familiares e Amigos na Região Metropolitana do Recife. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Sociais). Recife: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2015.

aprofunde cada questão aqui levantada, procurando traçar uma relação entre essas e a prática de homicídios:

> 1) Qual o perfil desses jovens? A análise da trajetória desses jovens inclui observar de forma minuciosa o papel da família e demais instituições sociais, como a escola, na socialização desses indivíduos.
>
> 2) Um segundo ponto, e não menos importante, diz respeito à mecanismos de manutenção da ordem, ao papel do Estado não só na punição do indivíduo infrator, mas também em sua socialização e reinserção social[31].
>
> 3) Uma terceira questão, corresponde ao papel das *prisões.* Como funcionam? Quais mecanismos contribuem para a reprodução do crime e da violência nesses ambientes? Quais seriam as soluções para esses entraves?

Uma das principais questões levantadas pelos entrevistados corresponde justamente ao problema da reinserção social. Quando questionados sobre *como se veem na sociedade?* As respostas foram várias, mas sempre relacionadas à essa dificuldade, o que mostra que a prisão intensifica o processo de individualização:

> (...) Não me vejo na sociedade nesse momento. Não me vejo em sociedade nenhuma. Sou excluído (...)
> João, 27 anos
>
> (...) Não me vejo. Tô distante da sociedade. Longe da família. Era bem querido na comunidade, o problema era só rivalidade de morro (...)
> Rodrigo, 30 anos
>
> (...) Hoje em dia a sociedade não existe. A sociedade abandona, julga. A sociedade tinha que ajudar, tentar mudar, mas as portas se fecham. Quando sair da cadeia, vou sair de Pernambuco, tentar a vida em São Paulo (...)
> Luiz, 27 anos.

[31] Deve-se considerar que a pena serve para punir os indivíduos infratores e proteger a sociedade, estando diretamente associada a manutenção da solidariedade e consciência coletiva (DURHEIM, 1999). Nos relatos, pudemos observar o quanto essa questão é importante: muitos dos homicídios cometidos pelos entrevistados ocorreram em consequência dos mesmos se sentirem injustiçados não só pelo agressor (estupradores, assaltantes que roubavam moradores da comunidade, etc) mas pelo próprio Estado que no entender dos entrevistados, não puniu devidamente esses agressores. Dessa forma, crimes passionais, de vingança, são interpretados por esses indivíduos como *justos* e *necessários.* O papel da prisão, portanto, está relacionado à punição, mas também, a reinserção do indivíduo na sociedade, de forma a contribuir para que o mesmo assimile valores coletivos.

Esse processo de individualização, gera nos indivíduos uma espécie de medo de *"morte social",* ou seja, medo de não ser reconhecido como integrante da sociedade. Nas falas, fica muito claro que os entrevistados não se sentem parte de um corpo social. Essa falta de coesão havia mesmo antes de serem presos, como foi percebida nos relatos. A prisão só intensificou essa percepção. No primeiro capítulo, essa questão ficou clara. As motivações que levaram os indivíduos à prática do homicídio, revelaram, entre outros problemas, o quanto os mesmos se sentem desvinculados da sociedade, o que contribui para o desenvolvimento de uma *sociabilidade violenta.* Este corresponde ao primeiro objetivo específico dessa dissertação: *De que forma a assimilação de uma sociabilidade violenta influencia à prática de homicídio?*

Foi possível perceber que a imersão em um contexto no qual a *Ordem da Violência Urbana* prevalece, o vínculo social é diretamente afetado, influenciando ações violentas, incluindo de violência letal. Este representa o contexto de periferias urbanas. Estatisticamente falando, os homicídios ocorrem principalmente nessas áreas, vitimando jovens, negros e moradores dessas periferias. Do ponto de vista qualitativo, por meio das entrevistas foi possível compreender um pouco como se desenvolve essa sociabilidade, assim como essa se reproduz no ambiente carcerário, contribuindo para as práticas de outros crimes e consequentemente, a reincidência desses indivíduos na prisão.

Entre os crimes que mais se cometem, inclusive dentro do cárcere, está o homicídio. Como alguns entrevistados confessaram que *"matam pra não morrer"*, o que nos leva ao segundo objetivo específico: considerando que o ato de matar implica em risco de morte, *o que leva um jovem a arriscar a própria existência?*

As respostas para essa pergunta foram várias, mas sempre relacionadas à imersão na *sociabilidade violenta,* na qual a *lei do mais forte* prevalece, o que contribui para a interiorização do *ethos guerreiro.* Nesse contexto, se o indivíduo recuar, é visto como covarde e vira "presa fácil". Este, precisa provar que é digno de determinado status, havendo a necessidade de diminuir o outro, o rival, através do uso ilimitado do poder e violência com o objetivo de se impor (ELIAS, 1997).

Dessa forma, percebe-se claramente um controle dicotômico da violência, um formal e outro informal, que contribui para que os indivíduos não confiem no Estado e em suas instituições sociais, se colocando como uma "instituição autônoma". Esse ponto foca

exatamente no terceiro objetivo específico: *Em que medida o indivíduo que praticou homicídio se sente vinculado à sociedade?* Percebemos nos relatos que esse vínculo praticamente não existe. Esses indivíduos não se sentem parte do corpo social de forma que seus interesses sempre estão acima dos demais. O papel do Estado nesse processo é essencial, principalmente no que tange ao período em que estão encarcerados. Por não haver controle da ordem e segurança, os indivíduos se sentem ameaçados constantemente pelos demais, reagindo a qualquer oposição com violência, vendo como única forma de proteção a eliminação do outro. Discussões no ambiente carcerário são constantes, sendo constantes também homicídios.

No período em que realizei a pesquisa de campo, houveram rebeliões (em dias em que não estava na penitenciária). Uma delas ocorreu em uma sexta feira, na segunda feira, visitei a penitenciária, na terça feira houve outra rebelião. No dia em que visitei a penitenciária, os detentos estavam claramente tensos. Na sexta feira havia ocorrido uma morte. Alguns dos entrevistados falaram um pouco sobre o acontecido, dizendo que tudo começou por conta de uma discussão, que isso era comum. Um deles, quando falou sobre "*Morte Ruim*", afirmou: *"Faca, tiro, pedrada, barrotada. Aqui dentro tem. Sexta feira teve. Briga, richa, droga." (Jurandir, 25 anos).* Houveram outros relatos que expuseram o ambiente de violência vivenciados no cárcere, como pudemos observar no terceiro capítulo.

Em síntese, foi possível observar que a violência e o medo são características essenciais para se compreender as dinâmicas vivenciadas na sociedade brasileira. Essas são capazes de conduzir comportamentos, transformar estruturas e gerar um novo padrão de sociabilidade. As questões aqui levantadas giram em torno do problema *agência x estrutura.* Tentou-se analisar o crime, mais especificamente o homicídio, considerando o indivíduo como capaz de tomar suas decisões, ao mesmo tempo, sem subestimar o poder da estrutura. Sabe-se que não se tem como mensurar a influência de cada um destes, essa é uma questão difícil de ser respondida, diria até impossível. No entanto a análise dessas duas dimensões é necessária para a compreensão do próprio indivíduo, considerando que na formação e no desenvolvimento da personalidade individual estão presentes duas consciências, a individual e a coletiva, que se completam e são responsáveis pela ação (DURKHEIM, 1999).

Com processo de individualização nas sociedades, as relações sociais tornaram-se cada vez mais complexas, havendo a necessidade de instituições sociais fortes, desde a família até o próprio Estado. Tais instituições são necessárias para suscitar e desenvolver nos

indivíduos estados intelectuais e morais (DURHEIM, 2011), necessários para a estabilidade das relações sociais e consequentemente da ordem. Quando elementos da consciência coletiva determinam nossa conduta, se intensifica o vínculo dos indivíduos com a sociedade (DURKHEIM, 1999). Ao contrário, quando essas relações estão enfraquecidas há margem para o desenvolvimento de outros tipos de sociabilidade, como vimos nos dois primeiros capítulos. Além disso, deve-se considerar também a capacidade dos indivíduos de tomarem decisões: ao mesmo tempo em que estão imersos em estruturas, deve-se considerar que quanto mais acontece a diferenciação social, mais os indivíduos adquirem liberdade e individualidades especificas (FONTES, 2013).

Tudo isso nos ajudou a compreender o quanto o crime é um fenômeno multicausal. Nesse sentido, tentamos abordar aspectos subjetivos e estruturais para a compreensão do homicídio.

No primeiro capítulo, a prática do homicídio foi analisada através de uma perspectiva microssocial e individual, considerando que o processo de individualização proporcionou aos indivíduos a capacidade de fazer suas próprias escolhas. Isso não significa que ele é totalmente independente do social, mas suas ações, hoje, são conduzidas de forma mais livre, sendo cada vez mais necessária a presença de instituições para que os mesmos desenvolvam em suas personalidades autocontrole e assim haja estabilidade das relações sociais. Gostaria de ter explorado mais essa dimensão individual, entretanto as limitações da pesquisa de campo me impossibilitaram[32]. Mesmo assim, foi possível levantar algumas questões que serviram para refletir o problema de pesquisa.

A questão do autocontrole, muito enfatizada durante os relatos, demonstra que sentimentos como raiva, impulso e vingança são primordiais para se compreender as relações vivenciadas por esses indivíduos. Ao mesmo tempo em que apontavam falhas na estrutura social como um todo, os entrevistados afirmaram ter responsabilidade com os crimes que cometeram, afirmando que "*fizeram escolhas erradas"*. Além disso, percebeu-se que a estabilidade do autocontrole mental mantém uma relação direta não só com a supervisão educacional familiar, mas com as relações com a estrutura social.

A inexistência do monopólio legítimo da violência por parte do Estado contribui para a imprevisibilidade das ações de seus membros. O medo de ser vítima de algum tipo de

[32] Durante a pesquisa, não pude gravar as entrevistas, o que fez com que perdesse muitas informações.

violência estimula o desenvolvimento de mecanismos de imposição da própria individualidade, por meio de uma maior espontaneidade das pulsões e consequentemente, um maior grau de ameaça física (ELIAS, 1993). Nessa estrutura social, na qual não há o monopólio da ordem, quem vence é o mais forte, este tem maior possibilidade de impor suas pulsões e sentimentos, por meio da subjugação, humilhação e até eliminação do outro (ELIAS, 1993: 199): *"Melhor que morrer, é matar" (José, 24 anos).* Essa é a postura de "chefes de áreas", "líderes de gangues", e porque não afirmar, de *chaveiros,* dentro de presídios.

Como apresentado nas falas, a figura do chaveiro, dentro da penitenciária a qual tive acesso, configura uma espécie de extensão da *Ordem da Violência Urbana* no ambiente carcerário. Da mesma forma que no ambiente externo ao cárcere em que o controle da ordem é dicotômico, na prisão esse controle é exercido não só pela administração local, mas também por detentos. Atrelado à isso, deve-se considerar que o Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo, com um déficit de 358. 663 mil vagas e uma taxa de ocupação média de 197,4% (INFOPEN, 2018). Além disso, no que tange ao número de servidores responsáveis pela custódia desses detentos, os dados também surpreendem: no país, temos 8,2 presos para cada agente e no que corresponde à realidade no estado de Pernambuco, a proporção é ainda maior: 35 presos para cada agente de custódia, onde o recomendado é a proporção de 1 agente para cada 5 detentos (INFOPEN, 2018), o que aponta para uma das maiores consequências da superpopulação carcerária: a impossibilidade da manutenção da ordem que acaba por contribuir na reprodução da criminalidade e violências em um ambiente que deveria ser controlado pelo Estado e responsável pela reinserção social do indivíduo infrator. Partindo do exposto, questiona-se: qual a principal função das prisões brasileiras?

A pena serve para punir os indivíduos infratores e proteger a sociedade, estando diretamente associada à manutenção da solidariedade e consciência coletiva (DURKHEIM, 1999). O papel da prisão está relacionado não só a punição, mas também ao processo de reinserção social do indivíduo infrator. No momento em que a prisão não cumpre com seu papel, a pena perde, parcialmente, seu sentido, já que a inclusão social, a assimilação de valores coletivos, por meio da pena é inexistente.

Como vimos no segundo capítulo, foi possível perceber que a estrutura social dialoga diretamente com a socialização primária e que a manutenção da ordem social por parte do

Estado também é de grande importância para a estabilidade das relações sociais. A assimilação de uma sociabilidade violenta, ou seja, a utilização do uso da força física como um recurso banal para a resolução de conflitos, explica o componente qualitativo das relações sociais contemporâneas. A argumentação apresentada por Machado da Silva, nos oferece subsídios para a compreensão não só do aumento da criminalidade, mas também das altas taxas de violência letal. Essa hipótese foi confirmada nos relatos: *"matei para não morrer"* foi uma das frases mais ouvidas durante as entrevistas, o que reflete claramente esse contexto de violência.

Esse controle dicotômico da violência, ora exercido pelos civis, ora pelo Estado, contribui para a assimilação do *Ethos Guerreiro,* como apresentado por Elias. Crimes de *vingança,* por exemplo, aponta para o fato de que não existe uma relação de confiança entre esses indivíduos com as instituições sociais, que optam por resolver seus conflitos com base em suas próprias regras. Muitas vezes, esse uso desregulado da força encontra aprovação na sociedade, o que acaba por legitimar o recurso à violência para fins privados. Mesmo em crimes contra a vida, como é o caso de crimes de vingança, por exemplo, percebe- se a existência de argumentações que justificam essas ações, pautadas em valores próprios ou de determinados grupos, o que é o caso, por exemplo, de mortes em consequência de dívida com drogas.

Não podemos deixar de destacar que, a maior parte das vítimas são jovens, habitantes de periferias de grandes centros urbanos (WAISELFISZ, 2014), o que destaca que estatisticamente falando, existem determinados grupos que são mais violentamente vitimados do que outros, que vivenciam de forma mais intensa a *Ordem da Violência Urbana.* São justamente esses locais que sofrem impactos diretos com problemas estruturais, baixo nível educacional, ou seja, uma população que se encontra em situação de vulnerabilidade social, que não possui acesso aos três pilares da cidadania, como definido por Marshall: Elementos civil, político e social, que devem se desenvolver paralelamente (MARSHALL, 1967). Quando esses três elementos se distanciam, percebe-se na prática um impacto direto na vivência da cidadania, fazendo com que determinados grupos tenham acesso primeiramente aos elementos civil e político, sem ao menos acessarem direitos básicos como saúde, educação de qualidade e até a própria vida. Tudo isso impacta diretamente em como os indivíduos legitimam a *Ordem Institucional Legal,* assim como no desenvolvimento de mecanismos sociais de controle elaborados paralelamente à essa ordem. Todo esse contexto de carências de autocontrole e controle social contribuem para a prática do homicídio, o que

interfere diretamente na coesão social, intensificando cada vez mais o processo de individualização em nossa sociedade.

Os conceitos de "Mortes" apresentados no terceiro capítulo estão diretamente relacionadas à essas questões e reiteram a ideia de que a significação social do morrer varia não só de sociedade para sociedade, mas dentro delas, assim como à depender de cada indivíduo. *Mortes Boas/ Mortes Ruins* e *Mortes Justas/ Mortes Injustas* são reflexos de todas as dinâmicas sociais vivenciadas ao longo da vida. É importante destacar que as noções de *Mortes boas, Morte Ruim* e *Mortes Justa e Injusta,* se confundem às vezes: os indivíduos partem do princípio de que mortes ocasionadas por fatores externos são *ruins*, ao passo que também podem adquirir um valor positivo e se tornarem *justas,* à depender de quem seja a vítima. Um ponto em comum a todos esses conceitos, está o protagonismo do indivíduo, que é colocado nos relatos como sujeito ativo, que deve ser penalizado pelos próprios atos, se necessário for com a própria vida; sujeito este que possui autonomia inclusive para julgar determinadas mortes à depender de suas próprias necessidades; sujeitos que se encontram acima do social, assumindo um papel de protagonismo no controle e manutenção da ordem.

Essa dissertação apresenta indícios teóricos e empíricos de que devido a forma como nossa sociedade está organizada há a tendência de que esse ciclo social de violência e exclusão continue sendo reproduzido. Como vimos, todo esse processo não é definido apenas por instâncias estatais, apesar destas serem basilares para o desenvolvimento do corpo social, mas aspectos subjetivos também devem ser considerados nesse processo, pois esses são essenciais para a legitimação e reprodução da ordem, seja ela *legal* ou não.

As significações sociais da morte, assim como as motivações do homicídio, perpassam questões que vão desde o indivíduo, até as diversas instituições sociais. A análise aqui desenvolvida possui limitações, sendo importante reconhecê-las. Entretanto, os questionamentos aqui levantados nos mostram o quanto a estrutura de nossa sociedade está deteriorada afetando diretamente na coesão social. A grande questão a ser analisada diz respeito a dispersão das identidades, havendo a necessidade de recuperar, ao menos um pouco, a unidade do corpo social, para que assim os indivíduos possam se reconhecer minimamente como extensão do outro.

# REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Míriam et al. Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002. Atlas da Violência 2018.

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana.Sociologias [online]. 2002, n.8, pp.84-135.

ARIÉS, Philippe. História da morte no Ocidente. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, Martin W (2002). Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M.W. e GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis, Vozes. pp . 189-217.

BEATO, C. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 13, n. 37, 1998. p. 74-87.

BECKER, Howard S. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. Capítulo 7: estudo de praticantes de crimes e delitos. São Paulo: Hucitec. 1993.

BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. A juventude é apenas uma palavra. Rio de Janeiro: Marco Zero. P. 112-121. 1983.

BRITO, Débora. "Violencia letal no Nordeste: Vítimas e Agressores tem o mesmo perfil". Disponível em https://marcozero.org/violencia-letal-no-nordeste-vitimas-e-agressores-tem-mesmo-perfil-mulheres-sao-mais-vulneraveis-e-invisibilizadas/ . Acesso em 07 de junho de 2018.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. Edusp. 2000.

CAMPÊLO, Cynthia Virgínia Felipe Régis de Lima. A Morte e o Morrer: A Significação Social de Homicídios de Jovens para seus Familiares e Amigos na Região Metropolitana do Recife. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Sociais). Recife: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2015.

DAUDELIN, Jean and RATTON, José Luiz. Mercados de drogas, guerra e paz no Recife. Tempo soc. [online]. 2017, vol.29, n.2, pp.115-134. ISSN 0103-2070. http://dx.doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.125670.

DEUSDARÁ, Bruno; ROCHA, Décio. Análise de conteúdo e Análise de discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. ALEA. Volume 7; número 2. Julho-dezembro. 2005.

DURHEIM, Émile. A divisão do Trabalho Social. Livro I, capts. 2 e 3; Livro III, Capts. 1 e 2. São Paulo. Martins Fontes. 1999.

DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização, tradução brasileira de Ruy Jungmann, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, vol. 2, 1997.

FONTES, Breno Augusto Souto Maior. Redes Sociais e poder local [recurso eletrônico] / Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013. Capts. 1,2 e 3.

FRANÇA, Márcio Abreu de. Sociabilidade violenta e regulação da violência no Brasil: estudo sobre a especifidade da violência urbana brasileira / Márcio Abreu de França. – Recife: O autor, 2015.

IPEA; FBSP. Atlas da Violência 2017. Rio de Janeiro, 2017.

IPEA; FBSP. Atlas da Violência 2018. Rio de Janeiro, 2018.

GALVÃO, Clarissa. Cultura e Subcultura. In RATTON, José Luiz, LIMA, Renato Sérgio de; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Orgs.). Crime, Polícia e Justiça no Brasil. 1ª Ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

KEARL, Micheal. Endings: a sociology of death and dying. Oxford, 1989. Capts, 1-8.

KELLEHEAR, Allan. Uma história social do morrer. I edição. Tradução de Luiz Antônio de Oliveira de Araújo. São Paulo. Editora Unesp, 2016.

LATOUR, Bruno. Gabriel Tarde and the end of the social. 2014.

MARINHO, Frederico Couto; SILVA, Bráulio. Urbanismo, desorganização social e criminalidade. IN RATTON, José Luiz; LIMA, Renato Sérgio de; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Crime, Polícia e Justiça no Brasil. 1ª Ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MERTON, Robert . Sociologia: Teoria e estrutura. São Paulo. Editora Mestre Jou. 1968. Cpts. 6, 7, 8.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. A complexidade das relações entre drogas, Álcool e violência. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 14(1):35-42, jan-mar, 1998.

MORAES, Osnaldo. Revista na Barreto Campelo apreende 182 itens, incluindo revólver e munição. http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2018/01/23/interna_vidaurbana,739299/revista-na-barreto-campelo-apreende-182-itens-incluindo-revolver-e-mu.shtml. Acesso em 10 de junho de 2018.

KEARL, Micheal. Endings: A sociology of death and dying. 1989. Capts, 5-8.

KELLEHEAR, Allan. Uma história social do morrer. I edição. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo. Editora Unesp, 2016.

KUMAR, Krishan (1997) Da Sociedade Pós- Industrial à Pós- Moderna. Caps. 4 e 5, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

LATOUR, Bruno (2014). "Gabriel Tarde and the end of the social".

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, 13, p. 115-124, nov. 1999.

_____. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

_____. Sobre "Violência Hoje". In: Ciência & Saúde Coletiva, vol. 11(Sup.): 1154-1161, 2007.

_____. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: _____ (org.), Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

_____. Violência, sociabilidade e ordem pública no Rio de Janeiro: uma tomada de posição. In.: BARREIRA, César (org.). Violência e Conflitos sociais. Trajetórias de pesquisa. Campinas-SP, Pontes Editores, 2010a.

_____. "Violência urbana", segurança pública e favelas - o caso do Rio de Janeiro atual. Caderno CRH, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, Maio/Ago. 2010b.

_____. Uma vida e uma obra dedicadas à favela e às ciências sociais. Entrevista comemorativa de 70 anos de Luiz Antônio Machado da Silva a Michel Misse, Alexandre Werneck, Alba Zaluar, Márcia Pereira Leite, Neiva Vieira e Gabriel Feltran. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, vol. 4, n. 4, pp. 663-698, out/nov/dez 2011a.

_____. "Luiz Antonio Machado da Silva, por Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro (Entrevista)". In: LIMA, Renato Sérgio & RATTON, José Luiz (orgs.). As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil. São Paulo, Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbania; ANPOCS, 2011b.

_____. Violência e ordem social. In: LIMA, Renato Sérgio de, RATTON, José Luiz & AZEVEDO, Rodrigo Ghiringheli de. Crime, Polícia e Justiça no Brasil. São Paulo, Contexto, 2014.

MAGALHÃES, Carlos Augusto Teixeira. Crime, Sociologia e políticas públicas. Belo Horizonte, Newton Paiva, 2004.

MARINHO, Frederico Couto; SILVA, Braulio. Urbanismo, desorganização social e criminalidade. IN RATTON, José Luiz, LIMA, Renato Sérgio de; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Crime, Polícia e Justiça no Brasil. 1ª Ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

MELLO JORGE, M.H.P. Como Morrem Nossos Jovens. In: CNPD. Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas. Brasília, 1998.

MORIN, Edgar. O homem e a morte. Publicações Europa-América. 1970. Capts. 1-6.

PATRÍCIO, Laura Maria Nunes. Configurações de homicídios praticados e sofridos por jovens no Recife em 2009 / Laura Maria Nunes Patrício. – Recife : O autor, 2012.

PNAD CONTÍNUA. 2017. https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-ano.html. Acesso em 15 de junho de 2018.

SIEGMUND, Olga. 2016. Neighborhood Disorganization and Social Control: Case studies from three Russian Cities. Springerlink. Capt.2.

SORIA Batista, Analía ESTADO E CONTROLE NAS PRISÕES Caderno CRH, vol. 22, núm. 56, mayo-agosto, 2009, pp. 399-410.

TARDE, Gabriel (2007). Monadologia e Sociologia e outros ensaios. São Paulo, Cosac&Naify (pp.53-131)

VERMELHO, Letícia Legay; JORGE, Maria Helena P. de Mello. Mortalidade de jovens: análise do período de 1930 à 1991 (a transição epidemológica para a violência). Revista Saúde Pública, 30. 1996.

WAISELFISZ, Julio Jacob. Mapa da Violência 2013: mortes matadas por arma de fogo. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos. 2013.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2013: homicídios e juventude no Brasil. Centro Brasileiro de Estudos Latinos-Americanos. FLACSO Brasil. Rio de Janeiro, 2014.

ZALUAR, Alba. Juventude Violenta: processos, retrocesso e novos percursos. In: Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 55, Nº 2, 2012, pp. 327 a 365.

ZALUAR, Alba. Etos guerreiro e criminalidade violenta. In: LIMA, Renato Sérgio de, RATTON, José Luiz & AZEVEDO, Rodrigo Ghiringheli de. Crime, Polícia e Justiça no Brasil. São Paulo, Contexto, 2014.

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. Estud. av. [online]. 2007, vol.21, n.61, pp.31-49.

ZALUAR, A. e LEAL, M. C. Violência extra e intramuros. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 16, n. 45, 2001.

ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: História da Vida Privada no Brasil 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ZOLA, E. Como se casa, como se morre. 1999. São Paulo: Editora 34.

# APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

Nome:_____
Idade:_____
Profissão:_____
Qual a sua raça/cor?: 1. Branca| 2. Preta| 3. Amarela| 4. Parda| 5. Indígena| 6. Outra| 88. NS| 99. NR
Você tem alguma religião?_____

## ROTEIRO

1. INFÂNCIA

1) Como foi sua infância?
2) Onde você nasceu? Onde você cresceu?
3) Com quem você morava?
4) Como era sua família? Você tem irmãos? (se sim, quantos?)
5) Como era seu relacionamento com seus pais? E irmãos?
6) Quando você fazia algo errado, o que seus pais/ responsáveis faziam?
7) Como eram seus vizinhos?
8) Você tinha amigos? Quem / de onde eram?
9) Quando tinha um conflito/ problemas com seus amigos, como vocês resolviam?
10) Você estudava? Como era na escola? Você gostava? (Relação com amigos, professores)
11) Alguma vez você precisou para de estudar? (Se sim, porque?)
12) Você trabalhava? Como era?
13) Quem você admirava? Você tinha algum ídolo? O que você dizia que queria ser quando crescesse?
14) Do que você tinha medo? Do que você tem medo hoje?

2. ADOLESCÊNCIA

1) Como foi sua adolescência? O que você fazia em momentos de lazer?
2) Quem eram seus amigos?
3) Como era na escola?
4) Você estudou até que ano? (grau de escolaridade)
5) Você gostaria de ter estudado mais?
6) Você costumava participar de atividades organizadas por vizinhos, associações, ou ligadas a alguma religião?
7) Na adolescência, você já se envolveu em brigas? Como fazia p/ resolver? Tinha outra forma de se resolver?
8) Quando você precisava de alguma coisa, a quem você recorria?
9) No bairro onde você morava havia tráfico de drogas, homicídios?

3. TRABALHO

1) Antes de ser preso, você já fez algum tipo de atividade para ganhar dinheiro?
   **Se sim:** O que? Você gostava do que fazia?
2) O que mais você gostava nessa atividade? E o que você menos gostava nessa atividade?
3) Você ajudava em casa com o dinheiro que ganhava?

4. POUCO ANTES DE SER PRESO

1) Pouco antes de ser preso, como era a sua vida? O que você fazia?
2) Com quem você morava antes de ser preso?
3) Como era sua relação com sua família?
4) Do que você mais gosta da sua família? E o que você menos gosta?
5) Como era sua relação com seus vizinhos?
6) Você tinha amigos? O que vocês faziam para se divertir?

5. RELAÇÕES SOCIAIS

1) Em quem/O que você confia? (Família, amigos, Instituições, vizinhos...)
2) Em quem/O que você não confia?
3) Para você, o que é justiça? (Lei?)
4) Para você, o que é crime? O que é violência?

6. PRISÃO/CRIME

   1) Há quanto tempo você está aqui?
   2) Em relação ao que te levou a estar aqui, você poderia dizer como foi a situação? (se outras pessoas estavam envolvidas?)
   3) O que te levou a tomar a decisão?
   4) Você acha que arriscou sua vida nessa situação?
      Se sim: Porque você se arriscou, então? (Se sentiu pressionado p/ fazer? Porque?)

7. SIGNIFICAÇÃO SOCIAL DA MORTE

1) Como você define a vida?
2) E a morte?
3) Para você, existe um momento certo para morte? (Se sim, qual?)
4) Para você, o que seria uma “morte boa”?
5) E uma “morte ruim”?
6) Para você, o que seria uma “morte justa”?
7) E uma “morte injusta”?
8) Você acha que tem/teve controle sobre as coisas que acontecem/aconteceram na sua vida? Se você pudesse mudar alguma coisa, o que você mudaria?
9) Tem alguma coisa que eu não perguntei, mas que você gostaria de falar?

## APÊNDICE B- QUESTIONÁRIO

Nome:_____
Idade:_____
Profissão:_____
Qual a sua raça/cor?: 1. Branca| 2. Preta| 3. Amarela| 4. Parda| 5. Indígena| 6. Outra| 88. NS| 99. NR
Você tem alguma religião?_____

SIGNIFICAÇÃO SOCIAL DA MORTE E DO MORRER

1. **De quem foi a primeira morte que você se lembra?**

2. **Você conheceu alguém que cometeu suicídio? Quem?**

3. **Você acha que vai viver até que idade?**

4. **Você quer viver até que idade?**

5. **Você acredita em vida após a morte?**
   1. Sim
   2. Não
   3. Não sabe
   4. Não respondeu
   5. Outro: _____

6. **Você acredita que depois que morrer terá consciência de coisas que aconteceram durante a vida?**
   1. Sim
   2. Não
   3. Não sabe
   4. Não respondeu
   5. Outro: _____

- **Eu vou fazer algumas afirmações e você vai me dizer se discorda totalmente, discorda, é neutro, concorda ou concorda totalmente.**

7. **Você Tem medo de morrer.**
   1.Discordo totalmente
   2. Discordo

3. Neutro
4. Concordo
5. Concordo totalmente

8. **Uma pessoa tem o direito de acabar com a própria vida se a pessoa estiver com uma doença incurável.**
1.Discordo totalmente
2. Discordo
3. Neutro
4. Concordo
5. Concordo totalmente

9. **Uma pessoa tem o direito de acabar com a própria vida se for velha, estiver cansada de viver e pronta para morrer.**
1.Discordo totalmente
2. Discordo
3. Neutro
4. Concordo
5. Concordo totalmente

10. **Se uma pessoa estiver com uma doença incurável, os médicos deveriam ser autorizados por lei a encerrar a vida do paciente de forma indolor, com a autorização do paciente e da família.**
1.Discordo totalmente
2. Discordo
3. Neutro
4. Concordo
5. Concordo totalmente

11. **A imortalidade humana é cientificamente possível**
1.Discordo totalmente
2. Discordo
3. Neutro
4. Concordo
5. Concordo totalmente

12. **No próximo século, a média de vida dos brasileiros ultrapassará 100 anos.**
1.Discordo totalmente
2. Discordo
3. Neutro
4. Concordo
5. Concordo totalmente

13. **A religião é a melhor forma para lidar com os medos da morte.**

1.Discordo totalmente
2. Discordo
3. Neutro
4. Concordo
5. Concordo totalmente

**Se discorda ou é neutro, qual seria a melhor forma?**

**14. Você tem medo de morrer em algum acidente como por exemplo, acidente de carro ou de avião.**

1.Discordo totalmente
2. Discordo
3. Neutro
4. Concordo
5. Concordo totalmente

**15. Você tem medo de morrer devido a alguma doença como câncer, AIDS ou doenças contagiosas.**

1.Discordo totalmente
2. Discordo
3. Neutro
4. Concordo
5. Concordo totalmente

**16.Você tem medo de ser vítima de homicídio.**

1.Discordo totalmente
2. Discordo
3. Neutro
4. Concordo
5. Concordo totalmente

ASSIMILAÇÃO DA "ORDEM VIOLENTA URBANA"

- **Eu vou fazer algumas afirmações e você vai me dizer se discorda totalmente, discorda, é neutro, concorda ou concorda totalmente.**

**17. O diálogo é a melhor forma de resolver conflitos.**

1.Discordo totalmente
2. Discordo
3. Neutro
4. Concordo
5. Concordo totalmente
5. Outro: _____

18. **Quando você quer alguma coisa, faz tudo que tiver ao seu alcance para conseguir, mesmo que venha a prejudicar alguém.**
    1.Discordo totalmente
    2. Discordo
    3. Neutro
    4. Concordo
    5. Concordo totalmente
    5. Outro: _____

19. **Quando alguém faz algo que você não gosta, você tenta conversar e convencer a pessoa a fazer o que você quer.**
    1.Discordo totalmente
    2. Discordo
    3. Neutro
    4. Concordo
    5. Concordo totalmente
    5. Outro: _____

20. **Quando alguém faz algo que você não gosta, você sente vontade de agredir a pessoa.**
    1.Discordo totalmente
    2. Discordo
    3. Neutro
    4. Concordo
    5. Concordo totalmente
    5. Outro: _____

21. **Em situações de conflito, a violência é a única forma de resolver o problema.**
    1.Discordo totalmente
    2. Discordo
    3. Neutro
    4. Concordo
    5. Concordo totalmente
    5. Outro: _____

**Se concorda, citar exemplos e o porquê:**

- **Vou fazer algumas afirmações, e você completa a frase**

22. **Se alguém me agredir verbalmente, eu_____**

**Caso não faça isso (O que acontece),**

_____

23. **Se alguém me agredir fisicamente, eu _____**

**Caso não faça isso (O que acontece),**

_____

RISCO A EXISTÊNCIA

1. **Você acredita que reagindo dessa forma, você está arriscando sua vida?**

   **Se sim: O que leva você a fazer, então? O que te motiva?**

   **Se não: Porque?**

VÍNCULO SOCIAL

**24. Você arriscaria sua vida por alguém?**

1. Sim [ ] Se sim, quem? _____
2. Não [ ]

- **Eu vou fazer algumas afirmações e você vai me dizer se discorda totalmente, discorda, é neutro, concorda ou concorda totalmente.**

**25. Você confia na sua família.**

1.Discordo totalmente
2. Discordo
3. Neutro
4. Concordo
5. Concordo totalmente

**26. Você confia nos seus amigos.**

1.Discordo totalmente
2. Discordo
3. Neutro
4. Concordo
5. Concordo totalmente

**27. Você confia em Igrejas.**

1.Discordo totalmente
2. Discordo
3. Neutro
4. Concordo
5. Concordo totalmente

**28. Você confia em ONGs.**

1.Discordo totalmente

2. Discordo
3. Neutro
4. Concordo
5. Concordo totalmente

**29. Você confia em bancos.**

1.Discordo totalmente
2. Discordo
3. Neutro
4. Concordo
5. Concordo totalmente

**30. Você confia no exército.**

1.Discordo totalmente
2. Discordo
3. Neutro
4. Concordo
5. Concordo totalmente

**31. Você confia no sistema político brasileiro.**

1.Discordo totalmente
2. Discordo
3. Neutro
4. Concordo
5. Concordo totalmente

**32. Você confia na justiça.**

1.Discordo totalmente
2. Discordo
3. Neutro
4. Concordo
5. Concordo totalmente

**33. Você confia na lei.**

1.Discordo totalmente
2. Discordo
3. Neutro
4. Concordo
5. Concordo totalmente

**34. Como você se vê na sociedade (papel social)?**

## APÊNDICE C- TERMO DE CONSENTIMENTO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que estou ciente de estar participando de uma entrevista vinculada à pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Os dados recolhidos nesta entrevista serão utilizados para a produção de uma dissertação pela estudante Cynthia Campêlo. Neste trabalho, além dos dados gerais do entrevistado, serão levantadas questões sobre juventude e trajetória de vida, assim como questões mais amplas sobre a sociedade brasileira.

Estou ciente de que se trata de uma atividade **voluntária**, de que posso desistir a qualquer momento e que posso optar por não responder a alguma pergunta; estou ciente de que a participação não envolve remuneração. Nestes termos, posso recusar e/ou retirar este consentimento informando à pesquisadora, sem prejuízo para ambas as partes, a qualquer momento em que eu desejar. Tenho o direito também de determinar que sejam excluídas do material da pesquisa informações que já tenham sido dadas.

Será garantido o total sigilo das informações concedidas, pois as respostas serão analisadas sempre em caráter **confidencial**. Seu nome não será divulgado em hipótese alguma, sendo garantido o **anonimato**. Diante do exposto, dou meu consentimento para participar da pesquisa e para a publicação dos resultados.

Recife, ____ de _____ de 2017.

_____

Assinatura do entrevistado

Em caso de dúvidas ou esclarecimentos, entrar em contato com a entrevistadora responsável por esta pesquisa, ao endereço de e-mail: cynthiacampelo2@gmail.com e telefone: (81) 9 8345 2941.